

Marilena Chaui
Leonardo Boff
João Pedro Stedile
Wanderley Guilherme
dos Santos

Entrevistados por **Juarez Guimarães**

leituras da crise

**DIÁLOGOS SOBRE O PT,
A DEMOCRACIA BRASILEIRA
E O SOCIALISMO**



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



LEITURAS DA CRISE
DIÁLOGOS SOBRE O PT, A DEMOCRACIA
BRASILEIRA E O SOCIALISMO

LEITURAS DA CRISE

DIÁLOGOS SOBRE O PT, A DEMOCRACIA
BRASILEIRA E O SOCIALISMO

MARILENA CHAUI

LEONARDO BOFF

JOÃO PEDRO STEDILE

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

ENTREVISTADOS POR

JUAREZ GUIMARÃES



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Hamilton Pereira (presidente)
Ricardo de Azevedo (vice-presidente)
Selma Rocha (diretora)
Flávio Jorge Rodrigues da Silva (diretor)

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Assistente Editorial

Viviane Akemi Uemura

Revisão

Márcio Guimarães de Araújo
Eloisa Aragão

Capa

Eliana Kestenbaum

Editoração Eletrônica

Enrique Pablo Grande

Impressão

Bartira Gráfica

1ª edição: abril de 2006

Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 — São Paulo — SP — Brasil
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo
<http://www.fpabramo.org.br>

Copyright © 2006 by Autores

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – <i>Juarez Guimarães</i>	13
A ÉTICA DA POLÍTICA –	
<i>Entrevista com Marilena Chaui</i>	17
Anexo: Democratização e transparência: a tarefa do PT contra a despolitização e pela construção de uma ética pública	57
O GRANDE JOGO IMPUGNATÓRIO – <i>Entrevista com</i>	
<i>Wanderley Guilherme dos Santos</i>	85
Anexo: A fisiologia do Caixa 1	129
SAIR DA CRISE COM A ENERGIA DO POVO –	
<i>Entrevista com João Pedro Stedile</i>	141
Anexo: Carta ao Povo Brasileiro	193
UMA PLATAFORMA PARA A UTOPIA –	
<i>Entrevista com Leonardo Boff</i>	201
Anexo: A Carta da Terra	241

OS AUTORES

MARILENA CHAUI, filha do jornalista Nicolau Chaui e da professora Laura de Souza Chaui, nasceu em São Paulo em 1941. Fez seu curso primário no Grupo Escolar de Pindorama (SP), iniciou o curso secundário no Colégio N. S. do Calvário, em Catanduva (SP), vindo a concluí-lo no Colégio Estadual Presidente Roosevelt, em São Paulo. Fez o curso de Filosofia na Universidade de São Paulo (USP), onde também fez o curso de pós-graduação e defendeu seu mestrado. Iniciou, em 1967-69, seu doutorado na França e veio a defendê-lo em 1971, também na USP, onde, em 1977, defendeu sua tese de livre-docência e, em 1987, fez o concurso e recebeu o título de professora titular de filosofia. Leciona no Departamento de Filosofia da USP e suas áreas de especialização são História da Filosofia Moderna e Filosofia Política. Membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), membro do Diretório Estadual e, a seguir, do Diretório Municipal do partido, foi secretária municipal de Cultura de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina (1989-1992). É membro da Comissão Teotônio

Vilela de Defesa de Direitos. É autora de inúmeras obras, entre as quais *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2000), *Cultura e democracia* (Cortez, 2006), *Escritos sobre a Universidade* (UNESP, 2001), *A nervura do real* (Companhia das Letras, 1999).

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS nasceu no Rio de Janeiro, é graduado em Filosofia e Ph.D em Ciência Política (Universidade de Stanford), professor titular (aposentado) de Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro fundador do Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), diretor do Laboratório de Estudos Experimentais e pró-reitor de Análise e Prospectiva da Universidade Candido Mendes. Distinguido pela Guggenheim Foundation, comendador da Ordem do Barão do Rio Branco, Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico e da Ordem da Cultura Nacional e Prêmio Moinho Santista, é membro titular da Academia Brasileira de Ciências, lecionou em universidades brasileiras e no exterior. Publicou, entre outros, *Razões da desordem – 3ª edição* (Rocco, 1994); *Décadas de espanto e Uma apologia democrática* (Rocco, 1998); *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)* (Editora UFMG, 2002); *Votos e partidos – Almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países* (Editora FGV, 2002); *O cálculo do conflito – Estabilidade e crise na políti-*

ca brasileira (Editora UFMG, 2003; premiado na categoria Ensaio, Crítica e História Literária pela Academia Brasileira de Letras, 2004); e *Horizonte do desejo: Instabilidade, fracasso coletivo e inércia social* (Editora FGV, 2006).

JOÃO PEDRO STEDILE nasceu em 25 de dezembro de 1953 no município de Lagoa Vermelha (RS). Filho de pequenos agricultores, de origem trentina italiana, casado, pai de quatro filhos, reside atualmente na cidade de São Paulo. É formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), com pós-graduação na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

Atuou como membro da Comissão Regional de Produtores de Uva, ligado aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul. Assessorou a Comissão Pastoral da Terra no Rio Grande do Sul e em âmbito nacional, e trabalhou na Secretaria da Agricultura do governo daquele estado. Participa desde 1979 das atividades da luta pela reforma agrária no Brasil, estando no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde os seus primórdios. Atualmente é membro da coordenação nacional do MST, que funciona como um colegiado composto de 48 membros. É também membro da coordenação da Via Campesina Brasil.

Autor de diversos livros, organizou, entre outros, a coleção *A questão agrária no Brasil* (vol. 1: O debate na esquerda: 1960-1980; vol. 2: O debate tradicional:

1500-1960; vol. 3: Programas de reforma agrária: 1946-2003; Editora Expressão Popular, 2005). *Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* (entrevista com Bernardo Mançano, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999); *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*, em co-autoria com Roberta Traspadini (Editora Expressão Popular, 2005).

LEONARDO BOFF nasceu em Concórdia, Santa Catarina, em 14 de dezembro de 1938. É neto de imigrantes italianos da região do Vêneto, que vieram para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. Fez seus estudos primários e secundários em Concórdia (SC), Rio Negro (PR) e Agudos (SP). Coursou Filosofia em Curitiba (PR) e Teologia em Petrópolis (RJ). Doutorou-se em Teologia e Filosofia na Universidade de Munique, Alemanha, em 1970. Ingressou na Ordem dos Frades Menores, franciscanos, em 1959. Durante 22 anos, foi professor de Teologia Sistemática e Ecumênica em Petrópolis, no Instituto Teológico Franciscano. Foi professor de Teologia e Espiritualidade em vários centros de estudo e universidades no Brasil e no exterior.

Esteve presente nos inícios da reflexão que levou à elaboração da Teologia da Libertação. É doutor *honoris causa* em Política pela Universidade de Turim (Itália) e em Teologia pela Universidade de Lund (Suécia). Em 1984, em razão de suas teses ligadas à Teologia da Libertação, apresentadas no livro *Igreja: carisma e poder*, foi submetido a processo pela Sagrada Congrega-

ção para a Defesa da Fé, ex-Santo Ofício, no Vaticano. Em 1985 foi condenado a um ano de “silêncio obsequioso” e deposto de todas as suas funções editoriais e de magistério no campo religioso. Dada a pressão mundial sobre o Vaticano, a pena foi suspensa em 1986, podendo retomar algumas de suas atividades. Em 1992, sendo de novo ameaçado com uma segunda punição pelas autoridades de Roma, renunciou às suas atividades de padre e se autopromoveu ao estado leigo.

Em 1993 prestou concurso e foi aprovado como professor de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi professor visitante em Salamanca, Lisboa, Basiléia, Harvard e Heidelberg. Em 8 de dezembro de 2001 foi agraciado com o Prêmio Nobel alternativo em Estocolmo (Right Livelihood Award). É autor de mais de 70 livros nas áreas de Teologia, Espiritualidade, Filosofia, Antropologia e Mística. A maior parte de sua obra está traduzida nos principais idiomas modernos.

JUAREZ GUIMARÃES é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e editor do boletim eletrônico mensal *Periscópio*, da Fundação Perseu Abramo e da Secretaria Nacional de Formação Política do PT.

Graduado em Economia, fez mestrado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com a dissertação *Claro enigma: O PT e a tradição socialista*, e doutorado na mesma instituição,

com a tese *Democracia e marxismo: Crítica à razão liberal* (Xamã, 1998).

Foi durante 12 anos editor do jornal da imprensa alternativa *Em Tempo*. É autor de *A esperança equilibrada: O governo Lula em tempos de transição* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2004).

APRESENTAÇÃO

JUAREZ GUIMARÃES

Os diálogos e entrevistas que compõem este livro constituem, em seu pluralismo de razões, talvez a melhor reflexão pública que se produziu sobre a crise vivida pela democracia brasileira em 2005 e os caminhos para superá-la. A opção por mobilizar inteligências que nos interrogam de diferentes lugares da cultura – a filosofia, a ciência política, a lógica dos movimentos sociais, a Teologia da Libertação – converge para uma síntese possível que a brutal instrumentalização midiática de opiniões e informações pretende cortar pela raiz.

O esforço intelectual de *Marilena Chaui* é buscar na cultura filosófica clássica os fundamentos de uma ética da política. A partir dela, reflete sobre as raízes da crise do espaço público da política no Brasil, agudizada pelas agendas neoliberais nos anos 1990. Reconstitui, então, o processo de formação dos impasses do PT e propõe uma agenda para o futuro. Anexo à entrevista, publica-se um ensaio seminal inédito sobre o tema daquela que é hoje a filósofa brasileira com maior reconhecimento internacional.

O diálogo com *Wanderley Guilherme dos Santos* inicia-se com a polêmica em torno de sua interpretação da crise vivida em 2005 como expressão de uma campanha de desestabilização do governo Lula. Com a razão maturada por décadas de toda uma tradição fundadora de pesquisa e análise da democracia brasileira, o cientista político nos conduz a refletir sobre o papel da mídia, do financiamento privado de campanhas eleitorais e da dinâmica mais recente do sistema partidário brasileiro. Na seqüência, é publicado um estudo recente do autor sobre o financiamento das campanhas nas eleições presidenciais de 2002.

Um dos grandes méritos da análise feita por *João Pedro Stedile* é pensar a crise e os desafios dos movimentos sociais a partir dos tempos longos da história brasileira. Além de um balanço do governo Lula, dos avanços e limites de seu encaminhamento da questão agrária, a liderança histórica do MST delineia uma perspectiva para se avançar na luta pela superação do neoliberalismo no Brasil. Em anexo, recupera-se um dos mais importantes documentos da crise em 2005, a “Carta ao povo brasileiro”, que, por um momento, mobilizou a ação dos movimentos sociais mais representativos na defesa crítica da legitimidade do governo Lula.

Toda a força utópica do pensamento de *Leonardo Boff* é mobilizada para refletir sobre a crise do PT e a reconstrução das energias e perspectivas da transformação. A entrevista busca entender o sentido e a potência de cada um dos pontos de uma plataforma proposta pelo grande

teólogo brasileiro. Adenda-se à ela, a “Carta da Terra”, documento internacional em favor de uma nova relação da humanidade com a natureza, do qual Leonardo Boff foi um dos principais redatores e inspiradores.

A inteligência crítica é companheira inseparável da esperança. Esta pequena obra vale pelo tanto que contradiz aqueles que especulam com a crise para disseminar a desesperança na capacidade do nosso povo em realizar, através da democracia, as profundas e urgentes transformações do país.

A ÉTICA DA POLÍTICA

ENTREVISTA
COM MARILENA CHAUI

SOBRE A ÉTICA NA CULTURA DO PT

JUAREZ GUIMARÃES – *Retomando a distinção feita por Aristóteles entre técnica (heterogeneidade entre meios e fins) e práxis (homogeneidade entre meios e fins), a senhora trabalha com a forte interação entre ética e política, evitando, de um lado, uma fundamentação ética externa ou anterior à política e, de outro, neutralizá-la em uma acepção puramente instrumental. Como inserir esta construção da ética no processo de formação da cultura política do PT (Partido dos Trabalhadores)?*

MARILENA CHAUI – Foi bom você mencionar Aristóteles. E não só por causa da distinção (fundamental) entre técnica e práxis, que nos impede de conceber a política como uma técnica (prática na qual o agente, a ação, o produto da ação e a finalidade são termos exteriores uns aos outros), pois ela é práxis (atividade na qual o agente, sua ação e a finalidade ou o sentido do agir são idênticos). A menção a Aristóteles também nos interessa porque ele foi o primeiro a ter clareza sobre a

diferença entre o espaço público da política e o espaço privado dos interesses pessoais e grupais. Essa diferença o levou a distinguir entre *oikonomía* e *politiké*. De fato, *oikonomía*, ou seja, economia, é uma palavra grega derivada de *oikós*, a casa, entendida como propriedade privada do chefe de família, detentor de bens imóveis, móveis e escravos; em contrapartida, *politiké*, ou seja, a política, uma palavra grega derivada de *pólis*, a cidade ou a vida política, entendida como atividade pública a respeito dos interesses e bens da cidade e dos direitos dos cidadãos. Essa importante distinção aristotélica foi o que levou Marx a dizer que o termo “economia política”, inventado pela ideologia burguesa, é uma contradição nos termos, embora seja a expressão exata do que se passa no capitalismo, no qual os interesses privados de uma classe social são colocados como se fossem interesses políticos ou públicos da sociedade inteira, devendo ser garantidos, conservados e protegidos pelo Estado.

Penso também que a referência a Aristóteles é interessante para a discussão da relação entre ética e política. Justamente por haver separado o público e o privado, Aristóteles também distinguiu entre virtudes privadas e virtudes públicas, isto é, pensou numa *ética pública*, na qual a virtude central é a justiça. Distinguiu entre justiça do partilhável ou distributiva – que se refere à distribuição dos bens e ao problema da desigualdade – e justiça do participável ou participativa – que se refere ao exercício do poder e à igualdade. Ou seja, a primeira

se refere ao que pode ser dividido, distribuído, partilhado; porém a segunda se refere ao que não pode ser dividido nem distribuído, mas somente participado. Uma política é injusta, do ponto de vista distributivo, quando trata os desiguais de modo igual e justa quando trata os desiguais de modo desigual. Vou dar um exemplo: suponha que tenha havido catástrofes naturais (seca, enchente, terremoto) e que se perderam as colheitas, havendo fome na sociedade; se for estabelecido pelo Estado que cada família receberá 20 quilos de cereais, sem que se leve em conta o tamanho da família e sem que se leve em conta que há famílias ricas, que podem importar alimentos, e famílias pobres, que não podem fazê-lo, ou que há famílias pequenas, que podem lucrar vendendo o excedente recebido, e famílias grandes para as quais a quantidade de cereais é insuficiente, a decisão é injusta porque deu o mesmo tratamento aos desiguais. A função da justiça distributiva é produzir a igualdade porque, segundo Aristóteles, a política deve levar à igualdade. A prática da distribuição da renda entra nessa justiça. A justiça participativa se refere ao que só pode ser participado, ou seja, ao poder político, que pertence a todos os cidadãos igualmente. Uma política é injusta, neste caso, no sentido exatamente inverso ao da justiça distributiva, isto é, quando trata desigualmente os iguais, excluindo uma parte dos cidadãos do exercício do poder. A prática democrática pertence a essa justiça. Por isso, a distinção entre práxis e técnica é significativa: se a política for considerada uma técnica, isto é, uma prática reser-

vada a especialistas, excluindo os cidadãos, ela não será politicamente ética, pois comete a injustiça quanto ao direito de igual participação no poder.

Como você vê, é perfeitamente possível (e necessário) instituir uma ética *pública* e definir a probidade política pela realização das duas formas da justiça. Isso me parece importante porque o PT interiorizou a idéia de ética *na* política (isto é, a presença, na política, de virtudes e vícios dos indivíduos), em lugar de compreender que se trata da ética *da* política.

O PT interiorizou a idéia de ética *na* política em lugar de compreender que se trata da ética *da* política.

Outro aspecto muito interessante de Aristóteles é que a distinção pioneira que ele fez entre o privado e o público lhe permitiu estabelecer o conceito do homem político a partir de uma virtude muito peculiar: a prudência. O que é a prudência? Para entendê-la, precisamos lembrar que Aristóteles abre seus escritos de ética e política fazendo uma pergunta: o que está e o que não está em nosso poder? E responde: não estão em nosso poder o necessário (por exemplo, as leis da Natureza) nem o contingente (o que acontece por acaso e de maneira imprevisível; o que os antigos chamavam de Fortuna); está em nosso poder o possível, isto é, aquilo que pode acontecer ou deixar de acontecer porque depende de nós que aconteça ou não aconteça.

O prudente é aquele que, diante dos acontecimentos e das situações, é capaz de distinguir entre o necessário e o contingente, de um lado, e o possível, de outro – isto é, entre o que está e o que não está em seu poder realizar; é também aquele que possui o senso de oportunidade, ou seja, é capaz de agarrar o momento certo para realizar a ação.

Como você pode notar, não se trata de afastar ética e política, mas de pensar a diferença entre a ética individual/privada e a ética política/pública. Um dos filósofos modernos que melhor realizou essa distinção foi Espinosa. Estudioso das paixões humanas (que, ao contrário de várias tradições filosóficas e religiosas, ele não considera vícios nem defeitos da natureza humana, mas algo tão natural como o ar, a água, os raios e trovões), Espinosa afirma que é ficção e loucura querer que os governantes ajam como se não tivessem paixões e interesses, como se fossem a encarnação perfeita das virtudes privadas – querer isto seria o mesmo que querer que eles deixassem de ser humanos, tornando-se anjos. Onde se encontram os princípios da ética pública? Na qualidade das instituições republicanas e democráticas. São as instituições que devem ter o poder de cercear e impedir que as paixões (os interesses) pessoais dos governantes tenham força para esmagar, ferir ou bloquear os direitos dos governados.

Como se sabe, uma das definições clássicas do tirano e do monarca absoluto é: “O que apraz ao rei tem força de lei”. Ou seja, a lei decorre da vontade, do capricho,

das paixões do governante. Portanto, ao contrário, só pode haver república e democracia se o que agrada ao governante não tiver força de lei. O maior perigo para um Estado, diz Espinosa, é o indivíduo privado ou o grupo de indivíduos privados que se apresenta como defensor das leis, abolindo as existentes para decretar outras que atendam aos seus próprios interesses. É isto a *corrupção*. E esta só acontece quando a fraqueza das instituições ou sua má qualidade permite a privatização do que é público. Uma ética pública só é possível pela boa qualidade das instituições públicas.

Para completar a resposta à sua pergunta, considero que na história da formação do PT a ética pública esteve sempre presente, não porque seríamos os únicos honestos ou os mais honestos, e sim porque na fundação do PT foi declarado que sua finalidade é afirmar a dignidade dos trabalhadores – essa dignidade é a cidadania – e lutar pela justiça distributiva e participativa. Ou seja, o partido formulou uma cultura política orientada pelas idéias de igualdade, justiça e participação, portanto, por virtudes políticas ou uma ética *da* política. Infelizmente, esquecendo sua própria história e seus próprios valores, sucumbiu à ideologia da ética *na* política.

JUAREZ GUIMARÃES – *Pode existir uma ética petista própria e separada de uma construção democrática e republicana das instituições brasileiras?*

MARILENA CHAUI – Não. Por isso julgo tão importante a questão da qualidade das instituições políticas.

Que qualidades das instituições públicas garantem a existência e a prática de uma ética pública, tanto partidária quanto governamental? Entre muitas, eu gostaria de mencionar as seguintes:

- instituições de criação, ampliação e consolidação da cidadania, isto é, instituições que propiciem a criação, ampliação e consolidação de direitos econômicos, sociais e culturais. Enfim, que favoreçam a dignidade e a igualdade, ou a justiça distributiva. Isso significa que tais direitos não podem, à maneira neoliberal, ser convertidos em *serviços* vendidos e comprados no mercado, pois, neste caso, institui-se a ausência de ética, ou seja, a injustiça;
- instituições de criação, ampliação e consolidação da cidadania política ou dos direitos políticos ou da justiça participativa. Entre várias, eu mencionaria:
 - a) redefinição das formas de representação, de maneira a varrer de uma vez por todas os dois obstáculos ao exercício da representação no Brasil, quais sejam, a clientela e a tutela, ou as políticas do favor;
 - b) controle social do poder público, tanto pelo estímulo à auto-organização da sociedade quanto pelo estabelecimento de conselhos participativos com representantes eleitos de movimentos e organizações sociais e membros dos poderes Executivo e Legislativo. Não se trata de instituições para atender demandas, e sim para orientar, informar e controlar o poder público. Isso pode assegurar um aspecto essencial da vida republicana e democrática, qual seja,

a visibilidade e publicidade das ações governamentais e parlamentares, permitindo que as classes sociais as compreendam, julguem, modifiquem ou reforcem (o exemplo dos orçamentos participativos é paradigmático para essa modalidade de instituições);

Temos urgência política de instituições de regulação dos meios de informação, tanto a veiculada pelo Estado quanto a veiculada por empresas privadas.

– as instituições para o exercício da justiça distributiva e da justiça participativa só podem concretizar-se com uma cultura política que não dissimule a divisão social das classes e a luta de classes. Isso significa que são instituições abertas às contradições e aos conflitos, considerando-os legítimos e necessários, de tal maneira que as lutas por emancipação não sejam cerceadas por formas repressivas de regulação estatal e sobretudo não sejam recusadas em nome da ideologia do fantasma da “crise”, isto é, da visão autoritária e conservadora, que pretende esconder as divisões sociais e reprimir a luta de classes, transformando suas manifestações em perigo, desordem e caos. Em outras palavras, quando isso ocorre, tem-se ausência de ética pública, pois então reinam não somente a censura e a coerção – impedindo a liber-

- dade política –, mas também a dissimulação da realidade, portanto a mentira pública ou política (aquilo que Marx chamou de ideologia);
- somente uma cultura política de legitimidade e necessidade dos conflitos pode assegurar uma das mais importantes instituições públicas da democracia: a liberdade de pensamento e de expressão, formadora efetiva de uma opinião pública. Opinião pública não significa sondagem dos gostos, preferências, sentimentos e emoções dos cidadãos – isso se chama *survey* para estratégias de manipulação e controle social e político. Opinião pública é, como disse um filósofo, o direito ao uso público da razão. É pensamento e reflexão feitos em público, referidos a interesses de classe e a direitos dos cidadãos e destinados à discussão e ao debate. Um sentimento, uma preferência, uma emoção não podem ser objeto de discussão. Idéias e opiniões, sim. Isso significa a urgência política de instituições encarregadas da regulação dos meios de informação, tanto aquela veiculada pelo Estado quanto a veiculada por empresas privadas.

JUAREZ GUIMARÃES – *Qual é, na sua opinião, a centralidade da reforma política nesta conjuntura?*

MARILENA CHAUI – Indispensável, seja porque uma parte das instituições políticas atuais foram estabelecidas pela ditadura (o que pretendo explicitar mais adiante), seja porque outra parte veio da reforma de cunho neoliberal do Estado, feita por FHC, isto é, com encolhimento do es-

paço público e alargamento do espaço privado. Essa reforma, como sabemos, levou, entre outras coisas, à transformação de direitos sociais em serviços a cargo do mercado, aumentando desigualdades e exclusões, isto é, a injustiça, e, portanto, a falta de ética pública.

JUAREZ GUIMARÃES – *Como operar com esta centralidade em um contexto de um Congresso Nacional fortemente refratário à sua aprovação?*

MARILENA CHAUI – Com forte mobilização social. A sociedade precisa exigir a reforma e fazer propostas aos seus representantes. O governo precisa estimular uma opinião pública que seja capaz de explicitar as razões que tornam indispensável a reforma política, fazendo que a sociedade compreenda por que vale a pena lutar por ela.

JUAREZ GUIMARÃES – *Como explicar e enfrentar o fenômeno da corrupção na experiência do PT?*

MARILENA CHAUI – Aqui é preciso distinguir dois níveis do problema, um nível geral, que se refere às instituições e a todos os partidos políticos, e outro, específico, que se refere ao PT.

No primeiro nível, coloca-se o problema do sistema partidário. Não podemos esquecer que, no final da ditadura, quando o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) poderia superar a Arena (Aliança Renovadora Nacional) com maioria parlamentar, o general Golbery do Couto e Silva [então chefe do Gabinete Civil do governo Geisel] armou uma estratégia para conseguir novos par-

lamentares arenistas, entre outros meios, pelos chamados senadores “biônicos”, pela transformação dos territórios federais em estados e pela criação de novos estados com o desmembramento de alguns existentes. A seguir, o sistema partidário e eleitoral levou à distorção da representação tanto pela super-representação dos estados recém-criados como pela proliferação de partidos artificiais ou de aluguel. O resultado tem sido a impossibilidade de o partido vitorioso no Executivo conseguir eleger uma maioria parlamentar, ficando às voltas com o chamado “problema da governabilidade”. Este acaba levando ou a alianças partidárias artificiais (que desagradam a todos os representados) ou, quando tal não ocorre, à distorção de uma prática própria da democracia parlamentar, isto é, a negociação entre Executivo e Legislativo (“concedo x desde que você conceda y ”). Passa-se da negociação à negociata, isto é, à corrupção por meio da compra de votos parlamentares.

Além disso, o modo de financiamento privado das campanhas eleitorais acarreta pelo menos três graves improbidades públicas: a) desinformação social, pois candidatos e partidos publicam gastos que não correspondem à realidade; b) segredo, pois candidatos e partidos, à margem de seus programas e compromissos públicos, se comprometem com interesses privados dos financiadores, favorecendo os economicamente poderosos à custa dos direitos das outras classes sociais; c) possibilidade de enriquecimento ilícito dos que se apropriam privadamente dos fundos de campanha.

Por isso mesmo, ainda no nível geral, não podemos esquecer o significado da indústria política, que submete a política aos procedimentos da sociedade de consumo e de espetáculo, dando ao marketing a tarefa de vender a imagem do político e reduzir o cidadão à figura privada do

A indústria política dá ao marketing a tarefa de vender a imagem do político e reduz o cidadão à figura privada do consumidor.

consumidor. Disso resultam duas conseqüências principais. A primeira é a despolíticação e a privatização das campanhas: para obter a identificação do consumidor com o produto, o marketing produz a imagem do político enquanto pessoa privada (características corporais, preferências sexuais, culinárias, literárias, esportivas, hábitos cotidianos, vida em família, bichos de estimação); essa privatização das figuras do político e do cidadão privatiza o espaço público. A segunda é o alto custo da propaganda. Como a competição deixa de se dar entre propostas e programas políticos para ocorrer entre imagens vendáveis, são mobilizadas técnicas sofisticadas de propaganda, que custam verdadeiras fortunas, levando à prática do caixa dois.

Passemos agora ao caso do PT. Fazendo um retrospecto dos argumentos mobilizados para explicar a corrupção, penso que podemos distinguir três tipos principais de argumentação.

A primeira é formulada pelas oposições (essa argumentação, aliás, reapareceu recentemente em artigos e entrevistas de jornais). Se não analisarmos o argumento, mas o tomarmos em sua superfície literal, ele se resume a dizer “quem nunca comeu melado, quando come se lambuza”, ou, com um pouco mais de sofisticação, “os petistas foram picados pela mosca azul”. Quando analisado, esse argumento se desdobra em três aspectos graves: 1) visa passar a idéia, imediatamente compreensível para a classe média, de que todos os partidos políticos são iguais quando estão no governo; 2) sua base é o preconceito de classe, isto é, que não se poderia esperar outra coisa de trabalhadores despreparados e sem traquejo político, que se meteram onde não eram chamados; 3) sua finalidade principal encontra-se no que podemos chamar de *disputa simbólica*, ou seja, na disputa política fundada na imagem com que um partido político se apresenta aos cidadãos e recebe a adesão deles; trata-se, aqui, da destruição da imagem do PT como símbolo da ética na política (a ética entendida, neste caso, não nos termos em que procurei formulá-la acima, porém como conjunto de virtudes privadas).

A segunda é formulada a partir de um discurso que se pretende científico ou filosófico e neutro politicamente. O argumento consiste em afirmar que há “zonas cinzentas” na política, pois esta é feita de negociações, barganhas e compromissos, e não de princípios fixos invioláveis. Aqui, reencontramos a idéia de que todos os partidos políticos são iguais, porém não porque sejam todos

corruptos, mas porque estão submetidos à lógica dos compromissos impostos ao exercício do poder. Sob o argumento, encontra-se também uma idéia presente na argumentação precedente, qual seja, a incompetência política do PT. Entretanto, a incompetência não se refere à “queda” na corrupção, e sim à incapacidade de praticá-la com competência.

A terceira argumentação é formulada por petistas. O argumento, aqui, se bifurca: de um lado, compara-se quantitativamente a corrupção no governo de FHC e no de Lula, mostrando que o saldo é maior no primeiro do que no segundo; de outro, procura-se distinguir entre uma “corrupção do mal” e uma “corrupção do bem”, reproduzindo o que vários tucanos dizem à boca pequena e em círculos de amigos, ou seja, os petistas desviam fundos públicos para o bem do partido, enquanto os tucanos o fazem para enriquecimento pessoal. A marca desse argumento é ser defensivo e tentar esconder o sol com a peneira, retomando, paradoxalmente, a idéia de que todos os partidos políticos e governos praticam a corrupção, embora com finalidades diferentes.

Penso que vale a pena mudar o foco da argumentação, buscando compreender, primeiro, a produção da crise política numa conjuntura específica e, a seguir, num plano mais profundo, as transformações do PT, que o tornaram vulnerável à crise.

No plano conjuntural, penso que os aspectos mais relevantes da crise podem ser encontrados se fizermos algumas indagações.

Primeira indagação: o que permitiu que ela pudesse ser iniciada? O enfraquecimento do governo com as lutas internas do PT pela presidência da Câmara Federal e a perda dessa presidência, possibilitando a reorganização e o controle do Legislativo pela oposição. A isso precisa ser acrescentado o problema das dívidas contraídas pelo partido durante as campanhas municipais, por julgar que vitórias municipais seriam decisivas para a reeleição de Lula (perspectiva que julgo equivocada porque, no Brasil, a população tende a separar poder local e poder federal). E também é necessário apontar as contribuições do próprio governo: ter aceitado, em 2003, a idéia tucana de “transição” em lugar da devassa dos governos de FHC (isso teria silenciado para sempre a tentativa tucana de apresentar-se como vestal da República e dos costumes republicanos); ter feito aliança com legendas de aluguel venais, e não com partidos políticos; ter tido como primeiro ato político a reforma da Previdência em vez das reformas política e tributária; e ter colocado o marketing no lugar da informação, contribuindo para a despolitização da sociedade.

Segunda indagação: o que levou a iniciá-la? A combinação de vários fatores: o desencadeamento de ações da Polícia Federal contra a sonegação fiscal, que iriam atingir gente graúda com poder de fogo para impedi-las; disputas para forçar o governo à privatização dos Correios; a perda de 15 bilhões de dólares pelo Banco Opportunity (dirigido por Daniel Dantas, homem forte do caixa do PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira) com

as mudanças que seriam feitas nos fundos de pensão. A esses fatores é preciso acrescentar que, desde o final de 2004, surgiram as possibilidades de reeleição de Lula e de vitórias do PT nas eleições estaduais.

A questão fundamental é a transformação gradual do PT num partido de massas que passou a dar prioridade às eleições e a privilegiar os políticos profissionais.

Terceira indagação: como foi iniciada? Pela entrevista de Roberto Jefferson à revista *Veja* como cópia ou repetição da entrevista de Pedro Collor, que havia desencadeado o processo de *impeachment* de Fernando Collor. Conforme disse um “gerenciador de crises” à revista *Caros Amigos*, a entrevista de Jefferson foi pensada como uma operação que daria legitimidade a uma série de matérias que passariam a ser publicadas e difundidas nos meios de comunicação, municiados por dossiês e documentos oferecidos por políticos, empresários e jornalistas, conhecidos como “gerenciadores de crises”.

Quarta indagação: qual sua finalidade? Legitimar um golpe branco ou o *impeachment* do presidente da República. É significativo, aliás, que logo no início da crise, em abril e maio de 2005, vários intelectuais tucanos tenham participado de programas de televisão e rádio anun-

ciando que já havia sido formado um “governo de transição” e tenham proposto a antecipação das eleições presidenciais. No início de junho de 2005, o “gerenciador de crises” entrevistado pela *Caros Amigos* afirmava com absoluta segurança: “Lula vai cair”.

Quinta indagação: qual a forma assumida? Um colega meu, o professor Sérgio Cardoso [professor de Filosofia na Universidade de São Paulo], fez uma análise brilhante do que chamou de *os discursos da crise*, em matéria na revista *Teoria e Debate* [“Os discursos da crise”, nº 64, Editora Fundação Perseu Abramo]. Esse discurso foi construído por meio da unificação de três discursos pré-existentes e que se encontravam separados: o *discurso moral*, isto é, de denúncia de corrupção, dirigido à classe média; o *discurso economicista*, ou seja, a política econômica do governo como traição, dirigido à esquerda; e o *discurso pseudopolítico*, sintetizado na afirmação de que era preciso devolver o poder à “gente séria e responsável que entende da política”, isto é, ao PSDB.

No entanto, a questão fundamental não está referida à conjuntura de 2005-2006, mas à transformação gradual do PT num partido de massas que passou a dar prioridade às eleições e a privilegiar, entre seus quadros, os políticos profissionais, levando-o a submeter-se às condições institucionais que apontei acima (sistema partidário, distorções profundas na forma da representação, sistema eleitoral e forma das campanhas eleitorais). Nossa pergunta agora é: como essa submissão aconteceu?

Penso que foi causada por vários fatores. O primeiro deles foi o lugar subalterno que os movimentos sociais e populares passaram a ter na vida partidária – as lutas sociais democráticas participativas tornaram-se menos importantes do que as vitórias eleitorais. Como conse-

A burocratização significou a perda de controle do partido por suas bases e pelos movimentos sociais.

quência, a formação de quadros partidários deixou de ser feita na e pela luta social e a organização partidária deixou de ser conduzida, renovada e combativa porque nela perderam espaço exatamente os agentes da ação democrática. Esse primeiro fator levou ao crescimento indiscriminado do partido, com filiados sem uma história política de esquerda e sem vínculos com os movimentos sociais e populares, interessados em vantagens eleitorais e em cargos no aparelho de Estado (assessores de parlamentares, prefeitos e governadores).

O segundo fator nasce desse primeiro: a distância entre o partido e os movimentos, e a irrelevância dos agentes sociais perante as direções partidárias e os políticos profissionais permitiram que se cristalizasse uma tendência, existente no PT desde sua fundação, mas que era bloqueada pela militância de base: a tendência à centralização e à burocratização.

A burocratização significou a perda de controle do partido por suas bases e pelos movimentos sociais. Sig-

nificou também que o funcionamento partidário passou a ser responsabilidade de funcionários contratados para realizar serviços – o fato de os funcionários serem petistas é irrelevante, pois o que conta é sua função no interior da burocracia. Assim, o segundo fator permitiu que práticas, que seriam inaceitáveis e impedidas pelos militantes, pudessem acontecer, pois os funcionários (ainda que petistas) são pagos para cumprir ordens, e não para discuti-las e desobedecê-las.

Um terceiro fator foi o efeito da eleição de Lula. Quadros experientes e altamente politizados (apesar de todos os problemas que acabei de apontar), que ocupavam postos nas direções municipais, regionais e nacional, foram deslocados para o governo, sendo em sua maioria substituídos tanto pelos escalões inferiores da burocracia partidária quanto por filiados sem história política e partidária. O resultado foi o que se viu: as direções mostraram ser uma mescla de oportunismo, irresponsabilidade, delinqüência e burrice.

Esse quadro, no qual o núcleo é a separação “lenta, gradual e segura” entre dirigentes e filiados/militantes de movimentos sociais e populares, deixou estes últimos desarvorados perante os acontecimentos. Houve os perplexos – “como isso aconteceu conosco?” –, os desencantados – “foi para isso que lutei tanto?” – e os apocalípticos – “o PT morreu”. A despolitização da militância foi geral porque a maioria sucumbiu ao sentimento de derrota na disputa simbólica, uma vez que grande parte dos petistas, em lugar da idéia de ética *da* polí-

tica, interiorizou a ideologia da ética *na* política. Mas nem por isso os que reagiram politizadamente, na perspectiva da ética da política, se sentiram confortados, pois viram partido e governo pondo a perder as idéias e as práticas republicana e democrática.

SOBRE O CONFRONTO POLÍTICO
COM O NEOLIBERALISMO

JUAREZ GUIMARÃES – *Em sua análise crítica da gênese e expansão do neoliberalismo, a senhora aponta o risco do desaparecimento da “res publica, não só no sentido clássico da fixação e disputa pelos fundos públicos mas também no sentido de articulação entre república e democracia, isto é, uma formação social (e não um regime governamental) instituída pelas práticas sociais de criação e garantia de direitos”. Em que medida o governo Lula, em suas várias áreas de atuação, foi capaz de paralisar ou inverter estas dinâmicas neoliberais? Não seria este o critério fundamental para distinguir a crítica dos limites transformadores do governo Lula da crítica sectária que, de forma plana, caracteriza-o como continuísmo dos governos FHC?*

MARILENA CHAUI – Aprendi o que é o neoliberalismo lendo as análises de Chico de Oliveira. Nelas, a economia e a política neoliberais surgem como a solução capitalista para a crise do Estado do Bem-Estar Social, instituído pela social-democracia. De acordo com o

Chico, a política do Estado do Bem-Estar consistia em regular a economia na qualidade de parceiro econômico, por meio das empresas estatais e das políticas fiscais, e em dar duas direções aos fundos públicos: numa delas, parte do fundo público era destinada à acumulação do capital; na outra, à reprodução da força de trabalho por meio do salário indireto, isto é, pela garantia dos direitos sociais (salário-família, salário-desemprego, férias remuneradas, licença-maternidade e paternidade, educação e saúde gratuitas etc.). Esse duplo direcionamento teve dois efeitos. Em primeiro lugar, desatou o laço que prendia o capital ao salário (direto), fazendo que o investimento em novas tecnologias alcançasse um patamar jamais visto, que produziria o desemprego estrutural e transformaria o dinheiro (a mercadoria que estabelece equivalências entre as outras mercadorias) em moeda (ou o monetarismo). Em segundo, endividou o Estado, pois além de arcar com os direitos sociais dos empregados, teve também que arcar com a ajuda aos desempregados, e isso sem poder contar com recursos fiscais das empresas instaladas em outros países, que não lhe pagavam tributos. Surgiu o chamado “déficit fiscal”. O neoliberalismo é a decisão política de cortar a direção dos fundos públicos no pólo dos direitos sociais ou do salário indireto, dirigindo a totalidade desses fundos ao capital (que deles precisa para continuar as mudanças tecnológicas) – os direitos sociais se convertem em serviços vendidos e comprados no mercado. É também a decisão de “en-

xugar o Estado”, privatizando as empresas públicas e “desregulando” a economia, isto é, permitindo a concentração oligopólica da riqueza social e dando plena liberdade ao capital financeiro (ou ao monetarismo).

Considero que falar do neoliberalismo do governo Lula é um *slogan*. Esse governo não privatizou o setor público nem encolheu o Estado, pelo contrário.

As análises de Chico de Oliveira me levaram à conclusão de que, para a esquerda, o embate contra o neoliberalismo pode realizar-se em duas frentes simultâneas: numa delas, trata-se de reverter a direção dada aos fundos públicos, dirigindo-os aos direitos sociais e impedindo que sejam reduzidos a serviços “disponíveis” no mercado – isto é, a democracia como criação e garantia de direitos do cidadão; na segunda, bloquear e reverter o processo de encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado ou do mercado, ou seja, instituir a república.

Por isso, considero que falar do neoliberalismo do governo Lula é um *slogan*. Esse governo não privatizou o setor público nem encolheu o Estado, pelo contrário, procurou reestruturá-lo de maneira a afastar a concepção neoliberal da política como gestão técnico-administrativa do setor estatal, e não como governo da sociedade.

Esse governo não desmantelou programas sociais, não privatizou direitos sociais e culturais, não os transformou em serviços postos no mercado, mas, ao contrário, ampliou as políticas sociais, inovou em várias delas, criou outras novas. Evidentemente, no que respeita à justiça do partilhável, ou distributiva, não fez a distribuição da renda, mas somente transferência de renda. Isso, porém, já é um passo importante, na medida em que, contrariando o neoliberalismo, investiu prioritariamente os fundos públicos no pólo da força de trabalho (bolsa-família, aumento do salário mínimo, microcrédito e banco popular, economia solidária e incubadeiras populares, Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, saneamento básico, ampliação da rede elétrica destinada a regiões que não a possuíam, demarcação das terras indígenas, ampliação da reforma agrária, só para mencionar alguns programas entre muitos outros). Além disso, realiza uma política externa como nunca o Brasil realizou, levando a sério a idéia de redefinir o mapa das relações internacionais Sul-Sul sem a tutela e a vigilância do Norte. E isso numa conjuntura internacional desfavorável, em que predominam políticas conservadoras e reacionárias.

Porém, não vamos tapar o sol com a peneira. Se existe a opinião de que esse governo é neoliberal é porque há motivos para isso. Nenhum petista está satisfeito com a política econômica batizada de “conservadora” (eufemismo para não dizer que é de direita), com juros altos para evitar inflação, mas beneficiando os bancos; e pouco (ou

quase nada) é feito na direção de uma política de desenvolvimento auto-sustentado porque opera com a mística do equilíbrio fiscal, perspectiva tipicamente neoliberal. Não sejamos injustos nem cegos: sabemos todos que a desgraça do equilíbrio fiscal foi proposta, no início do

O governo Lula não é um governo de esquerda. Mas também não é um governo neoliberal.

governo, para lidar com a chamada “herança maldita”, deixada por FHC, que, com a fraude do Plano Real, havia lançado o Estado e a economia à beira da derrocada e às portas de um desastre sem precedentes. O problema é que aquilo que aparecia como um “período de transição” foi se perpetuando e, para a equipe econômica, se transformou em objetivo do governo, bloqueando uma política democrática de desenvolvimento e distribuição de renda. O grupo econômico ficou surdo às opiniões e propostas dos economistas de esquerda, muitos dos quais acabaram deixando o PT e indo para a oposição.

Todavia, penso que uma perspectiva mais abrangente e mais concreta percebe que há uma divisão no interior do governo entre a posição conservadora e a de desenvolvimento e distribuição de renda. Essa divisão, mais a recusa de privatizações, os programas efetivos de transferência de renda e a política internacional impedem que se defina o governo como neoliberal. Não é um governo de esquerda. Mas também não é um governo neoliberal.

JUAREZ GUIMARÃES – *Como coordenador público da oposição liberal-conservadora, FHC pôs em circulação na mídia a tese, inspirada em um conceito liberal de liberdade negativa, de que o PT estava propondo uma concepção totalitária de poder para o Estado brasileiro. Em 2005, esta tese foi acoplada à acusação inconsistente mas reiterada de que o PT havia criado o mais amplo e disseminado sistema de corrupção no Estado nacional. Como elaborar didaticamente um contradiscurso a esta retórica liberal agressiva e desqualificadora?*

MARILENA CHAUI – Nosso contradiscurso pode realizar-se de duas maneiras: numa delas, mostrando que “totalitário” se insere num campo mais amplo, isto é, no da multiplicidade contraditória de imagens do PT inventadas pelas oposições, segundo as imposições conjunturais; na outra, podemos mostrar que a palavra “totalitário” está sendo empregada como *slogan* e propaganda, e não como conceito, e o contradiscurso pode limitar-se a expor o conceito de totalitarismo.

É interessante notar a multiplicidade de imagens do PT construídas pelos opositores, ao longo dos anos.

Existe a *imagem tradicional* ou o “manto de arlequim”. Essa imagem é construída por meio de dicotomias nas quais cada pólo contraria o outro. A imagem dicotômica permite, conforme as circunstâncias e o ataque que se pretende desferir contra o PT, colocar a ênfase num dos pólos e ignorar o outro. Assim, ora é um partido totalitário, ora um partido sempre em crise por causa da

multiplicidade de tendências internas. Como um partido totalitário pode ter múltiplas tendências internas? Mistério inexplicável. Outras vezes, é um partido arcaico, pois não faz alianças, mas é também um partido oportunista porque faz alianças. Se afirma a relação com o movimento sindical, é sindicalismo pobre; se se distancia dos sindicatos, está traíndo sua origem. Se afirma a relação intrínseca com os movimentos populares, é basista; se toma distância e se dirige à população desorganizada, é populista. Se elege parlamentares, prefeitos, governadores e o presidente da República, é um mero partido da ordem; se não o faz, é esquerdista radical e infantil. Se exige mudanças nos hábitos políticos, em nome da moralidade pública, é principista, moralista, ingênuo, não entende que há “zonas cinzentas” na política; se adota os hábitos políticos vigentes, é o mais corrupto de todos os partidos.

Há também a *imagem instrumental*, ou seja, construída com a afirmação de que o país precisa de um partido de esquerda como o PT para frear uma classe dominante sem freios e criar a opinião de que é necessário suplantar o excesso de desigualdade existente no Brasil. Essa imagem exprime a má consciência ou a consciência culpada, que se sente ferida e traída quando o PT não se comporta com a radicalidade desejável. Evidentemente, quando essa radicalidade se manifesta, considera-se que extrapolou os limites aceitáveis.

Com a crise de 2005-2006, surge uma nova imagem, a *imagem melancólica*: dobrando-se aos imperativos do

capital, o PT (com o governo Lula) deixa de cumprir seu papel histórico e político, qual seja, assustar a burguesia e mudar o Brasil. O PT traiu os petistas e os eleitores, tornou-se mais um partido da ordem. O PT acabou.

E, finalmente, a *imagem combo* ou imagem por combinação. Assim, por exemplo, a imagem instrumental e a melancólica se combinam para justificar os que deixaram o partido. Ou, então, a imagem tradicional e a instrumental se combinam para justificar a incapacidade política do PT. E por aí vai.

Ao tornar explícitas essas construções, o contradiscurso deixa exposta uma ideologia, isto é, o significado da presença de imagens e de imagens fragmentadas: uma imagem é sempre abstrata porque pretende apresentar e explicar imediatamente uma experiência como um dado, sem as mediações do processo que constitui essa experiência; a fragmentação de imagens, por seu turno, indica que cada uma delas é tomada unilateralmente e como um absoluto, ocultando a complexidade, as contradições e os problemas do todo, o qual desaparece. Esses dois expedientes – a imagem e a fragmentação – são próprios da explicação imaginária da realidade social, ou seja, da ideologia.

O contradiscurso pode, porém, examinar o *conceito* de totalitarismo e assinalar sua ausência no discurso tucano.

Como conceito, o totalitarismo é a política na qual Estado e sociedade são postos como idênticos – de onde advém a fórmula “Estado total” –, a identidade entre ambos sendo obtida por meio do partido único, definido

como representante da totalidade do povo e do qual todos os sujeitos sociais são obrigatoriamente membros. Como o partido se organiza sob a forma de células, a mesma organização se impõe à sociedade, de sorte que o Estado é um imenso organismo cujas funções são realizadas por suas células sociais-partidárias.

**Eu gostaria que FHC e o PSDB
mostrassem e demonstrassem
que o governo Lula é totalitário.
Xingar não vale.**

Enquanto no absolutismo a fórmula é “o Estado sou eu” (o “eu” é o rei), no totalitarismo a fórmula é “a sociedade sou eu” (o “eu” é o Estado). O Estado se apresenta como origem da sociedade, como um poder capaz de instituir a sociedade. Esta seria uma matéria sem forma que aquele faz vir à existência, dando-lhe organização e pondo-se como centro e sentido dela. Enquanto o liberalismo se apóia na idéia de que a sociedade (sociedade civil ou mercado) se organiza por si mesma (pela livre competição entre os proprietários independentes) e se auto-regula (pelos mecanismos do mercado), e dá origem ao Estado por meio do contrato social ou do pacto social, precisando do Estado apenas para legislar essa auto-regulação e arbitrar conflitos que possam ameaçar a dominação vigente – ou a exploração econômica –, o totalitarismo afirma o Estado

como senhor da economia e decreta que foi feita a abolição da luta de classes porque a propriedade privada dos meios sociais de produção tornou-se propriedade estatal desses meios. Como decreta que não há luta de classes, o Estado deixa de ser governo da sociedade e se torna administração planificada, isto é, um órgão técnico de gestão, operado por uma organização hierárquica de técnicos vindos do partido, constituindo uma camada burocrática sempre em expansão, detentora de todos os meios de decisão e de coerção, pois é por meio dela que o partido e o Estado se tornam idênticos e que o Estado se torna onipresente na sociedade ou idêntico a ela. Tem-se a fantasmagoria de uma sociabilidade produzida inteiramente pelo planejamento de funções, pela burocracia e pela polícia secreta. De um lado, o Estado encarna o universal e absorve a sociedade: o Estado é a sociedade. De outro, o partido encarna a “linha correta” e absorve todos os indivíduos: o partido é o povo. O Estado se apresenta como origem da lei – a justiça e a coerção, a polícia e a repressão –, enquanto o partido se apresenta como origem do saber – tem a posse dos conhecimentos técnicos de gestão, do conhecimento da marcha da história, portanto possui o saber sobre o presente e o futuro. Esse conjunto de operações torna impossível diferenciar Estado, sociedade e partido: formam uma totalidade sem fraturas. Mais que totalidade, o que se tem é a imagem da unidade perfeita. Por isso mesmo o inimigo só pode ser o dissidente, isto é, aquele que recusa a

unidade ou escapa dela. Ou, como se costuma dizer, o inimigo é o desvio.

Eu gostaria que FHC e o PSDB mostrassem e demonstrassem que o governo Lula é totalitário. Xingar não vale.

Quanto à afirmação da “corrupção jamais vista”, ela nos joga naquele primeiro argumento que os petistas usaram diante das acusações ao PT e ao governo, isto é, a argumentação comparativa e quantitativa para ver quem é mais corrupto.

Todavia, uma vez que a acusação foi feita de maneira demagógica, respondo dizendo que veríamos a tal “jamais vista” se, na ocasião da posse, o governo Lula tivesse feito uma devassa completa dos dois governos de FHC. Não só as privatizações, mas também, por exemplo, os vínculos de Daniel Dantas (do Banco Opportunity e da Brasil Telecom) com o Banco Central; ou o “valerioduto” do PSDB mineiro; ou o uso de Furnas para o caixa dois tucano; ou o pagamento de parlamentares para votar a emenda constitucional da reeleição etc. A enumeração seria longa.

Como escreveu Tarso Genro no artigo “Ensaio para abril”: “Basta lembrar, por exemplo, que nenhuma acusação até agora foi tão grave quanto as três que ainda pairam – sem resposta – contra FHC: uma reforma constitucional ‘comprada’ para possibilitar a reeleição, que mancharia de legitimidade todo o seu segundo mandato; a fraude do Plano Real e a conseqüente estafa cambial, que arrasaram a economia; as acusações gravíssimas e gravadas de corrupção nas privatizações, que a direita impe-

diu de investigar, certamente não sem motivos. Não discuto aqui se as acusações contra os governos FHC e Lula são verdadeiras ou não, porque tanto o contencioso judicial como o contencioso político, ao final, têm uma síntese (verdade ‘ficta’) que apenas se aproxima da verdade concreta, que nunca será totalmente conhecida” [Folha de S.Paulo, 31/3/2006, p. A3].

SOBRE A REFUNDAÇÃO SOCIALISTA DO PT

JUAREZ GUIMARÃES – *Ao mesmo tempo que expressaram processos de adaptação do PT ao que há de anti-republicano no sistema político brasileiro, os acontecimentos de 2005 revelaram a força de raiz, a vivacidade e um certo renascimento do que poderíamos chamar de “cidadania ativa” dos filiados petistas. O que fazem aqueles que querem declarar a morte do PT ou interdita-lo para a vida democrática brasileira é unilateralizar a interpretação desta contradição a partir de suas dimensões negativas. Gostaríamos de não propriamente negar a problematicidade desta cultura petista hoje, mas interpretá-la a partir de seu topos, do que já foi capaz de constituir na vida democrática brasileira e de inovar na fundação de uma nova cultura do socialismo democrático. Assim, como interpretar o impasse desta cultura socialista democrática do PT que a senhora contribuiu decisivamente para instituir? Como dignificá-la, dar-lhe novas perspectivas no contexto histórico em que nos inserimos?*

Outra questão: na sua reflexão sobre a cultura brasileira, a senhora retoma sempre um fundamento interpretativo do professor Antonio Candido que afirma, de um lado, a inexistência de um pensamento de esquerda complexo, amplo, abrangente e, ao mesmo tempo, elementos de radicalidade do pensamento encontráveis até nas grandes narrativas de autores conservadores. Isto decerto revela uma síntese inacabada ou de todo modo não concluída entre as novas perspectivas de socialismo democrático e a interpretação do Brasil. Em que medida a chegada de Lula à Presidência do Brasil radicalizou a dramaticidade desta situação de uma esquerda colocada no centro da vida do país, mas sem uma síntese programática a partir de seus valores?

MARILENA CHAUI – Se você me permite, vou tentar responder a essas perguntas numa única resposta e sem seguir a ordem das suas questões.

De modo geral, as teorias sociológicas (particularmente as paulistas) tenderam a explicar o Brasil pelo que falta ou por aquilo que ele não consegue ser: faltou burguesia no sentido pleno do termo, faltou proletariado no sentido forte da palavra, faltou Estado nacional, faltaram partidos políticos nacionais, faltou ideologia burguesa (as idéias burguesas foram transplantadas para cá, mas ficaram “fora do lugar”). Minha tendência sempre foi no sentido contrário a essa, talvez por influência dos historiadores que se ocuparam da escravidão e da formação da classe operária brasileira,

talvez também por alguns estudos que fiz sobre o fascismo brasileiro (a Ação Integralista Brasileira, da qual Miguel Reale foi o principal ideólogo), pois este, na tradição do pensamento conservador, também explicava o Brasil pelo que ele não é ou pelo que lhe falta.

Penso que, se tomarmos a sociedade brasileira pelo que ela é ou tem, podemos dizer que, instituída pela economia escravista, conservou os traços que lhe imprimiu o senhor de escravos: é uma sociedade autoritária, vertical, hierárquica, fundada em relações sociais de mando e obediência, nas quais há sempre um superior e um inferior. É uma sociedade que conheceu a cidadania na figura paradoxal do senhor (de escravos)-cidadão, de maneira que a forma da política é a da República oligárquica, na qual o poder é patrimonialista e a prática da representação assume as figuras da tutela, da clientela e do favor, portanto de relações pessoais que evitam a mediação institucional (partidos políticos), propiciando, assim, o aparecimento do populismo (pois este se caracteriza pela relação direta e pessoal entre o governante e os governados, sem mediações institucionais). É uma sociedade que naturaliza as desigualdades econômicas e sociais e que transforma as diferenças (étnicas, religiosas, sexuais, de classe) em assimetrias e, estas, em desigualdades. Como a sociedade é vertical e como, historicamente, as transformações políticas ocorrem pelo alto (vinda da família real, Independência proclamada por um príncipe português, República proclamada por chefias militares), os intelectuais tendem a conceber o

Estado como demiurgo, isto é, a supor que a sociedade é uma matéria amorfa e passiva à qual o Estado dá forma e sentido, e, por seu turno, o Estado tende a ver a sociedade civil organizada como perigosa e os movimentos sociais (associações de operários, sindicatos, movimentos populares) como “questão de polícia”. Essa estrutura vertical e hierárquica é propícia não somente aos regimes políticos ditatoriais, mas também a concepções de esquerda marcadas pelo vanguardismo pedagógico, isto é, pela idéia de que o partido e seus intelectuais têm como tarefa trazer a “consciência correta” às massas alienadas. Ideologicamente, o autoritarismo se exprime não só pela visão estatista da história brasileira, mas também pelo ocultamento da divisão social das classes por meio da figuração da unidade nacional no “caráter nacional brasileiro” (ordeiro, pacífico, progressista, sensual e religioso), no mito da não-violência como essência da nação e na percepção dos conflitos sociais e políticos sob a forma da crise, entendida como desordem, caos e perigo.

Por ser assim, na sociedade brasileira a divisão social das classes surge polarizada entre o privilégio e a carência, que, por serem sempre específicos ou particulares, não se generalizam em interesses comuns nem se universalizam em direitos. Ora, a democracia não é um mero regime político, e sim uma formação social ou uma forma da existência social definida pela criação e garantia de direitos. Assim, a naturalização das desigualdades, a transformação das diferenças em desigualdades, a polarização do privilégio e da carência,

a ideologia em suas várias manifestações e a forma oligárquica da República erguem-se como obstáculos à instituição da democracia.

É nesse contexto que a existência do PT e a do governo Lula merecem ser avaliadas como acontecimentos gigantescos na história da sociedade e da política brasileiras, resgatando a memória das lutas e derrotas operárias, camponesas e populares, esquecidas e omitidas pela história oficial celebrativa. É nesse contexto que as idéias de dignidade dos trabalhadores e de justiça assumem sua verdadeira proporção.

Você pergunta sobre o sentido de uma cultura política socialista relacionada com a democracia.

O socialismo foi desacreditado por causa dos totalitarismos soviético e chinês. Nessas formações sociais, o socialismo foi identificado com a identidade entre partido e Estado, com a propriedade estatal dos meios sociais de produção, que impôs a coletivização forçada do trabalho, e com a idéia de economia planificada, decidida e imposta pelos técnicos da burocracia estatal-partidária, que se tornou a nova classe dominante. Evidentemente, isso nada tem que ver com o socialismo.

Economicamente, o socialismo se define pela propriedade social dos meios sociais de produção. Isso significa, de um lado, que é conservada e garantida a propriedade privada como direito aos bens não somente necessários à reprodução da vida, mas sobretudo indispensáveis ao seu desenvolvimento e aperfeiçoamento; e, de outro, que o trabalho deixa de ser uma força explorada e

alienada para tornar-se uma prática de autogestão da economia, um compromisso dos indivíduos com a sociedade como um todo, e também trabalho livre, isto é, expressão da subjetividade objetivada em produtos. Em

Sem o socialismo como horizonte da democracia e como idéia reguladora de nossas práticas políticas, só restaria ao PT adotar a “terceira via” social-democrata.

outros termos, na medida em que a propriedade dos meios de produção é social e o trabalho é livre, deixa de haver aquilo que define nuclearmente o capitalismo: a apropriação privada da riqueza social pela exploração da mais-valia ou a transformação de todas as coisas e todos os seres humanos em mercadoria; o mercado deixa de ser circulação de mercadorias para tornar-se circulação e troca dos produtos do trabalho livre ou autogerido.

Socialmente, define-se pelas idéias de justiça – “a cada um segundo suas necessidades e capacidades”, no dizer de Marx –, abundância – não há apropriação privada da riqueza social –, igualdade – não há uma classe detentora de riqueza e privilégios –, liberdade – não há uma classe detentora do poder social e político –, autonomia racional – o saber não está a serviço dos interesses privados de uma classe dominante –, autonomia ética – os indivíduos são os agentes conscientes que instituem normas e valo-

res de conduta – e autonomia cultural – as obras de pensamento e as obras de arte não estão determinadas pela lógica do mercado nem pelos interesses de uma classe dominante. Essas idéias exprimem *direitos*.

Politicamente, o socialismo se define pela abolição do aparelho do Estado como instrumento de dominação e coerção, substituindo-o pelas práticas de participação e autogestão, por meio de associações, conselhos e movimentos sociopolíticos; ou seja, o poder não se concentra num aparelho estatal, não se realiza pela lógica da força nem pela identificação com a figura do(s) dirigente(s), mas verdadeiramente como espaço público do debate, da deliberação e da decisão.

Por que socialismo e democracia são inseparáveis? Porque somente numa sociedade socialista os direitos, que definem essencialmente a sociedade democrática, podem concretizar-se. Somente com o socialismo a democracia formal pode tornar-se democracia real.

Respondendo à sua pergunta: sem o socialismo como horizonte da democracia e como idéia reguladora de nossas práticas políticas, só restaria ao PT adotar a “terceira via” social-democrata de “humanização do capitalismo”, ou a via neoliberal, que aprofunda o *apartheid* social por meio de todas as formas de exclusão e toma o capitalismo como “destino da humanidade” ou “fim da história”.

Você pergunta sobre os impasses da cultura política petista. Penso que esses impasses nos conduzem a uma reflexão sobre um dos principais efeitos do neoliberalismo, qual seja, a despolitização, pois encolhe o espaço públi-

co, alarga o espaço privado e reduz o cidadão à figura do consumidor.

Penso que a despolitização também pode ser captada por três versões da ideologia contemporânea: a da competência, a da sociedade do conhecimento e a pós-moderna [este ponto está desenvolvido no artigo a seguir].

Ora, sabemos que a democracia, enquanto forma da existência sociopolítica, opera estimulando a auto-organização da sociedade. É essa capacidade auto-organizativa que o capitalismo contemporâneo tende a destruir, na medida em que afasta indivíduos, grupos e classes sociais de instituições que lhes permitam criar formas de auto-organização e luta. É este o sentido profundo da idéia de privatização como encolhimento do espaço público. Dessa maneira, tomando a fragmentação econômica e social como um dado positivo e último e a ausência de sentido temporal como elogio da contingência e do acaso, e transformando a privatização da existência em elogio da intimidade e do desejo, essa ideologia reforça a despolitização da sociedade.

Nesse contexto, acredito que possamos enfrentar o que você chamou de impasses petistas. Diante dos obstáculos econômicos, sociais e políticos à democracia no Brasil e diante dos mecanismos econômicos e sociais de despolitização, a prática política do PT pode ser reencontrada: assim como nos anos 1980 sua prática definiu-se pela luta contra o autoritarismo, pela criação da cidadania dos trabalhadores, pelo estímulo às formas de organização social ou dos movimentos sociais, assim tam-

bém hoje, no início do século XXI, sua prática pode voltar a definir-se, ainda uma vez, na contracorrente e, portanto, contra os mecanismos e processos de despolitização, tanto os mecanismos internos de sua burocratização quanto os processos sociopolíticos que privatizam o público, bloqueiam a ação popular e a ação da sociedade organizada e destroem a referência ao espaço público da participação e erguem obstáculos à ação republicana para destinar os fundos públicos às políticas sociais e à redistribuição da renda.

Como eu disse no início da entrevista, essa redistribuição tem que ver com a justiça distributiva, e a repolitização se relaciona com a justiça participativa, ou seja, com a ética *da* política. E, uma vez que as idéias de justiça, igualdade, participação e liberdade são definidoras do socialismo, a luta contra a despolitização só pode realizar-se numa perspectiva socialista democrática.

Como você vê, temos muito que fazer.

DEMOCRATIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA:

A TAREFA DO PT CONTRA A DESPOLITIZAÇÃO E
PELA CONSTRUÇÃO DE UMA ÉTICA PÚBLICA

MARILENA CHAUI

O SURGIMENTO DA POLÍTICA

A “invenção da política” (expressão cunhada pelo historiador Moses Finley) se dá com a instauração da idéia de poder *público*, por meio da invenção do direito e da lei (isto é, a instituição dos tribunais) e da criação de instituições públicas de deliberação e decisão (isto é, as assembleias). Esse surgimento só foi possível porque o poder político foi separado em três autoridades tradicionais: a do poder privado ou econômico do chefe de família, a do chefe militar e a do chefe religioso (figuras que nos impérios antigos estavam unificadas numa chefia única, a do rei ou imperador). A política nasceu, portanto, quando a esfera privada da economia, a esfera da guerra e a esfera do sagrado ou do saber foram separadas e o poder político deixou de identificar-se com o governante como pai, comandante e sacerdote, representante humano de poderes divinos transcendentais.

A instituição da política significou: 1) a separação da autoridade pessoal do chefe de família e do poder impessoal público, pertencente à coletividade; ou separa-

ção do privado e do público, impedindo a identificação do poder político com a pessoa do governante; 2) a separação da autoridade militar e do poder civil, com subordinação da primeira ao segundo, exigindo que as ações militares devessem ser, primeiro, discutidas e aprovadas pela autoridade política; 3) a separação da autoridade religiosa e do poder temporal, impedindo a divinização dos governantes e que estes fossem sumos sacerdotes; 4) a instituição da idéia e da prática da lei como expressão de uma vontade coletiva e pública, definidora dos direitos e deveres para todos os cidadãos, impedindo que fosse confundida com a vontade pessoal de um governante; 5) a instituição de uma instância impessoal, pública e coletiva com o poder exclusivo de uso da força para punir crimes, retirando dos indivíduos privados o direito de fazer justiça com as próprias mãos e de vingar por si mesmos uma ofensa ou um crime; 6) o estabelecimento de instituições e funções públicas para aplicação das leis e garantia dos direitos, isto é, os tribunais e os magistrados; 7) a instituição do espaço político ou espaço público, no qual vigoravam a *isonomia* (igualdade perante a lei) e a *isegoria* (igualdade na expressão de opiniões), de sorte que os que possuíam direitos iguais de cidadania discutiam em público suas opiniões, defendiam seus interesses, deliberavam em conjunto e decidiam por meio do voto, podendo, também pelo voto, revogar uma decisão tomada; 8) a distinção entre competência política e competência técnica, ou seja, a afirmação de que todos cidadãos eram politicamente compe-

tentes para opinar e deliberar e a competência técnica só era invocada depois da deliberação política como instrumento para a concretização eficaz da decisão pública (o exemplo da guerra).

A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia como *regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais*.

Visto que o pensamento e a prática liberais identificam liberdade e competição, essa definição da democracia significa, em primeiro lugar, que a liberdade tende a reduzir-se, de um lado, ao chamado “direito de ir e vir” e, de outro, à competição econômica da chamada “livre iniciativa” e à competição política entre partidos que disputam eleições; em segundo lugar, que há uma redução da lei à potência judiciária para limitar o poder político, defendendo a sociedade contra a tirania, pois a lei garante os governos escolhidos pela vontade da maioria; em terceiro, que há uma identificação entre a ordem e a potência dos poderes Executivo e Judiciário para conter os conflitos sociais, estabelecendo limites (tanto jurídicos como policiais e repressivos) para impedir sua explicitação e desenvolvimento completos; e, em quarto lugar, que, embora a democracia apareça justificada como “valor” ou como “bem”, é encarada, de fato, pelo critério da *eficácia*, medida, no plano legislativo, pela ação dos representantes, entendidos como políticos profissio-

nais, e, no plano do Poder Executivo, pela atividade de uma elite de técnicos competentes aos quais cabe a direção do Estado. A cidadania é definida pelos direitos civis e a democracia se reduz a um regime político eficaz, baseado na idéia da cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais.

O pensamento de esquerda, no entanto, justamente porque fundado na compreensão do social como divisão interna das classes a partir da exploração econômica e, portanto, como luta de classes, redefiniu a democracia recusando considerá-la apenas um regime político, afirmando, então, a idéia de *sociedade* democrática. Em outras palavras, as lutas dos trabalhadores no correr dos séculos XIX e XX ampliaram a concepção dos direitos que o liberalismo definia como civis ou políticos, introduzindo a idéia de direitos econômicos e sociais. Na concepção de esquerda, a ênfase recai sobre a idéia e a prática da *participação*, ora entendida como intervenção direta nas ações políticas, ora como interlocução social que determina, orienta e controla a ação dos representantes.

Na concepção liberal, a figura principal é a do indivíduo como portador da cidadania civil ou política, vivendo na sociedade civil, determinada pelas relações de mercado; na concepção de esquerda, a figura principal é a das formas de organização associativa das classes e dos grupos sociais (sindicatos, movimentos sociais e populares).

A partir da perspectiva de esquerda, podemos, em traços breves e gerais, caracterizar a democracia como ultrapassando a simples idéia de um regime político identificado à forma do governo, tomando-a como forma geral de uma sociedade e, assim, considerá-la como:

1) forma geral da existência social em que uma sociedade, dividida internamente em classes, estabelece as relações sociais, os valores, os símbolos e o poder político a partir da determinação do justo e do injusto, do legal e do ilegal, do legítimo e do ilegítimo, do verdadeiro e do falso, do bom e do mau, do possível e do necessário, da liberdade e da coerção;

2) forma sociopolítica definida pelo princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da isegoria (direito de todos para expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas em público), tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores (autores diretamente, numa democracia participativa; indiretamente, numa democracia representativa). Onde o maior problema da democracia numa sociedade de classes ser o da manutenção de seus princípios – igualdade e liberdade – sob os efeitos da desigualdade real;

3) forma política na qual, ao contrário de todas as outras, o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. A democracia não é o regime do consenso, mas do

trabalho dos e sobre os conflitos. Donde outra dificuldade democrática nas sociedades de classes: como operar com os conflitos quando estes possuem a forma da contradição, e não a da mera oposição? Ou seja, a oposição significa que o conflito se resolve sem modificação da estrutura da sociedade, mas uma contradição só se resolve com a mudança estrutural da sociedade;

4) forma sociopolítica que busca enfrentar as dificuldades acima apontadas conciliando o princípio da igualdade e da liberdade e a existência real das desigualdades, bem como o princípio da legitimidade do conflito e a existência de contradições materiais, fazendo com que os direitos civis sejam sobredeterminados por direitos econômicos e sociais. Isso significa que a democracia não se limita a garantir direitos, mas tem como característica principal a criação de direitos novos, postos pelas condições históricas e pelas lutas sociopolíticas. Por esse motivo, a democracia é o único regime político realmente aberto às mudanças temporais, uma vez que faz surgir o novo como parte de sua existência e, conseqüentemente, a temporalidade é constitutiva de seu modo de ser;

6) única forma sociopolítica na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em que os direitos só ampliam seu alcance ou só surgem como novos pela ação das classes populares contra a cristalização jurídico-política, que favorece a classe dominante. Em outras palavras, a marca da democracia moderna, permitindo sua passa-

gem de democracia liberal a democracia social, encontra-se no fato de que somente as classes populares e os excluídos concebem a exigência de reivindicar direitos e criar novos direitos. Isso significa, portanto, que a cidadania se constitui pela e na criação de espaços sociais de lutas (os movimento sociais, os movimentos populares, os movimentos sindicais) e pela instituição de formas políticas de expressão permanente (partidos políticos, Estado de direito, políticas econômicas e sociais) que criem, reconheçam e garantam direitos;

7) forma política na qual a distinção entre o poder e o governante é garantida não só pela presença de leis e pela divisão de várias esferas de autoridade, mas também pela existência das eleições, pois estas não significam mera “alternância no poder”, mas assinalam que o poder está sempre vazio, que seu detentor é a sociedade e que o governante apenas o ocupa por haver recebido um mandato temporário para isto. Em outras palavras, os sujeitos políticos não são simples votantes, mas eleitores. Eleger, como já dizia a política romana, significa exercer o poder de “dar aquilo que se possui, porque ninguém pode dar o que não tem”, isto é, eleger é afirmar-se soberano para escolher ocupantes temporários do governo.

Dizemos, então, que uma sociedade é democrática quando institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui *direitos* e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como luta

social e, politicamente, como um contrapoder social que determina, dirige, controla, limita e modifica a ação estatal e o poder dos governantes.

Fundada na noção de direitos, a democracia está apta a diferenciá-los de *privilégios* e *carências*. Um privilégio é, por definição, algo particular que não pode generalizar-se nem universalizar-se sem deixar de ser privilégio. Uma carência é uma falta também particular ou específica que desemboca numa demanda também particular ou específica, não conseguindo generalizar-se nem universalizar-se. Um direito, ao contrário de carências e privilégios, não é particular e específico, mas geral e universal, seja porque é o mesmo e válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais, seja porque embora diferenciado é reconhecido por todos (como é o caso dos chamados direitos das minorias). Uma das práticas mais importantes da política democrática consiste justamente em propiciar ações capazes de unificar a dispersão e a particularidade das carências em *interesses comuns* e, graças a essa generalidade, fazê-las alcançar a esfera universal dos direitos. Em outras palavras, privilégios e carências determinam a desigualdade econômica, social e política, contrariando o princípio democrático da igualdade, de sorte que a passagem das carências dispersas em interesses comuns e destes aos direitos é a luta pela igualdade. Avaliamos o alcance da cidadania popular quando tem força para desfazer privilégios, seja porque os faz passar a interesses comuns, seja porque os faz perder

a legitimidade diante dos direitos, e também quando tem força para fazer carências passarem à condição de interesses comuns e, destes, a direitos universais.

OBSTÁCULO À DEMOCRACIA NO BRASIL: O AUTORITARISMO SOCIAL

Diante dessas considerações, podemos assinalar alguns obstáculos para a cidadania e a democracia no Brasil. De fato, consideremos os traços principais da sociedade brasileira. Nela, as relações sociais são hierárquicas ou verticais, norteadas pelas idéias de mando e obediência (as relações sociais são sempre praticadas como subordinação de um inferior a um superior) e sustentadas pelas instituições sociais (família, escola, religião, trabalho), que alimentam, reforçam e reproduzem nas classes populares o sentimento de serem subalternas. Disso resulta a *naturalização* das desigualdades econômicas e sociais, do mesmo modo que há *naturalização* das diferenças étnicas, postas como desigualdades raciais entre superiores e inferiores, das diferenças religiosas e de gênero, bem como naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência. Essas condições sociais determinam relações políticas também hierárquicas ou verticais, que se realizam sob a forma do favor, da clientela ou da tutela, bloqueando tanto a prática da representação como a da participação.

Nossa sociedade dispõe de formas para impedir o trabalho dos conflitos e contradições sociais, econômi-

cas e políticas enquanto tais: a naturalização das desigualdades e da violência permite, de um lado, a afirmação de sua imagem como boa sociedade indivisa, pacífica, generosa e ordeira, e, de outro, considerar perigosas e violentas as práticas dos grupos, dos movimentos sociais e populares e das classes sociais, ou seja, as ações da sociedade auto-organizada e mobilizada por direitos. Por esse motivo, conflitos, contradições e lutas são caracterizados como crise e esta é entendida como perigo e desordem.

Também dispõe de meios para bloquear a esfera pública da opinião como expressão dos interesses e dos direitos de grupos e classes sociais diferenciados e/ou antagônicos. Esse bloqueio não é um vazio ou uma ausência, mas um conjunto de ações determinadas que se traduzem numa maneira determinada de lidar com a esfera da opinião para impedir a emergência de um espaço aberto de produção e circulação da informação. Essas ações fazem prevalecer a informação de mão única, veiculada pelos meios de comunicação de massa, que universalizam para todas as classes sociais os interesses e privilégios da classe dominante, operando como contra-informação, alimentando e reforçando o processo de alienação social e política das demais classes sociais, identificadas com valores, idéias, comportamentos e interesses dos dominantes.

Esses obstáculos à cidadania e à democracia fincam suas raízes nas condições materiais de existência e, portanto, naquilo que é a marca da sociedade brasileira: a

desigualdade econômica e social, a exclusão política e cultural e a violência como forma natural das relações econômicas e sociais. Essa desigualdade se exprime na polarização da sociedade entre o privilégio e a carência, polarização que tende a transformar-se em abismo entre bolsões de riqueza e bolsões de miséria.

Ora, politicamente, a polarização carência–privilégio tende a cristalizar-se no populismo, cujos traços poderiam ser assim resumidos:

1) um poder que procura realizar-se sem as mediações políticas, isto é, um poder que procura afastar, e que opera ativamente para afastar, as instituições políticas, tanto os partidos políticos, como formas políticas de organização da sociedade civil, quanto a própria estrutura de organização do Estado. Pretende operar numa relação direta entre governantes e governados;

2) um poder pensado e realizado sob a forma da tutela e do favor, em que o governante se apresenta como aquele que detém não só o poder, mas também o saber sobre o social e sobre a lei (o significado da lei) e, portanto, priva os governados do conhecimento do mundo sociopolítico, podendo, assim, tutelá-los. Como não há mediações políticas nem mediações sociais para que o poder se exerça, a tutela se manifesta numa forma canônica de relação entre o governante e o governado: a relação do favor e da clientela;

3) um poder que opera simultaneamente com a transcendência e a imanência, isto é, o governante se apresenta como estando fora do social, como transcendendo

o social, na medida em que é o detentor do poder, do saber e da lei; mas, ao mesmo tempo, só consegue realizar sua ação se também fizer parte do todo social, já que não opera com mediações. Donde sua posição ambígua de transcender o social e, no entanto, ser imanente a ele;

4) o que Weber chama de dominação carismática, isto é, a personalização do poder. Há uma indistinção entre o poder e o seu ocupante, entre o poder e aquele que exerce a função de governo. No populismo, o poder encontra-se total e plenamente ocupado pelo governante que o preenche com sua pessoa; o governante populista encarna e incorpora o poder que não mais se separa nem se distingue de sua pessoa;

5) o poder populista é, portanto, de tipo autocrático, aspecto hoje em dia muito favorecido pela “indústria política”, que opera com as mesmas regras da propaganda comercial e, portanto, reforçando o personalismo, o narcisismo e o intimismo da vida privada, de sorte a oferecer a pessoa privada de um político como sua pessoa pública;

6) o poder populista é uma forma paradigmática de autoritarismo político.

OBSTÁCULOS À DEMOCRACIA NO BRASIL: A DESPOLITIZAÇÃO NEOLIBERAL

A esses obstáculos locais cabe acrescentar a presença de um fenômeno de escala mundial, qual seja, a *despolitização* causada pelo neoliberalismo.

Francisco de Oliveira¹ analisa a crise fiscal do Estado ou o “colapso da modernização”, a partir das transformações econômicas e políticas introduzidas pelo próprio Estado do Bem-Estar ao instituir o fundo público. Este se caracteriza, de um lado, pelos financiamentos simultâneos da acumulação do capital (os gastos públicos com a produção, desde subsídios para a agricultura, a indústria e o comércio, até subsídios para a ciência e a tecnologia, formando amplos setores produtivos estatais que desaguaram no célebre complexo militar-industrial, além da valorização financeira do capital por meio da dívida pública etc.); e, de outro lado, pelo financiamento da reprodução da força de trabalho, alcançando toda a população por meio dos gastos sociais (educação gratuita, medicina socializada, previdência social, seguro-desemprego, subsídios para transporte, alimentação e habitação, subsídios para cultura e lazer, salário-família, salário-desemprego etc.). Em suma, o Estado do Bem-Estar introduziu a República entendida estruturalmente como gestão dos fundos públicos, os quais se tornam condição da acumulação e da reprodução do capital (e da formação da taxa de lucro) e da reprodução da força de trabalho por meio das despesas sociais. Numa palavra, houve a socialização dos custos da produção e

¹ OLIVEIRA, Francisco de. “O surgimento do antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público”. In: *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*. Coleção Zero à Esquerda, Petrópolis, Vozes, 1998.

manutenção da apropriação privada dos lucros ou da renda (isto é, a riqueza não foi socializada). A ação de duplo financiamento gerou um segundo salário, o salário indireto, ao lado do salário direto, isto é, o direto é aquele pago privadamente ao trabalho e o indireto é aquele pago publicamente aos cidadãos para a reprodução de sua força de trabalho. O resultado foi o aumento da capacidade de consumo das classes sociais, particularmente da classe média e da classe trabalhadora, ou seja, o consumo de massa.

Nesse processo de garantia de acumulação e reprodução do capital e da força de trabalho, o Estado endividou-se e entrou num processo de dívida pública conhecido como déficit fiscal ou “crise fiscal do Estado”. A isso deve-se acrescentar o momento crucial da crise, isto é, o instante de internacionalização oligopólica da produção e da finança, pois os oligopólios multinacionais não enviam aos seus países de origem os ganhos obtidos fora de suas fronteiras e, portanto, não alimentam o fundo público nacional, que deve continuar financiando o capital e a força de trabalho. É isso o “colapso da modernização” e a origem da aplicação da política neoliberal, que propõe “enxugar” ou encolher o Estado.

O que significa exatamente o fundo público (ou a maneira como opera a esfera pública no Estado de Bem-Estar)? Como explica Francisco de Oliveira, o fundo público é o antivalor (não é o capital) e é a antimercadoria (não é a força de trabalho) e, como tal, é a condição ou o pressuposto da acumulação e da

reprodução do capital e da força de trabalho. É nele que vem pôr-se a contradição atual do capitalismo, isto é, ele é o pressuposto necessário do capital e, como pressuposto, é a negação do próprio capital (visto que o fundo público não é capital nem trabalho). Por outro lado, o lugar ocupado pelo fundo público com o salário indireto faz com que a força de trabalho não possa ser avaliada apenas pela relação capital–trabalho (pois na composição do salário entra também o salário indireto pago pelo fundo público). Ora, no capitalismo clássico o trabalho era a mercadoria padrão que media o valor das outras mercadorias e da mercadoria principal, o dinheiro. Quando o trabalho perde a condição de mercadoria padrão, essa condição também é perdida pelo dinheiro, que deixa de ser mercadoria e se torna simplesmente moeda ou expressão monetária da relação entre credores e devedores, provocando, assim, a transformação da economia em monetarismo.

Além disso, com sua presença sob a forma do salário indireto, o fundo público desatou o laço que prendia o capital à força de trabalho (ou o salário direto). Essa amarra era o que, no passado, fazia a inovação técnica pelo capital ser uma reação ao aumento real de salário e, desfeito o laço, o impulso à inovação tecnológica tornou-se praticamente ilimitado, provocando expansão dos investimentos e agigantamento das forças produtivas, cuja liquidez é impressionante, mas cujo lucro não é suficiente para concretizar todas as possibilidades tecnológicas. Por isso mesmo, o capital precisa de parcelas da riqueza

pública, isto é, do fundo público, na qualidade de financiador dessa concretização.

Esse quadro indica que o fundo público define a esfera pública da economia de mercado socialmente regulada e que as democracias representativas agem num campo de lutas polarizado pela direção dada ao fundo público. Visto sob a perspectiva da luta política, o neoliberalismo não é, de maneira alguma, a crença na racionalidade do mercado, o enxugamento do Estado e a desapareição do fundo público, mas a posição, no momento vitoriosa, que decide cortar o fundo público no pólo de financiamento dos bens e serviços públicos (ou o do salário indireto) e maximizar o uso da riqueza pública nos investimentos exigidos pelo capital, cujos lucros não são suficientes para cobrir todas as possibilidades tecnológicas que ele mesmo abriu.

Que acontece quando o capitalismo passa à forma neoliberal?

Examinando a nova forma capitalista, David Harvey² aponta a diferença entre as fases industrial e pós-industrial do capitalismo e sublinha o fato de que, na fase industrial, o capital induzira o aparecimento das grandes fábricas (nas quais se tornavam visíveis as divisões sociais, a organização das classes e a luta de classes) e ancorara-se na prática de controle de todas as etapas da produção (da produção ou extração da matéria-pri-

² HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

ma à distribuição do produto no mercado de consumo), bem como nas idéias de qualidade e durabilidade dos produtos do trabalho (levando, por exemplo, à formação de grandes estoques para a travessia dos anos). Em contrapartida, na fase dita pós-industrial ou da acumulação flexível do capital, imperam a fragmentação e a dispersão da produção econômica (incidindo diretamente sobre a classe trabalhadora, que perde seus referenciais de identidade, de organização e de luta), a hegemonia do capital financeiro, a rotatividade extrema da mão-de-obra, os produtos descartáveis (com o fim das idéias de durabilidade, qualidade e estocagem), a obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias e o desemprego estrutural, decorrente da automação e da alta rotatividade da mão-de-obra, causando exclusão social, econômica e política. A desigualdade econômica e social atinge níveis jamais vistos até então e não só mantém a distância entre países centrais ricos e países periféricos pobres, como ainda, em todos eles, divide a sociedade entre bolsões de riqueza e bolsões de miséria.

Podemos, assim, caracterizar a nova forma do capital com um punhado de traços: 1) opera por exclusão, tanto no mercado da força de trabalho, no qual o trabalhador é tão descartável quanto o produto, como no de consumo propriamente dito, ao qual é vedado o acesso à maioria das populações do planeta, isto é, opera por exclusão econômica e social, formando, em toda parte, centros de riqueza jamais vistos ao lado de bolsões de miséria jamais

vistos; 2) opera por lutas e guerras, com as quais efetua a maximização dos lucros, isto é, opera por dominação e extermínio; 3) estende esse procedimento ao interior de cada sociedade, sob a forma da competição desvairada entre seus membros, com a vã promessa de sucesso e poder; 4) opera provocando e satisfazendo preferências individuais induzidas pelo próprio mercado, as quais seguem a matriz da moda, portanto, do efêmero e do descartável; 5) reduz o indivíduo e o cidadão à figura do consumidor, despolitizando-o porque o reduz a uma figura do espaço privado, isto é, do mercado.

AS EXPRESSÕES IDEOLÓGICAS DA DESPOLITIZAÇÃO

Em traços muito gerais, poderíamos dizer que três versões da ideologia contemporânea alimentam a despolitização: a ideologia da competência, a ideologia da sociedade do conhecimento e a ideologia pós-moderna.

Ideologia da competência. No capitalismo da segunda metade do século xx, a organização industrial do trabalho, sob o comando da chamada “gerência científica”, foi feita a partir de uma divisão social nova: a separação entre dirigentes e executantes. Os primeiros, que recebem educação científica e tecnológica, são considerados portadores de saberes que os tornam competentes e por isso com poder de mando. Os executantes são aqueles que não possuem conhecimentos tecnológicos e científicos, mas apenas sabem executar tarefas, sem conhecer

as razões e as finalidades de sua ação. São por isso considerados incompetentes e destinados a obedecer. Essa divisão se espalha por todas as instituições sociais sob a forma de uma ideologia, a *ideologia da competência*, segundo a qual os que possuem determinados conhecimentos têm o direito natural de mandar e comandar os demais em todas as esferas da existência, de sorte que a divisão social das classes aparece sobredeterminada pela divisão entre os especialistas competentes, que mandam, e os demais, incompetentes, que executam ordens ou aceitam os efeitos das ações dos especialistas. Isso significa que a política é considerada assunto de especialistas e que as decisões são de natureza técnica, via de regra secretas ou, quando publicadas, o são em linguagem perfeitamente incompreensível para a maioria da sociedade. Dessa maneira, as decisões escapam inteiramente dos cidadãos, consolidando o fenômeno da despolitização da sociedade.

Sociedade do conhecimento. Essa expressão pretende explicitar a constatação de que a sociedade contemporânea não se funda mais sobre o trabalho produtivo, e sim sobre o trabalho intelectual, ou seja, que o fator mais importante não é a disponibilidade de capital, mão-de-obra, matérias-primas ou energia, e sim o uso intensivo do conhecimento e da informação, e sobretudo do uso competitivo da ciência e das inovações tecnológicas. A ideologia afirma que, sendo a informação um direito democrático fundamental, a “sociedade do conhecimento” é propícia à sociedade democrática e o grande ins-

trumento para a inclusão social por meio sobretudo da educação. Dessa maneira, a ideologia oculta o essencial, isto é, que o conhecimento e a informação – ou seja, a ciência e a tecnologia – tornaram-se forças produtivas, passando a integrar o próprio capital, o qual passa a depender deles e, visto que o poder econômico se baseia na posse e na propriedade privada dos conhecimentos e das informações, estes se tornaram secretos e constituem um campo de competição econômica e militar sem precedentes e, conseqüentemente, bloqueiam ações e poderes democráticos, fundados na exigência da publicidade da informação. Em outras palavras, a nova ideologia oculta que a “sociedade do conhecimento” não produz verdadeira inclusão social (ou seja, a diminuição das desigualdades e o acesso igual aos benefícios da civilização), e sim aumenta a exclusão social, política e cultural, impede a difusão real do conhecimento e da informação e, portanto, não é propícia nem favorável à sociedade democrática.

Ideologia pós-moderna. Os aspectos econômicos e sociais da nova forma do capital (que mencionamos brevemente acima) são inseparáveis de uma transformação sem precedentes na experiência do espaço e do tempo, ou o que Harvey denomina de “compressão espaço-temporal”, isto é, o fato de que a fragmentação e a globalização da produção econômica engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado, a fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias eletrônicas e de informa-

ção, a compressão do espaço – tudo se passa *aqui*, sem distâncias, diferenças nem fronteiras – e a compressão do tempo – tudo se passa *agora*, sem passado e sem futuro. A ideologia pós-moderna é a comemoração entusiasmada dessa dispersão e fragmentação do espaço e do tempo, dessa impossibilidade de distinguir entre aparência e sentido, imagem e realidade, do caráter efêmero e volátil de nossas experiências. Ela comemora o que designa de “fim da narrativa”, ou seja, dos fundamentos do conhecimento moderno ou a afirmação moderna de idéias como as de racionalidade, identidade, causalidade, finalidade, necessidade, totalidade e verdade, e afirma ser um mito a idéia da história como movimento de contradições e de mediações em direção à emancipação. Em outras palavras, toma a fragmentação econômica e social como um dado positivo e último; toma a ausência de sentido temporal como elogio da contingência e do acaso; transforma a privatização da existência em elogio da intimidade e do desejo e reforça a despolitização da sociedade.

Por que despolitização?

Examinando o projeto moderno, Boaventura de Souza Santos³ considera que este assentou-se sobre dois pilares: o da regulação e o da emancipação. O pilar da

³ SANTOS, Boaventura de Souza. *Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. Vol. 1. Para um novo senso comum*. São Paulo, Cortez, 2000.

regulação, por sua vez, assentou-se sobre três princípios: o Estado (ou a soberania indivisa, que impõe a obrigação política vertical entre os cidadãos), o mercado (que impõe a obrigação política horizontal individualista e antagônica) e a comunidade (ou a obrigação política horizontal solidária entre seus membros). O pilar da emancipação, por seu turno, foi constituído por três lógicas de autonomia racional: a racionalidade expressiva das artes, a racionalidade cognitiva e instrumental da ciência e da técnica, e a racionalidade prática da ética e do direito. O projeto da modernidade julgava possível o desenvolvimento harmonioso da regulação e da emancipação e a racionalização completa da vida individual e coletiva. Todavia, o caráter abstrato dos princípios de cada um dos dois pilares levou cada um deles à tendência a maximizar-se com a exclusão do outro, e a articulação entre o projeto moderno e o surgimento do capitalismo assegurou a vitória do pilar da regulação contra o da emancipação. Ora, mantendo a terminologia de Boaventura Santos, precisamos constatar que, em nossos dias, a crítica da regulação acabou conduzindo também à crítica da idéia moderna de emancipação, uma vez que o pensamento pós-moderno julga a razão moderna não só incapaz de produzir emancipação, mas a considera construída para impedir a emancipação. Se os modernos encontravam na religião o obstáculo à emancipação prometida pela razão, os pós-modernos julgam a própria razão como tal obstáculo, porque esta é adesão a simulacros perver-

sos, que ocultam a diferença, a singularidade, a alteridade, a descontinuidade temporal, o sentido e a contingência essencial do mundo.

Assim, a vitória do pilar da regulação sobre o da emancipação conferiu hegemonia à identidade entre ordem e racionalidade repressiva – que o neoliberalismo traduz em confiança no mercado como agente da racionalidade. Por sua vez, o pensamento pós-moderno tentou suprimir os dois pilares imediatamente e sem mediações, levando ao elogio da descontinuidade e da contingência, da dispersão social e da ausência de sentido da história.

O SIGNIFICADO DA DESPOLITIZAÇÃO

Estamos, assim, diante de duas formas de obstáculo à democracia social no Brasil: aquela decorrente da estrutura autoritária da sociedade brasileira – que bloqueia a participação e a criação de direitos – e aquela decorrente das novas ideologias – que reforçam a despolitização provocada, de um lado, pela fragmentação e dispersão das classes populares (sob os efeitos da economia neoliberal sobre a divisão e organização sociais do trabalho) e, de outro, pelo encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado pela ação do Estado neoliberal.

Sabemos que a democracia, enquanto forma da existência sociopolítica, opera estimulando a auto-organização da sociedade através dos movimentos sociais, populares, sindicais, associativos.

É essa capacidade auto-organizativa que o capitalismo contemporâneo tende a destruir, na medida em que afasta indivíduos, grupos e classes sociais de instituições que lhes permitam criar formas de auto-organização e luta. É este o sentido profundo da idéia de privatização como encolhimento do espaço público.

Além disso, o neoliberalismo define a política como gestão do setor público, e não como governo da sociedade. Não estabelece nenhuma correlação entre a distribuição da riqueza e a distribuição do poder. Ou seja, ela é um poderoso processo de despolitização, o abandono de uma concepção combativa de democracia e da política propriamente dita.

A TAREFA DO PT E A URGÊNCIA DE SUA REDEMOCRATIZAÇÃO

Se, na tradição da direita brasileira, os obstáculos a uma sociedade democrática tendem a traduzir-se na política populista, na tradição da esquerda, a polarização social costuma traduzir-se numa outra linguagem e numa outra vertente, tão destrutiva quanto o populismo: o vanguardismo sustentado pela organização partidária burocrática.

De fato, neste caso, a polarização social é traduzida como distância entre o que se imagina ser a consciência dos trabalhadores ou a consciência popular – definida pela alienação econômico-social – e a consciência “correta” ou “verdadeira” dos quadros dirigentes

(ou a vanguarda). Os dirigentes partidários, porque supostamente conhecem as ações políticas adequadas, podem decidir sem a participação dos militantes e sem consultá-los. Para que sua ação seja eficaz é preciso que o partido seja uma “máquina” e que esta opere sem contestação por parte daqueles encarregados de fazê-la mover-se. Essa “máquina” se estrutura, portanto, na única forma em que sua eficácia parece concretizar-se: na burocracia.

Ora, *a burocracia não é uma forma de organização, ela é uma forma de poder*, cujas características principais são: a hierarquia (cadeias de comando e de subordinação em que cada grau obedece ordens do grau superior, sem contestá-las nem modificá-las), o segredo do cargo (o poder de cada grau da hierarquia decorre de suas atribuições e funções permanecerem desconhecidas para os graus inferiores, de maneira que o segredo assegure a força de comando e de obediência) e a rotina (a “máquina” só pode operar pela repetição das ordens e das tarefas, sem inovação e criatividade). Essas três características do poder burocrático são *o oposto exato da democracia*, pois esta age por igualdade (e não por hierarquia), pela publicidade (e não pelo segredo) e pela criação temporal de direitos (e não pela rotina).

Penso que diante dos obstáculos econômicos, sociais e políticos à democracia e diante dos mecanismos econômicos e sociais de despolitização, a tarefa política do PT pode ser claramente definida: assim como nos anos

1980 sua tarefa definiu-se pela luta contra o autoritarismo, pela criação da cidadania dos trabalhadores, pelo estímulo às formas de organização social ou dos movimentos sociais, hoje, no início do século XXI, sua tarefa se define ainda uma vez na contracorrente e, portanto, contra os mecanismos e processos de despolitização, tanto os mecanismos internos de sua burocratização quanto os processos sociopolíticos que privatizam o público, bloqueiam a ação popular e a ação da sociedade organizada e destroem a referência ao Estado como espaço público e direção dos fundos públicos, uma vez que, no caso brasileiro, a ação política democrática e republicana exige que os fundos públicos sejam destinados às políticas sociais e à redistribuição da renda.

Democratizar o PT significa, portanto:

1) fazê-lo principal sujeito político contra a despolitização e por isso mesmo fazê-lo recuperar sua ligação originária com os movimentos sociais e todas as formas de auto-organização da sociedade, na medida em que são eles (movimentos e formas auto-organizativas) os criadores de direitos;

2) fazê-lo principal sujeito político contra a despolitização e por isso mesmo agente da criação do espaço público propriamente republicano – para tanto o que se exige é: reforma política (portanto, o modo do financiamento da política brasileira e o modo da representação), reforma tributária (ou seja, distribuição da renda), política econômica definida pelas prioridades sociais (isto é, desprivatização do Estado). Somente assim o PT pode

ser sujeito da criação de uma *ética pública* propriamente dita;

3) O PT só poderá ser sujeito político republicano se o aparelho burocrático em que se converteu for destruído de cima a baixo, se suas direções e suas ações forem públicas e de pleno conhecimento público, pois só poderá refazer os laços com os agentes democráticos se ele próprio estiver estruturado democraticamente, de maneira a assegurar: a) a participação de todos os seus filiados e simpatizantes e b) a representação dos interesses e direitos dos movimentos sociais e formas de auto-organização nas instituições do Estado.

O GRANDE JOGO IMPUGNATIVO

ENTREVISTA COM
WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

JUAREZ GUIMARÃES – *O foco desta entrevista é a polêmica em torno da caracterização dos acontecimentos políticos de 2005 no Brasil. O senhor defendeu, às vezes até solitariamente na sua coluna semanal na imprensa [publicada no jornal Valor Econômico], que se tratava de uma campanha de desestabilização do governo Lula que até poderia levar a uma espécie de golpe branco. Essa análise dos acontecimentos foi contraditada por três espécies de argumentos. O primeiro deles é que as elites econômicas do país, os grandes bancos e as grandes empresas estavam sendo fortemente beneficiados pelo governo Lula e, portanto, não teriam interesse na sua desestabilização. O segundo argumento afirmava que o que estava se passando era uma atitude legítima da oposição ao governo Lula, que estava fazendo em relação a ele o que o PT (Partido dos Trabalhadores) muitas vezes fez em relação aos governos anteriores. E, por fim, a idéia de que se comprovou mesmo a existência de corrupção no governo e de caixa dois e que, conseqüentemente, a crise política*

era apenas uma expressão dessas práticas anti-republicanas realizadas pelo PT e pelo governo Lula. Como o senhor reagiria a esses três argumentos?

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que desde sempre, desde o início, sustentei que se tratava de uma crise estritamente em

O que tivemos agora foi um caso estritamente de tentativa de golpe por parte de forças políticas fora do poder.

torno do poder político. Em nenhum momento denunciei, anunciei, identifiquei os grupos político-partidários interessados no término do governo Lula com forças econômicas de nenhuma natureza. Quem fez isso foram outros colunistas políticos, os adversários, as pessoas que discordavam da minha avaliação. Em nenhuma das minhas colunas me referi ao fato de que aqueles que estavam promovendo a idéia de um impedimento do governo Lula estavam a serviço de forças econômicas ou sociais, conservadoras ou não-conservadoras, internacionais ou não-internacionais. Isso é um vício, isso é a rotina, é um cacoete do modo de pensar da semi-intelectualidade brasileira, aquele resquício de um marxismo mal aprendido. Quando se fala em elite, se pensa logo em elite econômica. Não, elite são todos esses jornalistas que têm coluna, por exemplo. Então, grande parte deles estava e está interessada em que o governo Lula não termine ou não seja reeleito, e se tratava, certamente, de uma luta por poder político. Eu escrevi vá-

rias vezes sobre isso. É um dos casos raros em que se vê a luta nua e crua pelo poder, estritamente pelo poder. Subsidiariamente, é evidente que não havia nenhum interesse econômico envolvido nesta tentativa, tanto assim que em nenhum momento esse movimento estritamente político contou com a aprovação pública, irrestrita ou explícita de nenhum segmento da economia brasileira. Este foi um movimento estritamente de partidos fora do poder.

JUAREZ GUIMARÃES – *Isso diferenciaria esse processo de desestabilização de casos clássicos no Brasil, como no pré-64, quando havia uma articulação entre forças políticas e setores econômicos?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Sem dúvida. O que tivemos agora foi um caso estritamente de tentativa de golpe por parte de forças políticas fora do poder. Ambição de poder clara, somente isso. Não houve envolvimento, nem mesmo tímido, por parte de nenhum segmento relevante da economia brasileira. Tudo tem se desenvolvido no cenário das composições partidárias, nas composições político-parlamentares em nível nacional e em nível estadual.

JUAREZ GUIMARÃES – *De fato, não houve mesmo durante a crise nenhuma instabilidade econômica propriamente dita.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Não houve nenhum movimento dos setores econômicos no sentido de favorecer qualquer um dos lados, que se mantiveram

totalmente neutros em relação ao que estava acontecendo. Isso se relaciona, portanto, à primeira objeção, de que não poderia haver um golpe das elites uma vez que as elites econômicas estavam sendo beneficiadas. Não se estava tratando de elite econômica, mas sim de elite político-partidária que estava na oposição.

A segunda objeção, ou seja, de que seria direito da oposição se opor ao governo, tendo em vista que o PT fizera a mesma coisa no período em que estava na oposição, aí há que ponderar escalas. O PT durante o seu período oposicionista parlamentar cometeu, seguramente, diversas tolices do ponto de vista de tomada de posição sobre o governo Fernando Henrique Cardoso. As várias vezes que propôs – se é que propôs, admitamos que propôs – o “Fora FHC” ou coisa semelhante, isso era uma tolice garantida, explicada talvez pela inexperiência no jogo parlamentar, mas também pelo fato de ser uma bancada cuja opinião, do ponto de vista do impacto nas instituições brasileiras, era irrelevante. A opinião do PT e das oposições durante os oito anos do governo Fernando Henrique era totalmente irrelevante do ponto de vista parlamentar, não tinha força para fazer coisa alguma; se tivesse força o governo Fernando Henrique não teria aprovado 18 emendas constitucionais no seu primeiro mandato. Se houvesse uma oposição realmente decidida a barrar o governo, a ter em relação ao governo constituído uma atitude de sabotagem, não haveria a menor possibilidade; acontece que a oposição comandada pelo PT durante os dois mandatos do FHC foi uma oposição mínima – 144 deputados.

JUAREZ GUIMARÃES – *Além disso, não tinha capacidade de vocalização na mídia como a oposição ao governo Lula tem.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Nem tinha mídia para isso. Uma coisa diferente é uma oposição agora encorpada – o que é bom para a democracia, deve ser dito. Uma oposição forte que tem contatos com a imprensa, que tem cobertura da imprensa bastante generosa e que representa forças sociais e políticas e opinião política de peso no país. Afinal de contas, o candidato derrotado do PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) recebeu em 2002 um número de votos razoável – cerca de 33 milhões de votos, se me recordo bem; isso é uma opinião respeitável dentro da população brasileira. O que não foi respeitável foi o que a representação político-parlamentar desta opinião pública fez, aproveitando-se de uma posição de força no Congresso: a sua tentativa inicial foi de terminar com o governo Lula. E isso não é uma questão controversa no sentido de ter opinião, “eu acho que sim, eu acho que não”, isso está nos jornais. Para qualquer pessoa interessada em saber do que se tratava, é só acompanhar os jornais da época, daqueles meses, em que se falava abertamente disso, os líderes davam essa declaração.

RETÓRICA DA “JAGUNÇAGEM”

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor até mesmo aponta que houve um tipo de “retórica da jagunçagem”,*

isto é, a idéia de que a oposição devia ser feita com gosto de sangue na boca...

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – A linguagem política atual recorda os tempos da Primeira República, em que os verbos, as imagens, as analogias eram muito

É bom deixar clara a falácia do argumento de que o julgamento a ser feito não é um julgamento sobre fatos, mas um julgamento político.

fortes. Portanto, ainda que a postura do PT, enquanto foi oposição, tivesse tido a possibilidade de gerar resultados negativos para o governo FHC – coisa que nunca conseguiu –, isso não justificaria a sua repetição por parte da oposição atual, formada pelo que então era o governo PSDB–PFL (Partido da Frente Liberal), uma vez que deveria se tratar é da justiça dos fatos. Nesse processo todo, é bom deixar clara a falácia de um argumento muito utilizado, o de que o julgamento que deve ser feito é não um julgamento sobre fatos, mas um julgamento político. Assim, o Parlamento teria o direito de fazer o julgamento político. Aqui há uma certa pressa nas ilações e nas conclusões: o Parlamento faz julgamento político sim, deve fazê-lo e tem autorização para isso. Mas qual é o julgamento político que o Parlamento faz? O Parlamento faz o julgamento político sobre fatos. Ele pondera politicamente se os fatos provados são suficientes para a

pena proposta. Então, se é provado que um burocrata dos Correios recebeu propina – e isso está provado –, muito bem, qual é a punição que se deve aprovar em relação a esse caso? Aí entra o julgamento político: você pode suspender, pode punir com multa, pode prender; se fosse na Grécia Antiga se poderia ostracizar.

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor indica, então, uma desproporção entre as ilações e os fatos provados?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Não, estou dizendo que julgamento político não é um julgamento que abdica de fatos – a título de que se trata de julgamento político, portanto, se poderia simplesmente dizer que “não me importam os fatos”. Isso é um crime constitucional, não existe isso no direito do mundo, nem no direito positivo brasileiro. O que é político é a ponderação sobre qual é a gravidade do fato apurado e, portanto, qual é a penalidade que a ele deve ser cometida – isso é político; isso não está nos códigos, então o Parlamento julga: tal comportamento merece ser cassado. Mas tem de haver um fato; dizer que isso não importa porque o julgamento é político é uma barbaridade, isso é nazismo, é um julgamento nazista. De modo que durante muito tempo essa falácia prevaleceu, na medida em que se respondia ao pedido de provas das inúmeras e grandiosas acusações que eram feitas diretamente ao presidente Lula, ao PT, com o argumento de que “não importam os fatos, o julgamento é político”. Então, a oposição agora se comporta de uma maneira irresponsável, tendo em vista o

seu próprio poder. É uma oposição de peso, é uma oposição com muita representatividade. Então, o PT, quando anteriormente na oposição dizia “Fora FHC”, não só não tinha força como não tinha legitimidade para pedir aquilo, não tinha voto para fazer aquilo, não teve mandato para fazer aquele pedido – era totalmente fora do

O encaminhamento que as oposições têm dado à questão, estritamente partidário-eleitoral, tem impedido um aprofundamento sobre o problema real da corrupção.

esquadro. Outra coisa é quando um PSDB, um PFL se juntam no Parlamento para acusar o presidente de atos ilícitos sem nenhuma evidência concreta. Esses dois partidos não podem se permitir essa leviandade porque têm um mandato muito comprometido com uma parte expressiva da opinião pública. Então, é precisamente porque se trata de partidos com expressão séria na sociedade brasileira que não podem se permitir esse tipo de política de baixo nível.

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor está fazendo menção ao valor da tolerância, que constitui um princípio democrático. No entanto há um terceiro argumento que, afinal, se provou – embora, como o senhor tenha dito em uma das colunas, “há muitos sus-*

peitos, mas o crime é um enigma”. Provou-se alguma coisa sobre a existência de caixa dois, de alguns nichos de corrupção. Isso não seria, afinal, uma evidência de que, apesar de certos exageros retóricos, a provocação da crise foi positiva para a democracia brasileira?

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – A provocação da crise, sem dúvida; o seu encaminhamento é que arrisca a fazer com que ela deságüe em água com açúcar. Quando a oposição resolveu traduzir retoricamente o problema como um fenômeno instaurado no Brasil pela chegada do PT ao poder nacional...

JUAREZ GUIMARÃES – *A tese da corrupção sistêmica, do partido totalitário...*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Exatamente. A idéia de que o PT, uma vez chegado ao poder, teria instaurado, inaugurado, a prática da corrupção sistêmica no país utilizando empresas públicas fraudulentamente para o financiamento de um projeto de poder de não sei quantos anos – o que é, obviamente, uma mitologia sem tamanho –, quando a oposição enquadra um fenômeno *real* de corrupção nesta verborragia, com isso está comprometido qualquer exame eficaz da matéria da corrupção. O que é surpreendente não é o fato de que tenham sido descobertos estes casos – e mais serão. O fato é que, tendo em vista o encaminhamento que as oposições têm dado à questão, estritamente partidário-eleitoral, tem impedido uma avaliação e um

aprofundamento muito mais sério do problema real da corrupção, de que não escapa o PT, de que não escapam todos os partidos.

JUAREZ GUIMARÃES – *Nós voltaremos a esse tema. Gostaria de retomar um dos tópicos do seu trabalho de análise dos acontecimentos do ano passado, que é a recordação, ou a analogia, ou a afinidade desses procedimentos com uma certa tradição do lacerdismo udenista, afinidade que o senhor identificou por quatro ângulos. O primeiro deles é de que a reação da UDN (União Democrática Nacional) nos anos 1950-1960 não foi um caso isolado, mas um cálculo político diante de um futuro eleitoral muito incerto ante as forças que viam crescer a adesão popular às suas propostas, como era o caso da tradição varguista e de seus desdobramentos pré-64. Em segundo lugar, a utilização instrumental do tema da corrupção. Em terceiro, a participação muito clara de órgãos da mídia na formação da opinião. E, por fim, essa matriz de desqualificação democrática do outro, de certa maneira pretendendo resolver o conflito democrático fora da democracia. Nós já identificamos essa diferença, ou seja, de que esta tentativa de desestabilização teve uma base política evidente, uma arena política muito clara, mas não foi acompanhada de uma base social – como talvez naquele período da UDN histórica, do lacerdismo histórico, que organizou socialmente a sua ira. Que ou-*

tras diferenças históricas o senhor poderia apanhar nessa visão comparativa?

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Uma diferença importantíssima é o fato de que naquela época a reação partidária – e não apenas partidária, social, conservadora – reinava nas ruas sem competição e sem concorrência. Hoje dificilmente um movimento de tipo lacerdista seria capaz de ter o sucesso que o lacerdismo teve. O lacerdismo reinava nas arenas sem competidor; os movimentos sindicais não existiam como mobilização popular; a sociedade não estava organizada, era amorfa. Não é como hoje, quando a sociedade brasileira tem organizações voluntárias de todo tipo, defendendo todos os tipos de interesses, com um sindicalismo muito mais ativo, autônomo, presente. Hoje uma ofensa ao sindicalismo não pode ser feita sem um cálculo muito sério da resposta que pode ter.

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor também identificou um certo deslocamento geográfico do centro desse “udenismo lacerdista” do Rio de Janeiro para São Paulo. A que corresponde esse deslocamento geográfico? A tradição política liberal teria se deslocado da sua matriz?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – É aquela fração da classe média que é sempre muito antipopular. O lacerdismo ocorreu num período em que o Rio de Janeiro ainda concentrava a classe média, ainda era a capital – ou quando a mudança para Brasília ainda era muito recente. Então a classe média conservadora, antipopular,

antivarguista, aquela forma de ser antipopular por excelência, se concentrava fundamentalmente no Rio de Janeiro, que tratava das questões nacionais. O Rio de Janeiro não teve um Ademar de Barros, porque ali, por condições históricas específicas, os assuntos, o debate e as diferenças eram entre figuras nacionais.

JUAREZ GUIMARÃES – *Essa é a dimensão sociológica, mas haveria também na cultura política alguma formação de um liberalismo em dificuldades de se haver com a disputa democrática na configuração desta tradição “udenista”, que ficou muito apagada no período de 1930 a 1964 pela derrota política dos paulistas neste período? Eles não conseguiram formar uma matriz tão forte como é o PSDB, que tem uma inserção política em São Paulo, representa uma certa tradição política em São Paulo?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Não sei, é algo sobre o que precisaria ainda refletir e estudar um pouco, ou seja, se de fato o PSDB atual, no comportamento de 2004-2005, representa tradições paulistas. Não tenho segurança neste particular.

DESQUALIFICAÇÃO DO VOTO

JUAREZ GUIMARÃES – *Outra diferença poderia ser, talvez, o fato de o lacerdismo se apoiar num anticomunismo muito forte, um tipo de cultura da Guerra Fria, quando não existe isso hoje.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – A moeda fundamental hoje é a corrupção, sempre a corrupção. E essa agora é uma bandeira complicada, que está sendo bastante enfatizada por parte novamente dos colunistas, inclusive a diferença entre o eleitorado popular, de partidos como o PT, e o eleitorado de candidatos do PSDB, PFL, que tem que ver com educação e renda. Como se o valor do voto, ou a inteligência do voto, fosse algo decorrente da renda ou da educação formal de quem vota. Ao analisar as últimas pesquisas [de janeiro/fevereiro de 2005], que revelam a recuperação da imagem do presidente Lula, os comentaristas reacionários que participaram do grande jogo impugnativo fizeram questão de acentuar que a recuperação é entre os mais pobres e menos educados.

JUAREZ GUIMARÃES – *O que corresponderia a uma certa tradição oligárquica de pensamento.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – E à desqualificação do voto. Eu quero lembrar a esses analistas semi-intelectuais que no século XIX o escravocrata José de Alencar, criticando os preconceitos dos seus pares do reino contra o voto dos pobres e dos analfabetos, apresentava a seguinte indagação: “Então, os senhores querem dizer que o voto de alguém que tem uma renda de 100 mil-réis por ano vale duas vezes o daquele comerciante que tem uma renda de 50 mil-réis por ano? Ou essa diferença é apenas em relação a quem não tem nenhuma renda? E quanto à educação, aquele

comendador que tem quatro anos de educação vale quatro vezes mais que aquele que tem apenas um ano de educação? Ou essa distinção é apenas em relação àquele que trabalha e não tem instrução?”. Eu aconselharia nossos semi-intelectuais, preocupados com isso, a relembrem José de Alencar.

A democracia brasileira é muito forte porque é muito complexa, há muitos interesses em jogo.

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor identificou três objetivos nesta campanha de desestabilização. O primeiro, eventualmente provocar o impedimento do presidente. O segundo, não deixá-lo governar; e o terceiro, criar legitimidade para uma reforma político-eleitoral mais ampla. Hoje, que balanço o senhor faz destes objetivos? Por que não houve o impedimento? Quais forças obstaculizaram essa intenção?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – O tipo de movimento que a oposição tentou ou é bem-sucedido em 48 horas, ou não se sustenta mais. Porque não tendo nenhuma força econômico-social interessada neste movimento, só poderia ter êxito diante de um fato consumado, ou da suposição de uma maioria eventual, e por meio do atropelo da lei e de uma ação num prazo muito curto, de modo que, quando as pessoas se dessem conta do ocorrido, as coisas já estivessem feitas. A não ser

nessa possibilidade, o movimento que foi feito não tinha capacidade de se sustentar, de ser rápido, de ser algo sem a obediência ao rito da lei.

JUAREZ GUIMARÃES – *E a popularidade do presidente Lula continuou alta mesmo nos momentos mais agudos da crise.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Então, por outro lado, para que isso pudesse ser feito, ou seja, uma série de medidas atropelando os ritos da lei – inclusive o afastamento físico do presidente do palácio, alguém teria que ir lá dizer “saia daqui”... Eu duvido muito que tivesse... Quando eu digo: “Ou essa coisa acontece em 48 horas, ou não tem sucesso”, não quer dizer que teria tido sucesso... mas era relevante porque anunciava o que veio depois.

JUAREZ GUIMARÃES – *Se o PFL tivesse ganhado a disputa pela presidência da Câmara [após a renúncia de Severino Cavalcanti a este cargo em setembro de 2005]?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Não sei, poderia ter tentado e criado simplesmente uma bagunça enorme. O que não acredito é que de fato eles conseguiriam retirar, por meio de medidas arbitrárias, atropelando ritos da lei, o presidente Lula.

JUAREZ GUIMARÃES – *Isto é, a democracia brasileira já se consolidou de alguma forma.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Ela é muito forte, porque é muito complexa, há muitos interesses em jogo. O país cresceu tanto, se diferenciou tanto... Interesses privados, econômicos, sociais, servem a dois senhores. Às vezes, eles aparecem como demônios,

O que vimos foi o presidente do PFL declarar: “Não vamos deixar o governo governar”. Isso é um absurdo.

como interesses caóticos – privados, predatórios, anti-sociais, anticomunitários, o que frequentemente são também. Por outro lado, a existência deles é freio para que algum outro particular se sobreponha aos interesses de todo mundo.

JUAREZ GUIMARÃES – *Isso é uma intuição meio madsoniana, isto é, afim ao argumento usado por um dos chamados pais fundadores da Constituição norte-americana, James Madson, quando argumenta que o tamanho e a diversidade do corpo eleitoral poderiam servir de freio à ação de facções.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Bela observação. É verdade. É a complexidade, a inter-relação de um número grande de interesses que torna muito difícil um golpe de mão. Um golpe de mão é muito difícil em sociedades como a brasileira, complexa. Quem quiser fazer vai ter que fazer por via legal, e foi por aí a tentativa feita. Mas logo ficou claro que o objetivo já era, numa linguagem de jagun-

ço, de sangrar etc., de sabotar o governo, o que foi feito durante todo o ano de 2005. Não houve nada, o governo só começou a aprovar alguma coisa no final do ano.

JUAREZ GUIMARÃES – *Houve uma paralisia parlamentar, mas não administrativa.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Administrativa não, porque dependia só do Executivo. Este continuava a trabalhar. Mas no Parlamento tudo ficou paralisado.

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor identificou nos momentos da crise do governo João Goulart (1961-64) uma paralisia decisória em razão da perda de sua base parlamentar e do modo como ele procurava resolver essa ausência de base parlamentar alterando seguidamente postos-chave do Executivo.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Mas naquele caso houve paralisia do próprio Executivo, o que não aconteceu agora. O Estado continuou estável e trabalhando. O governo tem um programa a cumprir, precisa de medidas, de leis, por isso manda projetos de lei para o Congresso, por isso o Congresso existe. Mas o que vimos foi o presidente do PFL declarar: “Não vamos deixar o governo governar”. Isso é um absurdo. E foi declarado. Mesmo quando este é o objetivo de uma força parlamentar, criar dificuldades dessa magnitude, não se diz isso. E não se diz porque se deve prestar contas ao seu eleitorado. Esse é o discurso de alguém que não se preocupa com prestação de contas ao seu eleitorado, porque é ainda uma

sobrevivência antropológica da política oligárquica, em que não era necessário prestar contas. Ele acha que pode dizer qualquer coisa, que tanto faz. Mas tanto não é assim que ele não será mais candidato, porque não será mais reeleito – o Jorge Bornhausen é um político liquidado.

À DEMOCRACIA ASSUSTA

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor também levantou a idéia de que se procurava legitimar uma reforma do edifício político-partidário-eleitoral do Brasil por meio de certa narrativa da crise, um determinado entendimento das suas raízes.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Isso sempre aparece, em qualquer crise ou mesmo com o funcionamento normal de um sistema democrático... Porque este é um sistema confuso, de muita participação, de muitos interesses, de muita transparência, de muita acessibilidade – por mais que se critique que falta acesso etc., pois sempre é possível ter mais. Porém o que já existe, comparado a qualquer outro sistema no passado ou no presente que não seja democrático, é inacreditável. A democracia é uma bagunça, por definição. Não há como organizar a democracia – só não tendo democracia.

JUAREZ GUIMARÃES – *Mas isso estaria de acordo com certa linha de crítica neoliberal: a democracia como excesso de democracia, e a tentativa de racionalizá-la ou afunilar a agenda...*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Sem dúvida. A democracia é um fenômeno muito recente na história da humanidade. E o fato é que está assustando... A democracia assusta aqueles que sempre foram democratas enquanto a democracia não existia. Não acho que todos eles nunca foram democratas. Acho que muitas pessoas que são hoje conservadoras, temerosas e propõem medidas restritivas, de contenção, não é porque tenham sido hipócritas ao longo do tempo. É que democracia assusta, nunca se viveu isso, ninguém antes experimentou a democracia. Os nossos políticos de 50 anos atrás não faziam nem idéia do que era democracia porque nunca viveram uma. Os presidentes norte-americanos do século XIX jamais souberam o que é a democracia, embora falassem o tempo todo dela, porque jamais tiveram uma – mulher não votava, negro não votava.

JUAREZ GUIMARÃES – *Podemos também identificar, nesta crise, uma capacidade forte de institucionalização da crise na medida em que CPIS foram instaladas, a Procuradoria-Geral da República cumpriu certo papel autônomo, a Polícia Federal também agiu em várias direções. Houve alguma capacidade de institucionalizar as demandas, mesmo em tom muito áspero e radicalizadas, de investigação generalizada no governo?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Em parte. Acho que houve muito investimento de energia política, de ação política, em 2005, e em parte foi uma energia

dissipada, porque nem toda agitação democrática é positiva, como nem toda instabilidade é negativa. Há instabilidades muito positivas. A que ocorreu no período Collor foi muito positiva porque tivemos realmente avanços, o fortalecimento dos partidos, dos ritos constitucionais – foi uma instabilidade muito produtiva para o país. Agora, na crise atual, a Controladoria-Geral da República teve uma reação extremamente importante, e a Procuradoria e a Polícia Federal também. Cobrou-se e deve-se continuar a cobrar a atuação desses órgãos. Mas quanto às CPIS, não estou tão seguro de seu desempenho. Foi na crise dos anões¹ que a CPI adquiriu uma posição importante no sistema brasileiro. Ali sim houve um avanço. Portanto, essas CPIS são crias, são netas daquela, e não estão sendo tão produtivas e tão criadoras.

MÍDIA E DEMOCRACIA

JUAREZ GUIMARÃES – *Vamos passar ao segundo tema da entrevista que é a posição da mídia neste contexto e a sua função na democracia brasileira. O senhor fez uma distinção, e retornou a ela várias vezes em suas colunas, entre a capacidade desestabilizadora da imprensa nas democracias em países em desenvolvimen-*

¹ Referência à CPI do Orçamento, realizada em 1993, que investigou, entre outras denúncias, o escândalo dos “anões do orçamento” – parlamentares, em geral de baixa estatura, que manipulavam a aprovação de emendas na Comissão de Orçamento do Congresso.

to e a função da mídia em países de democracia já consolidada. O senhor podia desenvolver este ponto?

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – O tema das relações entre a mídia e a democracia é um tema vivo, complexo, em todas as democracias. Isso não é um problema só do Brasil, nem é um tema que seja suscitado para efeito de promover ou sugerir censuras. Esse é um tema discutido permanentemente nos Estados Unidos, por exemplo, e na Inglaterra – tenho textos de autores, até mesmo jornalistas norte-americanos, que dizem coisas inacreditáveis da imprensa. Aqui jamais poderiam ser publicados, porque diriam que era defesa da censura, coisa de fascista. É um tema complicado porque ambas as coisas, a mídia de massa e a democracia, são fenômenos quase univitelinos. A opinião pública surge com a democracia. E é preciso ter democracia de massa para ter um público que compre jornal, que seja influenciado pelo jornal. Então, a relação entre esses dois fenômenos é uma coisa nova e que precisa ser bem estudada. Chamo a atenção para um ponto que considero relevante. Imprensa também é negócio, faz parte do sistema de produção do país, produz informação, vende informação. Isso é uma atividade muito complicada: vender informação. O que significa vender informação? O público na verdade não escolhe a informação que compra, não existe um número significativo de jornais com informações diferentes...

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor estaria identificando uma carência de pluralidade?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – É um tipo de atividade tendente à uniformização, e isso não é um fenômeno somente do Brasil, é no mundo inteiro. Até porque os fatos que são jornalisticamente interessantes são mais

**Qual a moeda da imprensa para obter políticas favoráveis a si mesma enquanto empresa?
A moeda da estabilização, da estabilidade de governo.**

ou menos os mesmos. O problema é como estes fatos são apresentados, como são traduzidos como informação para o consumidor. Enquanto negócio, a imprensa depende de governos – e em países como o Brasil a imprensa depende muito mais dos governos do que em países ricos. Então significa que as políticas de governo interessam à imprensa não apenas do ponto de vista da avaliação – como interessa a mim, como analista –, mas também como negócio. Não há diferença entre a Abraminc ou a Abrinco, ou a Associação dos Produtores e de Máquinas e Ferramentas, e as sociedades que representam interesses de empresas de jornal em relação às políticas de governo, porque têm conseqüências em seus negócios.

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor está identificando uma contradição entre a função pretensamente universalista da mídia e o seu interesse corporativo?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Sim. Não é ilegítimo que exista interesse corporativo. O fato é que dado o estágio ainda, comparativamente, pouco rico do país, faz que... assim como outros segmentos da economia, são extremamente dependentes das políticas específicas do governo e fazem o que podem para condicioná-las. Por que a imprensa seria diferente? Não é. Qual é a moeda que a imprensa tem para obter políticas favoráveis a si mesma enquanto empresa? A moeda da estabilização, da estabilidade de governo. Essa é a moeda.

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor identificou também outra moeda de troca, que seria o processo de controle da agenda – a imprensa, muitas vezes, quer controlar a agenda do governo como se controlasse a pauta de seus repórteres.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Exatamente. Essa é uma das formas de interferência no condicionamento do comportamento do governo. E a grande moeda é a estabilização, ou a desestabilização do governo.

JUAREZ GUIMARÃES – *Dessa forma, em seu entender, há uma diferença econômica estrutural entre a relação mídia–governo em países em desenvolvimento e em países ricos?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Sem dúvida. Vamos falar dos consumidores. Se um jornal como *The New York Times* dá uma notícia escandalosa sobre o governo, isso não tem importância do ponto de vista da

estabilidade do governo, porque o consumidor norte-americano de notícias também é independente das políticas de governo.

JUAREZ GUIMARÃES – *O episódio do Watergate representaria uma exceção à regra?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Não, porque aí foi um fato, existiu mesmo e feria preceitos constitucionais. Aí interessa a todo consumidor. Os consumidores de notícia em países ricos são também consumidores das políticas de governo e relativamente independentes dessa política – é preciso ver que a diferença de escala de renda entre os países provoca diferenças ontológicas. Uma digressão: por que, em países ricos, temos uma participação não tão elevada na vida eleitoral? Porque para a maioria dos cidadãos tanto faz, a vida deles não depende das políticas de governo. A estrutura institucional do país está montada; não é o caso dos países como o Brasil, em que tudo está sendo feito, e o modo pelo qual seja feito hoje vai determinar a carreira, a sobrevivência de uma quantidade enorme de firmas, de empresas, de famílias, de pessoas.

JUAREZ GUIMARÃES – *Logo, a condição de ser governo em países como o nosso é muito mais dramática e este ethos de dramaticidade é passível de ser trabalhado pela mídia.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Exatamente, até porque os consumidores, a população, também dependem a cada dia do governo. Por exemplo, temos uma

medida hoje no jornal: está definido que 50% das vagas das universidades federais vão pertencer a egressos das escolas públicas. Isso muda consideravelmente a programação de todas as famílias brasileiras. Quando acontece uma coisa como essa nos Estados Unidos, os cidadãos estão pouco se lixando, porque a maioria vai para a escola privada, ou seja, não depende da política de governo na educação. Eles financiam as suas universidades. Isso gera uma mudança no valor da política de governo, no impacto que tem na sociedade, e conseqüentemente da luta, da carnificina para condicionar esta política. Isso ocorre também com a empresa jornalística, porque ela depende das políticas de governo para comprar papel, para o câmbio...

JUAREZ GUIMARÃES – *Fica a pergunta: como, do ponto de vista das instituições democráticas, ir construindo outro padrão? Quais podem ser os mecanismos, as vias de aprimoramento incremental da democracia?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Acho que isso não vem por aí, acho que isso é evolução da própria sociedade...

JUAREZ GUIMARÃES – *É cultura política?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Não existe uma política de cultura política. A política é o resultado de...

JUAREZ GUIMARÃES – *Pois é, nesse sentido, dependeria de uma evolução sociocultural.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – É tudo, a renda do país, a educação no país, a organização da sociedade. Isso é imprevisível. Agora, temos que passar por isso e vamos continuar passando por isso durante algum tempo. Não é só a imprensa que depende de políticas do governo – porque a empresa também depende. Mas a imprensa fica falando sobre os interesses, os que ficam lá fazendo *lobby*, como se ela não fizesse *lobby*, mas faz também.

PRESIDENCIALISMO E MULTIPARTIDARISMO

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor é um analista desta experiência do presidencialismo de coalizão. Qual a especificidade e a dificuldade do governo Lula em compor uma maioria parlamentar?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – A dificuldade do governo Lula em compor uma maioria parlamentar só surgiu a partir da metade do mandato. Antes compôs com as dificuldades e as negociações normais no sistema político-partidário. Fiz um levantamento sobre as coligações e coalizões feitas no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso para aprovar 19 emendas constitucionais. A sua coalizão formal, eleitoral, era PSDB e PFL. No Congresso é que a ele se associaram o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Então, a coalizão parlamentar do Fernando Henrique, no seu primeiro mandato, foi PFL, PSDB, PMDB e PTB. Com esses quatro partidos no Congresso, ele não teria aprovado nenhuma emenda constitucional.

Eu tenho isso somado, votação a votação, e podemos ver quantos votos foram acrescidos pela incorporação e negociação com os demais partidos. Sem o PP (Partido Progressista), sem o PL (Partido Liberal), ele não teria aprovado nenhuma emenda constitucional. E há uma mudança de votação, contada no voto, aritmética, da primeira votação da emenda da reeleição para a segunda. O aumento do número de votos dados pelo PP e pelo PL é inacreditável. Ou seja, negociações dentro do Parlamento para a constituição de maiorias – dependendo do quórum constitucional, pode ser de 3/5, 2/3 ou maioria absoluta –, isso sempre existe, porque não existe país de sistema multipartidário, democrático, em que um só partido tem maioria no Parlamento, maioria constitucional para aprovar o que bem entender. Não existe isso. Essas negociações fazem parte da vida parlamentar democrática partidária. Não percebi, nos primeiros dois anos do governo Lula, nenhuma dificuldade extra, especial, para formar a maioria. Talvez, sim, por sua dificuldade de aceitar esse fato, ou seja, de que é assim que se governa num país democrático multipartidário. Não se pode querer o multipartidarismo como expressão da vida democrática e ao mesmo tempo não querer que ele exista. Ele existe e cria problemas. Então, só depois da crise é que surgiu essa problemática toda; em minha opinião é uma problemática fora de foco.

JUAREZ GUIMARÃES – *Surgiu, como o senhor identificou, no episódio da eleição da presidência da Câmara e a partir daí com a turbulência...*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Não começou com a eleição do Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara, mas sim na eleição da mesa anterior. De modo que aí começa a ser...

Se você quer avançar mais, se seu partido é comprometido com mudanças maiores que a rotina ou a inércia, tem que contar com dificuldades e oposições maiores.

JUAREZ GUIMARÃES – *Não haveria uma dificuldade própria do governo Lula na medida em que ele é programaticamente de centro-esquerda ou progressista diante de um Congresso que tem uma composição de centro-direita ou tem um eixo mais conservador? Lembro-me de uma iniciativa de projeto de lei que visava desapropriar propriedades que utilizassem trabalho escravo. Nem isso a maioria conservadora do Congresso aceitou, o que estabelece um limite à aprovação de leis mais progressistas...*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Ou seja, certamente que estas coisas existiram, como outras também que foram aprovadas. O ponto que queria salientar é o seguinte: as dificuldades existem e certamente um governo mais voltado para medidas de progresso vai encontrar mais dificuldades que outros não tão empenhados assim. Mas isso é a dinâmica normal. Se você quer avançar mais,

se seu partido é comprometido com mudanças maiores que a rotina ou a inércia, tem que contar com dificuldades e oposições maiores. Vai ter que negociar mais, vai enfrentar mais dificuldades, vai tomar mais tempo. Isso é natural. Ao mesmo tempo que se encontra um Congresso cuja média em termos de flexibilidade para a aprovação de medidas varia de uma legislatura para outra, pode variar. Não é obrigatório que um Parlamento razoavelmente conservador nesta legislatura na próxima seja mais conservador, isso varia. Isso é que faz da política, das negociações do governo e do Parlamento, uma coisa muito dinâmica, que sofre percalços. O governo tem tido mais facilidade em certas áreas do que em outras.

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor não identificaria, então, na raiz das relações entre o Executivo e o Congresso Nacional a origem da crise?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – A origem, não. Mas, como é natural ao longo de um governo, ele não atende 100% das demandas que são feitas, e pode ser que a porcentagem daqueles que não são atendidos vá ficando com resquícios. Se tiver a oportunidade de cobrar, cobra. Mas na origem não acho que tenha sido isso, o que não quer dizer que, ao longo do caminho, não tenham se somado todas as insatisfações.

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor seria favorável a continuar a atribuir, de certa maneira, à própria dinâmica democrática das eleições a resolução de even-*

tuais impasses que existiram na relação entre o governo Lula e o Congresso Nacional? Não haveria algumas mudanças incrementais na forma de organização da nossa democracia, do sistema eleitoral, que poderiam, de certo modo, tornar democraticamente mais expressivas essas relações?

Qual é a versão que o principal partido da mudança no Brasil, o PT, tem a respeito de si próprio nas suas relações com o mundo privado?

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – A parte mais substancial da problemática do país no curto e médio prazos tem que ver com a seguinte questão: “Qual é a versão que o principal partido da mudança no Brasil, que se chama Partido dos Trabalhadores, tem a respeito de si próprio nas suas relações com o mundo privado?”. Quando é que esta discussão vai ser feita de uma maneira não-mitológica, não-analógica, não-metafórica e abertamente? Quando vai ser possível? Quando o partido vai fazer isso? Isso, para mim, é muito mais relevante, porque no dia em que o partido tiver uma noção clara de quais são os seus limites... E para saber quais são os seus limites é necessário saber quais são as suas concessões.

JUAREZ GUIMARÃES – *Então, o senhor desloca o centro da problemática, o que se pode talvez apren-*

der e aperfeiçoar na democracia brasileira, para o âmbito das relações entre o público e o privado, para essas relações que se estabelecem na competição eleitoral e que depois se transferem para o funcionamento do Parlamento?

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – E o Executivo tem que saber muito bem onde está em relação a isso.

JUAREZ GUIMARÃES – *Há vários estudos que demonstram três coisas. Em primeiro lugar, que as eleições no Brasil são muito caras, tão caras como nos Estados Unidos, por exemplo. Em segundo lugar, que o mercado do voto tem crescido cada vez mais; cada vez mais têm sido necessários investimentos maiores para se ter sucesso na eleição de um deputado federal, de um senador. Em terceiro lugar, que os mecanismos de controle são absolutamente ineptos, criando uma situação de uma zona obscura de relações entre o poder privado e os políticos. Como lidar com isso?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Isso não tem nada que ver com o que eu falei antes. O que eu falei antes tem que ver com os partidos, e fundamentalmente o Partido dos Trabalhadores, terem de si próprios uma noção clara de qual é a sua opinião em relação ao mundo privado e deixarem muito claro para os seus militantes, para os seus eleitores, qual é a sua opinião. Não é possível ter simultaneamente, fazendo parte do mesmo partido, a opinião de socialistas, religiosos e pragmáticos

do crescimento econômico de qualquer maneira. E a verdade é que o PT está convivendo com isso e não tem tido coragem de enfrentar este problema. Insisto que

É um mundo pequenininho, um *petit comité* que financia as campanhas políticas no Brasil.

isso é crucial – e não se resolve com a reforma eleitoral. Nenhuma reforma eleitoral vai resolver isso para o PT, podem perder a esperança.

FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS

JUAREZ GUIMARÃES – *A posição oficial do PT é a favor do financiamento público das campanhas, isto é, de se estabelecer, num país tão desigual, condições igualitárias de competição no que diz respeito ao acesso e ao financiamento de campanha.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Não sou favorável ao financiamento público de campanha porque não acho que resolva nenhum dos problemas éticos da problemática brasileira contemporânea. Não estou falando de modelos abstratos ou do que acontece lá na Groenlândia. Em primeiro lugar porque já existe o financiamento de campanha público, já é bastante elevado; o custo das campanhas eleitorais, da Justiça Eleitoral, de todo o aparato e pessoal envolvido, enfim, o custo das eleições é muito elevado. Foram 580 milhões de reais na

última eleição municipal de 2004. Não é brincadeira o custo de uma eleição no Brasil, e isso sai dos cofres públicos. Já existe financiamento hoje das campanhas diretamente por meio dos horários no rádio e na TV, do fundo partidário, já existe uma quantidade enorme de recursos públicos destinados à eleição e à competição partidária. Eu não tenho solução para isso, eu não tenho ainda a coisa certa. Acabei de fazer, com assessoria, com assistentes, o levantamento sobre os principais segmentos financiadores das campanhas de Lula, de Serra, de Garotinho e de Ciro Gomes em 2002, apontando quais foram os segmentos que contribuíram para quais campanhas [veja anexo o artigo “A fisiologia do caixa 1”]. Obviamente, o setor bancário é o grande responsável por essa farra toda. Se fosse para propor uma medida para durar 15 ou 20 anos, só para atender alguma coisa, eu proibiria banco de financiar campanha eleitoral. Com isso já se reduziriam dramaticamente os gastos das campanhas eleitorais. Até porque os bancos estão utilizando dinheiro do público, não é dinheiro deles. Este seria um bom fundamento para proibir que bancos financiassem campanhas: o dinheiro não é deles. Estão financiando com dinheiro alheio, estão financiando candidatos que eu não sei se são os meus candidatos. Do total de recursos recebidos pela campanha do Lula, 25% vieram do segmento bancário; pela campanha do Serra, 48%; do Garotinho, zero; e do Ciro Gomes, um percentual muito baixo. Depois você tem as de sempre: aço, química. Isso eu publiquei por segmentos com agregação. Agora es-

tou descendo e vendo dentro de cada segmento quais foram os grandes doadores. O que se deseja numa campanha democrática? Uma pulverização das doações, um

**Há uma parte do Estado brasileiro
que sempre foi inepta e outra
parte que sempre funcionou
razoavelmente bem.**

“mercado de ações”, isto é, muitos acionistas. Mas não é isso que ocorre. Vou mostrar a oligarquização dos doadores – é um mundo pequenininho, um *petit comité* que financia as campanhas políticas no Brasil. O que se faz com isso? Não sei. O que sei é que o problema é um pouco mais complicado.

O GOVERNO LULA E O ESTADO BRASILEIRO

JUAREZ GUIMARÃES – *Vamos passar ao quarto tema da entrevista. O senhor tem reiteradamente argumentado contra o senso comum que aparece diariamente na mídia que dá conta de uma suposta inoperância, incapacidade administrativa, ineficiência, desperdício, ausência de diretivas administrativas do governo Lula, e chegou a montar uma base extensa de dados comparativos entre o governo Lula e os governos anteriores. A partir desta base de dados, seria possível identificar em que setores o go-*

verno Lula avançou mais, onde ele avançou menos e onde até, eventualmente, ele tenha recuado em relação ao padrão governativo anterior?

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Não, neste momento não, porque este trabalho de levantamento que ajudei a fazer ainda é muito grosseiro – e é grosseiro para os dois presidentes, não há nenhum viés partidário nem ideológico. Ele considera muitos indicadores mas, por exemplo, não toma cuidado com o seguinte: evidentemente que uma baixa no preço do trigo vai repercutir na cesta básica. Isso é contado duas vezes porque aparece numa coisa e aparece em outra. Mas isso vale para todos os casos, então aquilo é o primeiro retrato bruto, porque se falava tanto que o governo era um descalabro, um retrocesso, que não tinha comparação, não sei quantas vezes pior que o governo anterior, e eu muitas vezes em minha coluna pedia aos meus colegas economistas que fizessem essa análise, mostrassem, como já fizeram...

JUAREZ GUIMARÃES – O senhor chega a dizer que não há nenhum setor em que a comparação fosse desvantajosa?

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Há alguns, sim. Mas, no geral, a porcentagem maior é favorável ao governo Lula. Por isso acho que o ano de 2005 foi muito cruel para o governo Lula, porque muitos dos projetos em andamento no Congresso que poderiam frutificar em 2006, alterando alguns dos indicadores, como o saneamento, não sei se ficarão muito comprometidos, se terão

dificuldades de aparecer bem em 2006. De qualquer maneira, o que é crucial nesta discussão é que o governo, o Estado brasileiro, que começou a ser desmanchado por Fernando Collor de Melo, processo que foi inten-

O Estado brasileiro nunca foi preparado para um governo a favor da população pobre.

sificado e agilizado pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, era um Estado preparado, eficiente para um tipo de programa deles. O Estado brasileiro nunca foi plenamente funcional, capaz, competente, pluricompetente. O Estado foi montado para desempenhar certos tipos de atividades, com certo tipo de eficiência, e outras não.

Dando um exemplo, mesmo durante o período de maior eficiência do Estado brasileiro, que foi o período JK – a grande unanimidade nacional contemporânea –, todos os órgãos e grupos de trabalho relativos a metas de governo foram efficientíssimos, sem prejuízo de que aquela parcela do Estado brasileiro que sempre foi entregue à corrupção e ao empreguismo, como DNOCS, DNER, LBV, continuou entregue, continuou ineficiente, incompetente. Há uma parte do Estado brasileiro que sempre foi inepta e outra parte que sempre funcionou razoavelmente bem. E, em relação a vários aspectos, o Estado brasileiro não estava aparelhado para nada. Quando se tem um

governo que se inaugura como o do Partido dos Trabalhadores, que é um outro tipo de poder, de governo, é mais do que natural que haja um desencontro, um desacerto, uma certa desorientação na execução das políticas do novo governo pela simples razão de que o Estado não está aparelhado para isso. O Estado não estava aparelhado para o programa Bolsa-Família, não tinha nem arquivo, nem fichário das pessoas carentes. Como podia distribuir, com eficiência, para milhões de pessoas?

JUAREZ GUIMARÃES – *Existiam vários pequenos cadastros descontraídos.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Não era um Estado feito para isso, ele não estava preparado para fazer isso.

JUAREZ GUIMARÃES – *Vários ministros do governo atual falam muito disso, que o Banco do Brasil não está preparado para a expansão do microcrédito, não sabe fazer isso, tem que aprender a operar isso. Este é um tema muito recorrente no pensamento do senhor, a idéia de que há uma institucionalização muito parcial da vida brasileira. Um governo que procurar dar cobertura, através das políticas públicas, a esses 50, 60 milhões de brasileiros que estão na parte de baixo das estatísticas, que estão na informalidade plena, no andar de baixo – porque há informalidade no andar de cima, como o senhor demonstra –, terá de criar seus próprios instrumen-*

tos, sua própria funcionalidade, seu andamento, seu próprio pessoal, seu corpo burocrático...

**A democracia assusta aqueles
que sempre foram
democratas enquanto a
democracia não existia.**

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – E isso toma tempo. Como você vai preparar o Estado para coibir sonegação de mercadorias para efeito de aumento de preços se você não tem um contingente policial preparado para isso? Então, quando o governo, em 2004, fez um concurso para contratar milhares de policiais federais, a mídia fez uma grita, como se fosse empreguismo. O Estado brasileiro é um dos mais pobres em matéria de recursos humanos se comparado com qualquer outro Estado, considerando a renda que o Brasil tem.

JUAREZ GUIMARÃES – *Este é um tema recorrente: a idéia de que há um inchaço do Estado, o qual teria sido interrompido nos governos anteriores e retomado agora.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Isso é falso.

JUAREZ GUIMARÃES – *Por este ângulo de análise, trata-se mesmo de formar, na verdade, de constituir fundamentos do Estado.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – É claro. O que aconteceu é que o Estado foi esvaziado, foi desarticulado, naquelas estruturas em que ainda estava ligado à parte produtiva, encaminhando-se para ser um possível Estado mínimo num país que vive no mundo contemporâneo. Um governo que tem projeto de mudança social tem que ter políticas de mudança social de larga escala – o Brasil é quase um continente. Então, as políticas, os projetos não podem ser como os do Uruguai, têm de ser projetos que envolvem o tamanho de países, são para um pedaço da população que equivale ao tamanho de um país. Ora, isso tem que ter estruturas nacionais para dar suporte à execução. Nós não temos. O Estado brasileiro nunca foi preparado para um governo a favor da população pobre.

PT E PSDB

JUAREZ GUIMARÃES – *Passando a outro tema, o da caracterização das identidades entre os dois partidos que têm centralizado a disputa político-eleitoral no Brasil desde a década de 1990, o PT e o PSDB. O senhor tem contraditado analistas que, a partir da origem paulista do centro das suas direções e de certas convergências, apontam para uma futura identidade ou até uma possibilidade de fusão, que não ocorreria apenas por interesses eleitorais pragmaticamente conduzidos no curto prazo. O senhor reagiu fortemente a essa hipótese, mostrando as diferenças identitárias entre esses partidos. Quais são elas?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Para não falar na história dos dois partidos, que todo mundo conhece, e que não são exatamente histórias convergentes, digo que eles correspondem e representam concepções diferentes do próprio país. Concepções ainda esboçadas, não definitivamente escritas, mas nelas são parcelas sig-

O Brasil passou por um marasmo durante os oito anos de FHC, nada era possível, tudo estava fora dos limites da possibilidade.

nificativamente diferentes da população que se encontram. O mundo que privilegia o trabalho e acha que a pobreza não está certa e que tem de ser atacada, e que o país precisa progredir, produzir e que para isso temos que utilizar o que for necessário, e isso tem que ser em benefício da população e o Brasil tem que lutar; a esse tipo de concepção adere um conjunto de segmentos da sociedade que absolutamente não se encontra representado no tipo de discurso, de marasmo criativo dos dois mandatos de FHC. O Brasil passou por um marasmo, nada era possível, tudo estava fora dos limites da possibilidade, era um conformismo diante do *déjà vu*, não havia discussão, debate, empenho, foi um marasmo na história do Brasil nunca visto. E era essa a proposta: “Deixa como está para ver como é que fica”, “vamos caminhando com muita cautela”, “é melhor deixar para

amanhã se não puder deixar para depois de amanhã”, “não nos precipitemos”. Não havia nenhum convite à experimentação responsável, a alterar o universo de causalidades que faz com que o mundo seja assim. Aceita-se a realidade como se as causalidades existentes fossem divinas e não pudessem ser alteradas com intervenção de políticas.

JUAREZ GUIMARÃES – *Isto é, uma filosofia conformista de governo diante das tendências do mundo.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Absolutamente conformista. Olhando para trás fica cada vez mais claro que foram oito anos de marasmo, de inacreditável anestesiamiento da auto-estima nacional: “Não há o que fazer, nós não temos o que fazer” – é um absurdo. Não vejo como estas duas concepções possam vir a se juntar, em nenhum momento previsível.

JUAREZ GUIMARÃES – *Sim, mas há no governo Lula uma área de contato entre essas duas tradições.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Mas isso... Nós vivemos no mesmo país e felizmente temos uma dose de tolerância razoável.

JUAREZ GUIMARÃES – *A proximidade seria, então, mais no plano da composição governamental, menos no sentido do ethos partidário.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Como *ethos* partidário, duvido. Como composição governamental, como com-

posição de Parlamento para questões tópicas, isso é perfeitamente possível, razoável, desejável, em certas circunstâncias. Assim como o PT votou projetos do PSDB durante o período Fernando Henrique, o PSDB de vez em quando vota projetos do PT. Mas que venham a ter a mesma visão de país, duvido.

JUAREZ GUIMARÃES – *Passando ao último quadro de questões sobre a renovação da polarização entre esses dois partidos na cena político-eleitoral de 2006, como o senhor avalia as tendências eleitorais descritas nesse quadro?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Ainda é cedo. Cedo no sentido de que eu acho que os candidatos competitivos são os candidatos do PT e do PSDB.

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor avalia, portanto, que as possibilidades daqueles candidatos do voto de fuga desta polarização são restritas.*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – São restritíssimas.

JUAREZ GUIMARÃES – *Isso é muito importante. O senhor está fazendo uma previsão condicionada e, neste campo, o senhor está adiantando a hipótese de que o voto de fuga dessa polarização tem um teto baixo nas próximas eleições. Por quê?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Vamos ver por que o teto é baixo. Não estou pensando no PSOL (Partido do Socialismo e da Liberdade), o PSOL não existe para mim para efeito de competição de poder nacio-

nal – não estou com isso querendo desrespeitá-lo, mas como competidor pelo poder nacional o PSOL não existe. Tanto o PMDB como o PFL têm papel importante na competição eleitoral. Algo diferente é se num primeiro momento qualquer um dos dois pode disputar, substituir – seja o PT, seja o PSDB – como competidor pelo poder nacional. Não obstante o fato de que ambos os partidos, particularmente o PMDB, sejam partidos nacionais muito fortes. Mas o PMDB é um partido nacional forte estadualmente e em assembleias legislativas e municipais. Exatamente porque ele é tão heterogêneo na sua base – está mais organizado em termos de municípios, é o que concorre em maior número de municípios nas eleições locais –, o número de tendências é muito grande e isso dificulta uma união em nível nacional. E também o PMDB tem uma herança do tempo em que era MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e, na verdade, tinha uma ideologia a favor de nada, apenas de ser contra a ditadura. Todo mundo que era contra a ditadura estava no partido. Quando acabou a ditadura e foi preciso definir do que ele era a favor, aí complicou. Então, o PMDB não formulou até agora nenhuma imagem de si próprio capaz de ser o denominador comum do cidadão que tem televisão em São Paulo e do que tem televisão no interior do Pará. O PSDB tem. O cidadão que mora na periferia de São Paulo e tem uma televisão, ganha quatro/cinco salários mínimos, ele vota no PSDB, sobretudo se ele chegou lá vindo não sei de onde, ele não quer mudança. É um erro pensar que as pessoas que estão su-

bindo querem mudança – não querem, têm medo, a experiência do passado é pior, então querem ficar onde estão. O cidadão lá no Pará tem uma renda média muito pior do que esse, mas também tem a televisão dele. Esses dois se identificam com o PSDB.

JUAREZ GUIMARÃES – *Isto é, há uma matriz de identidade construída pelo PSDB que o torna capaz de agregar preferências de eleitores. O PMDB, então, não teria essa capacidade de criar uma polarização alternativa?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – O PFL tem. O PFL tem identidade partidária, só que não tem força eleitoral e, como é um partido muito inteligente, sabe perfeitamente que não tem cacife para encabeçar uma chapa – mas não por falta de identidade, e sim por cálculo racional, eleitoral.

JUAREZ GUIMARÃES – *Na ausência do PMDB e do PFL, nenhuma outra força partidária organizada seria capaz de criar uma polarização alternativa à polarização forte desses dois partidos?*

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS – Sem prejuízo de que, se o Garotinho for candidato e se o Serra for candidato, o Serra vai ter que disputar com ele quem vai para o segundo turno.

A FISILOGIA DO CAIXA 1

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS
(Artigo publicado originalmente na revista *Inteligência*, ano VII, nº 30, jul/ago/set de 2005.)

Nenhum mistério: financiam campanhas eleitorais aqueles que têm interesses e recursos. Vale dizer, participam das campanhas os que possuem recursos para investir, pois que, interesses, até os eremitas cultivam alguns. Os eleitores estão interessados em que seus candidatos sejam eleitos. Eles colaboram para a vitória depositando um voto, o eleitor minimalista, e distribuindo propaganda, fazendo reuniões em casa, comparecendo a comícios, no caso de eleitores militantes, ou, ainda, contribuindo com dinheiro. Existem regras para tudo isso, desde a maneira correta de votar, aos modos e momentos da propaganda, até como e quanto oferecer em dinheiro. Nem todo mundo dispõe de sobra de tempo para comprometer-se com o dia-a-dia de uma competição, assim como não são muitos os aptos a destinar recursos financeiros para este ou aquele candidato. A contribuição monetária para campanhas eleitorais, regulada, legal e pública, é, em princípio, tão legítima como qualquer outra forma de participação nos países em que existe financiamento privado de campanhas políticas. Nenhuma candidatura é, em princípio, perversa por ser privadamente financiada.

Além de recursos privados há sempre uma parcela de contribuição pública nas disputas eleitorais. Trata-se do custo contábil da infra-estrutura material e humana das eleições pago pela sociedade. Urnas, mesas receptoras, juízes eleitorais, mesários, policiamento, transporte, alimentação, cadastros, entre tantos itens, constituem parte do financiamento público das campanhas que, no caso brasileiro, inclui ainda o subsídio implícito no horário gratuito de propaganda eleitoral das rádios e redes de televisão. A avalanche eleitoral no Brasil moderno levou o número de eleitores aos 115 milhões e poucos registrados na campanha presidencial de 2002, correspondendo a 65,7% da população. Seguiu-se aumento substancial no número de seções eleitorais, chegando a um total de 320.458 locais de captação de votos, espalhados pelos 5.657 municípios brasileiros. Houve concomitante acréscimo em todos os mencionados itens de custos. *O voto não é gratuito para o eleitor, tendo sido pago por ele valores que em algumas unidades da Federação correspondiam a mais de uma refeição.* Em Roraima, segundo o relatório das eleições de 2002 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o custo unitário de cada voto alcançou a cifra de R\$ 34,76; R\$ 7,14, em Santa Catarina; e R\$ 5,48, no Rio Grande do Sul. Na média, o financiamento público do voto, em 2002, foi de R\$ 6,77. Multiplique este valor pelo número total de votos e o leitor verá que a participação dos recursos públicos no financiamento das eleições, inclusive em parte das campanhas individuais, não é algo a ser desconsiderado.

Imagina-se que o financiamento público democratiza as campanhas e que o investimento privado introduz desequilíbrios na competição. A hipótese é verdadeira em relação às eleições proporcionais, mas, no Brasil, já não é tão claro que o seja nas eleições majoritárias. Todos os grandes setores econômicos contribuem para as campanhas à Presidência da República, aos governos estaduais e às prefeituras, mas não participam com a mesma ponderação intra-setorial, nem é bem dividida entre os diversos candidatos. Mais significativamente, não destinam recursos de forma equitativa aos diferentes níveis de competição – Presidência da República ou prefeituras.

A Tabela 1 dispõe os valores entregues por 21 setores econômicos (descontada, portanto, a rubrica “outros”) às campanhas presidenciais de 2002 e municipais de 2004. A última coluna divide o total da contribuição de cada setor às campanhas presidenciais pelo que os mesmos setores destinaram às campanhas para prefeitos, em 2004, e apresenta os resultados em percentuais. O valor acima de 100% indica quanto o setor sobreestimou as campanhas presidenciais comparativamente ao que investiu nas municipais. A Tabela 2 inverte a divisão e identifica qual conjunto de setores favoreceu comparativamente mais às campanhas para prefeituras. As listas de preferência, por ordem decrescente de viés no financiamento, são as seguintes:

a) investiram preferencialmente nas campanhas presidenciais: têxtil, couro e vestuário; químico e petroquímico; comunicações; eletroeletrônico; fabricação de

veículos e peças; energia; metalúrgico; financeiro; mineração; siderúrgico; bebidas e alimentos; papel e celulose; farmacêutico; plásticos e borracha.

A distorção na estrutura de financiamento a campanhas dos dois últimos setores é relativamente pequena e não seria exagero de interpretação considerar que colaboraram de forma equivalente para os dois níveis de competição. Mas a composição estrutural da lista revela que a participação privada no financiamento de campanhas eleitorais se rege pela distribuição constitucional de competências. É no nível federal que se tomam as decisões relevantes sobre os setores discriminados. O mesmo resultado aparece no conjunto de setores que privilegiaram, comparativamente, as campanhas de prefeitos.

b) investiram preferencialmente nas campanhas às prefeituras: madeireiro; serviços; agropecuário; açúcar e álcool; construção civil e setor imobiliário; transporte; comércio.

Interesse maior em diferentes níveis de governo não impede que a participação se dê em todos eles, por um lado, nem, por outro, que a preferência por um ou outro dos candidatos transpareça de maneira sutil. Observe a Tabela 3. Praticamente todos os setores preocupados, antes de tudo, com as decisões federais contribuíram financeiramente para as campanhas dos três principais candidatos: Lula, Serra e Ciro. Mas só a candidatura Lula recebeu recursos de todos os 21 setores.

Observe mais. Não obstante haverem contribuído para mais de um candidato, a distribuição dos recursos setoriais

não foi neutra. Lula recebeu 90% da contribuição do setor farmacêutico, 84% do setor metalúrgico, 74% do setor de têxtil, couro e vestuário e 51% do setor de fabricação de veículos e peças. Serra recebeu 69% dos recursos provenientes do setor de papel e celulose, 65% do setor de mineração, 59% do setor financeiro (que destinou somente 28% à campanha de Lula) e 54% do setor de plásticos e borracha. Ciro foi bem aquinhoado pelos setores de bebidas e alimentos, siderúrgico, construção civil e químico e petroquímico. Os setores de bebidas e alimentos (pouco), serviços e construção civil e imobiliário respondem pelos principais itens na distribuição de recursos para a candidatura Garotinho.

O peso ponderado do setor privado no financiamento das campanhas presidenciais é, todavia, distinto do sugerido pelo volume nominal de reais. O que vale, realisticamente, é a ponderação que a contribuição de cada setor tem na economia total das campanhas. A Tabela 4 apresenta porcentagens representadas pela contribuição nominal dos setores no total do financiamento privado. Lula e Serra têm uma estrutura de financiamento bem mais diversificada do que Ciro e Garotinho, cada setor não representando mais do que 10% do total do financiamento recebido, à exceção de um deles, no caso de Lula, e de dois, no caso de Serra. O setor financeiro foi o principal financiador das campanhas de Serra, Lula e Ciro, nesta ordem, e ignorou a candidatura Garotinho. Embora tenha recebido 28% do total das contribuições do setor financeiro, a quantia correspondeu a 22% da

arrecadação total de recursos da campanha de Lula. No caso de Serra, os 59% do total distribuído pelo setor converteram-se em 46% de sua arrecadação, reforçada pelos 14% do setor de papel e celulose. O setor financeiro contribuiu com 20% do total das receitas arrecadado pela campanha de Ciro, auxiliado por quantias equivalentes a mais de 10% desse total pelos setores siderúrgico, químico e petroquímico, construção civil e imobiliário. A última coluna da tabela demonstra que a candidatura Garotinho sustentou-se, basicamente, com aportes da construção civil, em primeiríssimo lugar, e do setor de bebidas e alimentos.

Por mais importante que seja a pulverização de contribuições, é inescapável concluir que são quatro ou cinco os setores econômicos, isto é, as empresas individuais que compõem esses setores, a sustentar as campanhas presidenciais no Brasil, sobressaindo o papel alimentador do setor financeiro. Os gastos exuberantes da competição, os interesses comerciais de programação e divulgação, o poder discricionário controlado pelos secretários de finanças, além de parte dos ilícitos potenciais, devem-se ao volume de recursos postos à disposição dos concorrentes. POR QUE RAZÃO NÃO SE CONTEMPLA, NA LEGISLAÇÃO PERTINENTE, PROIBIR A PARTICIPAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NAS CAMPANHAS ELEITORAIS?

As campanhas às prefeituras atraem prioritariamente outros setores. A Tabela 5 mostra o peso ponderado da contribuição de cada um deles nas campanhas para prefeito das capitais de dez estados, englobando-se as de-

mais na rubrica “outras”. Agora sobressaem as empresas de construção civil e do setor imobiliário, as empresas de transporte, agropecuária, comércio, com algumas peculiaridades locais, como siderurgia em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, açúcar e álcool, em Alagoas, e bebidas e alimentos, no Pará. Mas lá aparece, outra vez, o enorme peso do setor financeiro na sustentação das campanhas em várias capitais; por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estados que detêm os três maiores colégios eleitorais do país.

Admita-se a hipótese da benevolência máxima, a de que o interesse de todos os setores não seja o de obter legislação favorável a si próprio – o que é legítimo em sistemas plurais e competitivos –, mas simplesmente o de que o governo seja neutro em relação aos movimentos competitivos do mercado não-político. Teoricamente, esse seria o Estado *laissez-fairiano*. Que seja. Por simetria, por que não apoiar a existência de um Estado político *laissez-fairiano*, isto é, no qual a competição pelos postos de mando fosse adubada por recursos difusos, dispersos, salvaguardada por uma Comissão de Defesa da Política Pluralista, repressora das tentativas de controle desse especial mercado de ações – o voto? Releia o trecho em garrafais acima. Reflita.

TABELA 1
RANKING DE SETORES POR ORDEM DA RELAÇÃO
DE CONTRIBUIÇÕES 2002/2004

SETOR	CONTRIBUIÇÃO 2002 PRESIDENTE (R\$MIL)	CONTRIBUIÇÃO 2004 PREFEITOS (R\$MIL)	RELAÇÃO (2002/2004) %
Têxtil, couro e vestuário	3.600	250	1440,0%
Químico e petroquímico	5.880	957	614,4%
Comunicações	5.310	1.057	502,4%
Eletr eletrônico	570	160	356,3%
Fabricação de veículos e peças	1.330	400	332,5%
Energia	1.000	385	259,7%
Metalúrgico	1.550	650	238,5%
Financeiro	21.530	10.100	213,2%
Mineração	850	445	191,0%
Siderúrgico	6.580	3.495	188,3%
Bebidas e Alimentos	4.450	2.431	183,0%
Papel e celulose	5.630	3.113	180,9%
Farmacêutico	1.050	815	128,8%
Plásticos e borrachas	1.520	1.429	106,4%
Comércio	2.450	3.158	77,6%
Transporte	800	1.142	70,1%
Construção Civil e Imobiliário	7.230	23.048	31,4%
Açúcar e álcool	150	574	26,1%
Agropecuário	300	2.226	13,5%
Serviços	410	3.241	12,7%
Madeireiro	-	188	0,0%
Outros	50	2.980	1,7%
TOTAL	72.240	62.243	116,1%

Conclusões – Estudo da Relação entre as Contribuições de 2002 a 2004: 14 setores (linhas escuras) contribuíram proporcionalmente mais para Presidente em 2002 do que para Prefeito em 2004.

TABELA 2
RANKING DE SETORES POR ORDEM DA RELAÇÃO
DE CONTRIBUIÇÕES 2004/2002

SETOR	CONTRIBUIÇÃO 2002 PRESIDENTE (R\$MIL)	CONTRIBUIÇÃO 2004 PREFEITOS (R\$MIL)	RELAÇÃO (2004/2002) %
Madeireiro	-	188	Indefinido
Serviços	410	3.241	790,41%
Agropecuário	300	2.226	742,00%
Açúcar e álcool	150	574	382,67%
Construção Civil e Imobiliário	7.230	23.048	318,78%
Transporte	800	1.142	142,74%
Comércio	2.450	3.158	128,92%
Plásticos e borrachas	1.520	1.429	94,01%
Farmacêutico	1.050	815	77,62%
Papel e celulose	5.630	3.113	55,28%
Bebidas e Alimentos	4.450	2.431	54,64%
Siderúrgico	6.580	3.495	53,12%
Mineração	850	445	52,35%
Financeiro	21.530	10.100	46,91%
Metalúrgico	1.550	650	41,94%
Energia	1.000	385	38,50%
Fabricação de Veículos e peças	1.330	400	30,08%
Eletroeletrônico	570	160	28,07%
Comunicações	5.310	1.057	19,90%
Químico e petroquímico	5.880	957	16,28%
Têxtil, couro e vestuário	3.600	250	6,94%
Outros	50	2.980	5.959,30%
TOTAL	72.240	62.243	116,06%

Conclusões – Estudo da Relação entre as Contribuições de 2002 a 2004: 7 setores (linhas escuras) contribuíram proporcionalmente mais para Prefeito em 2004 do que para Presidente em 2002.

TABELA 3
CONTRIBUIÇÕES POR CANDIDATO -
CAMPANHA PARA PRESIDENTE, 2002

SETOR	% PIB	CONTRIBUIÇÃO (R\$MIL)	LULA		SERRA		CIRO		GAROTINHO	
			(R\$mil)	% (setor)	(R\$mil)	% (setor)	(R\$mil)	% (setor)	(R\$mil)	% (setor)
Bebidas e Alimentos	0,9%	4.450	1.600	36,0%	1.000	22,5%	1.350	30,3%	500	11,2%
Têxtil, couro e vestuário	0,8%	3.600	2.650	73,6%	200	5,6%	750	20,8%	-	0,0%
Siderúrgico	1,7%	6.580	2.050	31,2%	1.680	25,5%	2.600	39,5%	250	3,8%
Papel e celulose	1,5%	5.630	860	15,3%	3.890	69,1%	880	15,6%	-	0,0%
Financeiro	7,0%	21.530	6.080	28,2%	12.750	59,2%	2.700	12,5%	-	0,0%
Plásticos e borrachas	0,8%	1.520	500	32,9%	820	53,9%	200	13,2%	-	0,0%
Comunicações	3,2%	5.310	2.050	38,6%	1.910	36,0%	1.350	25,4%	-	0,0%
Mineração	0,6%	850	300	35,3%	550	64,7%	-	0,0%	-	0,0%
Farmacêutico	0,9%	1.050	950	90,5%	100	9,5%	-	0,0%	-	0,0%
Fabricação de veículos e peças	1,1%	1.330	680	51,1%	650	48,9%	-	0,0%	-	0,0%
Metalúrgico	1,4%	1.550	1.300	83,9%	250	16,1%	-	0,0%	-	0,0%
Açúcar e álcool	0,2%	150	150	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Químico e petroquímico	9,8%	5.880	2.630	44,7%	1.700	28,9%	1.550	26,4%	-	0,0%
Eletroeletrônico	1,0%	570	370	64,9%	200	35,1%	-	0,0%	-	0,0%
Construção civil e imobiliário	17,4%	7.230	2.490	34,4%	750	10,4%	2.120	29,3%	1.870	25,9%
Transporte	2,5%	800	800	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Comércio	7,7%	2.450	1.100	44,9%	1.150	46,9%	100	4,1%	100	4,1%
Energia	3,3%	1.000	1.000	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Serviços	10,4%	410	100	24,4%	150	36,6%	-	0,0%	160	39,0%
Agropecuário	9,9%	300	300	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Madeireiro	0,7%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	50	-	0,0%	50	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
TOTAL	82,6%	72.240	27.960	38,7%	27.800	38,5%	13.600	18,8%	2.880	4,0%

TABELA 4
PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO POR CANDIDATO -
CAMPANHA PARA PRESIDENTE, 2002

SETOR	% PIB	CONTRIBUIÇÃO (R\$MIL)	LULA	SERRA	CIRO	GAROTINHO
Bebidas e Alimentos	0,9%	4.450	5,7%	3,6%	9,9%	17,4%
Têxtil, couro e vestuário	0,8%	3.600	9,5%	0,7%	5,5%	0,0%
Siderúrgico	1,7%	6.580	7,3%	6,0%	19,1%	8,7%
Papel e celulose	1,5%	5.630	3,1%	14,0%	6,5%	0,0%
Financeiro	7,0%	21.530	21,7%	45,9%	19,9%	0,0%
Plásticos e borrachas	0,8%	1.520	1,8%	2,9%	1,5%	0,0%
Comunicações	3,2%	5.310	7,3%	6,9%	9,9%	0,0%
Mineração	0,6%	850	1,1%	2,0%	0,0%	0,0%
Farmacêutico	0,9%	1.050	3,4%	0,4%	0,0%	0,0%
Fabricação de Veículos e peças	1,1%	1.330	2,4%	2,3%	0,0%	0,0%
Metalúrgico	1,4%	1.550	4,6%	0,9%	0,0%	0,0%
Açúcar e álcool	0,2%	150	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Químico e petroquímico	9,8%	5.880	9,4%	6,1%	11,4%	0,0%
Eletroeletrônico	1,0%	570	1,3%	0,7%	0,0%	0,0%
Construção Civil e Imobiliário	17,4%	7.230	8,9%	2,7%	15,6%	64,9%
Transporte	2,5%	800	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%
Comércio	7,7%	2.450	3,9%	4,1%	0,7%	3,5%
Energia	3,3%	1.000	3,6%	0,0%	0,0%	0,0%
Serviços	10,4%	410	0,4%	0,5%	0,0%	5,6%
Agropecuário	9,9%	300	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Madeireiro	0,7%	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros		50	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%
TOTAL	82,6%	72.240	100%	100%	100%	100%

% de Contribuição do Estado: % de Contribuição do Setor sobre o Total de Contribuições do Estado.

Tabela 5
PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO POR CAPITAL
CAMPANHA PARA PREFEITOS, 2004

	% PIB	Total Brasil (R\$mil)	SP	AM	PR	GO	RJ	PA	MG	RS	AL	PE	Outros
Açúcar e álcool	0,2%	574	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	22,3%	0,0%	0,8%
Bebidas e alimentícios	0,9%	2.431	1,4%	16,3%	0,0%	4,9%	2,0%	12,5%	1,1%	2,8%	0,0%	0,0%	6,1%
Siderúrgico	1,7%	3.495	3,4%	1,1%	2,3%	2,9%	0,0%	6,7%	18,6%	50,1%	0,0%	11,7%	6,2%
Papel e celulose	1,5%	3.113	8,0%	0,0%	3,3%	0,6%	4,9%	0,0%	7,3%	0,0%	0,0%	0,0%	5,3%
Plásticos e borrachas	0,8%	1.429	4,4%	0,0%	6,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%
Financeiro	7,0%	10.100	31,2%	2,2%	13,2%	0,7%	19,5%	0,0%	21,3%	1,7%	0,0%	2,9%	3,7%
Construção Civil e imobiliário	17,4%	23.048	37,0%	22,0%	49,2%	36,5%	53,1%	24,0%	13,2%	22,8%	8,5%	60,9%	44,5%
Farmacêutico	0,9%	815	0,2%	6,5%	0,0%	2,9%	0,0%	4,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%
Mineração	0,6%	445	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%	0,0%	0,0%	10,2%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%
Transporte	2,5%	1.142	0,6%	3,3%	4,4%	1,3%	4,2%	2,2%	12,8%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%
Metalúrgico	1,4%	650	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,8%	0,0%
Comércio	7,7%	3.158	2,2%	13,0%	5,4%	12,0%	10,4%	18,0%	4,6%	2,8%	2,2%	0,0%	3,5%
Fabricação de veículos e peças	1,1%	400	0,0%	0,0%	3,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%
Comunicações	3,2%	1.057	1,0%	0,7%	0,0%	11,7%	0,0%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%
Têxtil, couro e vestuário	0,8%	250	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%
Serviços	10,4%	3.241	6,3%	3,6%	4,1%	0,0%	0,0%	4,1%	1,6%	3,1%	0,0%	7,9%	8,4%
Madeireiro	0,7%	188	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%	0,0%	5,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Agropecuário	9,9%	2.226	0,6%	0,0%	2,3%	21,0%	0,0%	0,0%	9,3%	0,0%	53,6%	0,0%	0,8%
Eletroeletrônico	1,0%	160	0,0%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Energia	3,3%	385	1,2%	0,0%	0,0%	1,5%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Químico e petroquímico	9,8%	957	0,3%	4,9%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	15,0%	13,4%	4,4%	0,2%
Outros		2.980	0,0%	23,7%	4,0%	1,8%	4,9%	21,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%	7,9%
TOTAL	82,6%	62.243	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

% de Contribuição do Candidato: % de Contribuição do Setor sobre o Total de Contribuições do Candidato.

SAIR DA CRISE COM A ENERGIA DO POVO

ENTREVISTA COM
JOÃO PEDRO STEDILE

A CRISE HISTÓRICA DO BRASIL

JUAREZ GUIMARÃES – *A nossa idéia é explorar uma análise da crise vivida no Brasil em 2005, e que se prolonga por 2006, a partir da perspectiva dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, que valor o senhor atribui e, ao mesmo tempo, que limites identifica na iniciativa muito importante tomada pelos movimentos sociais durante a crise, em junho de 2005, no seu momento mais dramático, que foi a Carta ao Povo Brasileiro [ver anexo], que, ao mesmo tempo, defendia o governo Lula diante da campanha de desestabilização e fazia uma série de considerações críticas sobre seus rumos? Como o senhor analisa o valor desta experiência e o seu limite?*

JOÃO PEDRO STEDILE – Em primeiro lugar, acho que é importante compartilhar a leitura do contexto histórico que nós fazemos, que explica um pouco o porquê da Carta. Nós partimos de uma análise de que no fundo a sociedade brasileira está num período de transição, de crise de modelo econômico, de projeto econômico. Todo

mundo sabe, faz parte da nossa história, que o Brasil teve até agora vários modelos econômicos que caracterizaram de que forma as classes dominantes priorizaram o seu processo de acumulação e de produção de bens.

Nas eleições de 2002 a campanha eleitoral do Lula foi hegemônica por uma visão de ganhar as eleições a qualquer preço.

Então tivemos o primeiro modelo que foi o agro-exportador, que organizou a sociedade brasileira durante todo o período colonial; depois houve uma crise daquele modelo no final do século XIX que vai até 1930; de 1930 a 1980 tivemos a saída da crise com um novo modelo adotado pelas classes dominantes chamado “modelo de industrialização dependente”, embora aí os autores façam uma rotulagem diferente de acordo com a sua ótica — alguns chamam de “modelo de desenvolvimento nacionalista”, outros, como o próprio Fernando Henrique Cardoso, “a era Vargas”. Este modelo urbanizou e industrializou a sociedade brasileira. Mas entrou em crise na década de 1980. Na década de 1990 tentamos, como classe trabalhadora, como povo brasileiro, apresentar uma alternativa para a crise, que foi o chamado “projeto popular” ou “programa democrático-popular”, que as esquerdas organizaram em torno do PT (Partido dos Trabalhadores). Fizemos a disputa do projeto na eleição de

1989 e fomos derrotados. As elites, então, se rearticularam e passaram a aplicar as políticas econômicas de corte neoliberal. Mas o neoliberalismo em essência – naquela época a gente não se dava conta, mas agora está mais claro – não é um modelo econômico, pois as políticas neoliberais são apenas uma forma de o capital internacional impor medidas que garantam a subordinação das economias periféricas aos seus objetivos de continuar acumulando. Os governos Collor, e depois Fernando Henrique, mais do que um novo modelo alternativo que pudesse retomar o crescimento, desenvolver o país mesmo nos marcos capitalistas, aplicaram apenas políticas neoliberais, que serviriam única e exclusivamente para acelerar um processo de concentração da nossa economia, de centralização em torno de grandes grupos econômicos e de subordinação, portanto, de desnacionalização da nossa economia, aos grupos do capital financeiro internacional.

O povo brasileiro, nas eleições de 2002, depois de experimentar esta ilusão que os tucanos impuseram nos dois mandatos do Fernando Henrique, votou contra – tanto é que se dizia que o pior cabo eleitoral do Serra era o Fernando Henrique –, porque o povo votou contra a continuidade do neoliberalismo. Nas eleições de 2002 tivemos um problema do ponto de vista das esquerdas, já que o controle da campanha eleitoral do Lula foi hegemonizado por uma visão de ganhar as eleições a qualquer preço, e para isso se priorizaram as formas de marketing político, todo tipo de aliança partidária eleito-

ral, e não se priorizou – até se desdenhou – um debate com a sociedade brasileira sobre que projeto alternativo teríamos necessidade de discutir para colocar no lugar do neoliberalismo. Então ganhamos as eleições, mas ganhamos num quadro de disputa eleitoral rebaixado politicamente, em que não houve um debate de projeto. No fundo, o povo votou no Lula confiando que ele garantiria as mudanças.

A verdadeira natureza da crise não era apenas ética; era uma disputa entre as classes dominantes para transformar o governo Lula em refém das políticas neoliberais.

Então, vem o governo Lula e no primeiro período mantém as políticas neoliberais; nós, dos movimento sociais, quando fazíamos interlocução com o governo sempre nos era dito que a manutenção daquelas políticas neoliberais era transitória, que era apenas uma ponte para evitar chantagem, para evitar bloqueio, para evitar uma agudização da crise econômica tal o grau de dependência financeira em que o Brasil estava. E nós, como movimentos sociais, aceitamos essas argumentações de transitoriedade da política neoliberal. No entanto passaram-se mais alguns meses e, tanto pela realidade dos fatos políticos como pelas interlocuções que mantivemos dentro do governo, percebemos que aquela política

não era transitória, mas que havia uma decisão de manter uma política econômica neoliberal. E, ao mesmo tempo, identificamos que esta decisão do governo Lula de manter as políticas econômicas neoliberais não era uma decisão que representasse a vontade unitária das forças que tinham garantido a vitória e que estavam administrando o país. Portanto havia uma disputa muito intensa dentro do governo também sobre qual trajetória seguir. E identificávamos neste debate que havia um núcleo histórico do PT no governo que defendia teses de que era possível redimensionar o governo para a construção de uma aliança com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) que resultasse num projeto de desenvolvimento nacional. Nós já havíamos feito esta leitura de que havia essas posições, ao aceitarmos e compreendermos o papel da aliança com as forças que o vice José Alencar representa. Abro parênteses para dizer que acho que as esquerdas reagiram muito sectariamente à candidatura do José Alencar porque, na verdade, o José Alencar não representava uma aliança com o PL (Partido Liberal), no sentido do que o partido representa politicamente; a aliança com o José Alencar era para ter uma ponte para construir a possibilidade de um projeto de desenvolvimento nacional com outras forças da nossa sociedade.

Então, no início de 2005, quando se deflagra a crise política, que envolve todo o governo, a princípio houve uma leitura exagerada das esquerdas e de certos setores – influenciados pela mídia conservadora – de que a

crise era apenas uma crise ética e que vinha à tona naqueles fatos denunciados como de corrupção. A leitura que fizemos dentro dos movimentos sociais é de que, se houvesse casos de corrupção, eles deveriam ser avaliados e punidos, mas, no nosso modo de entender, a ver-

**A nossa força não está apenas na
justeza das nossas idéias, está no
contingente que conseguimos
organizar para as mudanças.**

dadeira natureza da crise não era apenas ética, era, na verdade, uma disputa que se estava travando entre as classes dominantes brasileiras que tentavam transformar o governo Lula em refém das políticas neoliberais. E então, de certa forma, a síntese que a Carta ao Povo Brasileiro feita pelos movimentos queria transmitir para a sociedade brasileira era que a natureza da crise era essa: da falta de um modelo de desenvolvimento econômico e da falta de unidade de forças em torno daquela proposta, e de que, na verdade, as forças conservadoras que estavam completamente subordinadas ao interesse do capital internacional tentavam jogar o governo num imbróglio de denunciamento que o impedisse de fazer qualquer mudança rumo a outro projeto. E, como consequência dessa leitura da crise, dissemos ao governo e ao presidente Lula de viva voz: “Nós achamos que há uma alternativa para o governo; não basta o governo ficar

respondendo se há ou não corrupção – isso é secundário nesta altura da luta de classes. O que é importante é o governo recuperar o debate na sociedade sobre a necessidade de um novo modelo econômico para o país”. Acho que nos movimentos sociais até estávamos rebaixando as demandas históricas, porque do ponto de vista histórico, até 1989, tínhamos acumulado com a esquerda e com os movimentos sociais aquela proposta que resultou no programa democrático-popular e que era e é uma proposta avançada de classe, da classe trabalhadora, do povo brasileiro. Mas agora, diante da derrota política que sofremos em 1989, diante da correlação de forças internacionais, diante do que representou a nossa derrota e dos 15 anos de neoliberalismo que enfrentamos e, sobretudo, diante do refluxo a que o movimento de massas foi condicionado nos últimos anos, achamos que neste contexto um projeto de desenvolvimento econômico nacional é um avanço. E, pelo menos, é uma barreira à continuidade do neoliberalismo, que é uma derrota histórica para toda classe trabalhadora.

Mas, voltando à Carta, dissemos ao governo: os movimentos sociais acham que ainda é um avanço retomarmos as teses do desenvolvimento nacional – que se resumem, *grosso modo*, em desenvolver o mercado interno, estimular o setor industrial e distribuir renda. São as teses clássicas do desenvolvimento nacional. Mas para recompor esta aliança entre o movimento social e o governo haveria necessidade de o governo dar sinais claros de que não continuaria defendendo a política

neoliberal. E do lado dos movimentos sociais também jogamos uma carta na mesa, mas sem muita força, porque tínhamos clareza de que também não possuíamos força suficiente para empurrar o governo para a esquer-

Há uma crise ideológica na sociedade brasileira, não naquele sentido de utopias, mas no sentido de que as pessoas não se mobilizam mais em torno de valores.

da, se no bojo dos nossos movimentos não começassem a surgir sinais do reascenso do movimento de massas. Porque a nossa força não está apenas na justeza das nossas idéias, está no número, no contingente que conseguimos organizar para as mudanças. E, infelizmente, desde a Carta ao Povo Brasileiro até agora também não conseguimos reconstruir sinais que possam levar a um reascenso do movimento de massas.

OS DESAFIOS DAS FORÇAS SOCIAIS

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor, então, evitando uma análise puramente conjunturalista da crise, chama a nossa atenção para um período mais longo de impasses e de uma transição que está colocada e que depende de um avanço da correlação de forças. O senhor tem utilizado muito em seus artigos e entrevistas essa idéia*

de que há um refluxo dos movimentos sociais. Eu li um artigo muito interessante da Laura Tavares Soares [Contra as teses do refluxo”, disponível em www.outrobrasil.net], filha da professora Maria da Conceição, problematizando essa idéia do refluxo, no sentido de que no Brasil houve certa capacidade importante de resistência ao neoliberalismo – de toda maneira a CUT (Central Única dos Trabalhadores) se manteve com um grau de sindicalização ainda razoavelmente elevado para padrões do Terceiro Mundo; nós temos ainda o acúmulo do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) como um dos movimentos sociais mais importantes do mundo no campo; as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) ainda mantêm a sua força, a sua vivacidade; a esquerda brasileira nunca teve tal projeção institucional, eleitoral como tem hoje; nas eleições de 2002 o PT foi o mais votado entre todos os partidos. Então, para discutir o conceito de refluxo e fugir da idéia de que os movimentos sociais estão sempre em ascenso, sempre avançando, gostaria de conversar mais com o senhor sobre essa idéia do refluxo. Como o senhor entende este refluxo dos movimentos sociais?

JOÃO PEDRO STEDILE – Antes de entrar na questão específica da pergunta, que é a dinâmica dos movimentos de massa, quero de novo fazer uma contextualização mais geral, porque isso influi no refluxo.

A sociedade brasileira vive uma crise de destino, uma crise de projeto. Isso é importante debatermos, porque

há opiniões diferentes no próprio governo e, obviamente, nas classes dominantes. Então partimos da seguinte leitura: há uma crise na economia brasileira. A economia brasileira não está crescendo, nem mesmo do ponto de vista capitalista; a economia brasileira não está

**Nós do MST tínhamos um idealismo,
achávamos que a simples vitória do
Lula levaria ao reascenso do
movimento de massas.**

produzindo a solução para as necessidades do povo brasileiro, e, portanto, no contexto de crise econômica afloram os problemas sociais do desemprego, da informalidade, da falta de mobilidade social, da falta de progresso social da classe trabalhadora, e isso gera um clima psicossocial de desânimo, de derrota, de falta de perspectivas. Se você parte de uma análise, como certos setores da esquerda, que estão no governo, e das classes dominantes, de que a economia brasileira vai muito bem, a sua leitura é diferente dos movimentos. Então se chega à conclusão de que os movimentos estão desanimados porque estão satisfeitos, quando de fato eles estão desanimados justamente porque não têm conquistas, porque há uma crise da economia. Além do fato de que o operariado industrial sofreu uma grave derrota histórica durante o neoliberalismo, com o desemprego e os avanços da produtividade do trabalho

pela revolução tecnológica.

Há uma crise política também instalada no país, na sociedade brasileira. De que natureza é esta crise? Há uma crise das práticas políticas dos partidos, em especial os de esquerda – nem vou falar dos da direita porque eles não refletem nem a vontade da classe dominante. Há uma crise da classe política, sobre a qual podemos voltar a falar. E há uma crise ideológica na sociedade brasileira, não naquele sentido de utopias, mas no sentido de que as pessoas não se mobilizam mais em torno de valores, as pessoas estão lutando pela sobrevivência, e isso afeta o povo, na base, os militantes e os dirigentes. Essa crise ideológica de valores talvez seja uma das conseqüências mais graves do neoliberalismo. E isso vai para dentro dos movimentos também – o dirigente sindical não quer ser presidente para se transformar num líder de massas, ele quer ser presidente porque em algum momento ele vai viver – ele pessoalmente – melhor do que sua categoria, por benesses. Isso é o antivalor: eu quero resolver o meu, e não o da minha categoria.

JUAREZ GUIMARÃES – *Não seria contraditória uma idéia de refluxo com a rejeição ao neoliberalismo e a projeção de esperanças que houve em 2002?*

JOÃO PEDRO STEDILE – Vou chegar agora à lógica dos movimentos de massa. Os movimentos de massa têm também uma dinâmica histórica, não dependem só da vontade dos dirigentes, como alguns setores de esquerda afirmam, ou seja, não é só “um problema de

direção”. Não, os movimentos de massa têm uma lógica que está afeta à correlação de forças e, se analisarmos a luta de classes ao longo do século xx, perceberemos claramente que esta luta de classes gerou uma verdadeira espiral, em que em certos momentos a classe trabalhadora, o povo, avança, portanto há um reascenso das massas, uma ofensiva de classe, há um embate com a classe dominante, e quando a classe trabalhadora é derrotada, aí se produz um refluxo. Os últimos dois grandes episódios de enfrentamento foram em 1964 e 1989. Em 1964 fomos derrotados e vivemos um refluxo até 1979 – de 1979 em diante reorganizamos nossas forças e tivemos um reascenso do movimento de massas. Na nossa leitura, a eleição de 1989 é enigmática porque só agora compreendemos que ali decidimos um momento da nossa história e a nossa derrota política produziu um descenso do movimento de massas que tem reflexos até hoje.

Costumo citar uma fala do Eric Hobsbawm em que ele considerou extemporânea a vitória do PT nas condições históricas do Brasil. Por quê? Normalmente a esquerda ganha eleições, ou seja, batalhas eleitorais, como fruto do ascenso do movimento de massas. Nós aqui tivemos uma vitória da batalha eleitoral importante, que foi a vitória do Lula, mas em um momento de descenso. E isso é importante entendermos, porque ter ganhado eleitoralmente com as massas em descenso é, na verdade, um dos condicionantes que vai caracterizar a ambigüidade do governo Lula.

Então por que caracterizamos que o movimento de massas está em refluxo? Não é que não haja lutas, movimentos organizados. Há lutas, o povo luta todo dia para sobreviver, e algumas categorias fazem lutas coletivas. Nós, no campo, passamos os 15 anos de neoliberalismo fazendo lutas. Mas aqui utilizo a expressão reascenso do movimento de massas ou refluxo no sentido da capacidade de acúmulo da classe como um todo, em torno da construção de um projeto, da capacidade de se mobilizar para aquele projeto e conseguir tomar a iniciativa política de ir para a ofensiva contra a classe dominante. E isso não está acontecendo desde 1989.

A eleição do Lula não foi suficiente. Também tínhamos este idealismo – não vou dizer ilusão porque é uma palavra muito forte –; nós do MST tínhamos um idealismo, achávamos que a simples vitória do Lula levaria ao reascenso do movimento de massas porque geraria novas esperanças. De certa forma, entre os Sem Terra isso se produziu porque em 2003 conseguimos mobilizar quase 200 mil famílias que foram acampar. Mas do ponto de vista da classe trabalhadora brasileira e do povo em geral, embora tenham votado no Lula, isso não foi suficiente para detonar um processo de reascenso do movimento de massas.

JUAREZ GUIMARÃES – *Esta análise que o senhor está fazendo é muito importante no sentido de uma certa sensibilidade extremada para o que há de limite, não apenas externo a nós na conjuntura internacional,*

no poder das classes dominantes, mas nos limites do nosso próprio movimento. Para continuarmos refletindo sobre essa idéia do refluxo, assim entendido pelo senhor, isto é, a dificuldade de construir um movimento de unidade popular em torno de um projeto que unificasse as iniciativas...

JOÃO PEDRO STEDILE - Que acumule forças e que vá para a ofensiva.

As esquerdas, se quiserem ser conseqüentes, têm que trabalhar com uma visão de longo prazo.

JUAREZ GUIMARÃES – *Forçando uma comparação com o que está ocorrendo na Venezuela, será que seria possível falarmos em diferentes padrões de lutas de classe? No seguinte sentido: na Venezuela temos uma situação em que o sistema político sofreu profunda deslegitimação social, inclusive temos uma classe dominante profundamente predatória e vinculada ao Estado, uma situação em que as Forças Armadas se moveram para se distanciar dessas elites corrompidas e uma situação em que a intervenção direta dos Estados Unidos provocou um surto importante de rejeição antiimperialista. E isso, então, configurou um padrão de luta social, de luta de classes que é muito diferente do nosso padrão, como o senhor estava explicando, isto é, de um movimento*

que se encontrou num processo de institucionalização muito forte no seu desenvolvimento, principalmente nos anos 1990, e de um governo que se relaciona com a luta de classes, mesmo com as classes dominantes, a partir de dentro do Estado, nos seus limites constitucionais, que nós conhecemos muito bem. Então estaríamos inseridos em outro padrão de luta de classes. Como fazer mover este padrão, com todos os limites que ele coloca para a superação desse refluxo, em direção a uma alteração da correlação de forças favoráveis às mudanças históricas que ansiamos?

JOÃO PEDRO STEDILE – Muito bem, de novo vou recorrer a um contexto mais amplo.

Nós não temos uma visão de que na América Latina está havendo um reascenso do movimento de massas como é freqüente ler nos jornais de esquerda – “Agora estamos numa nova etapa histórica, revolucionária da América Latina” ou que “o Fórum Social Mundial de Caracas [em janeiro de 2006] representou isso ou aquilo”. É claro que estamos em melhores condições do que a década de 1990, é óbvio que há mudanças em curso. A história é a história de mudanças, às vezes para pior, às vezes para melhor, neste caso as mudanças que estão ocorrendo são para melhor. Mas você disse bem, não há e não poderia haver em sociedades tão diferentes como na América Latina um padrão unitário para as massas reagirem à correlação de forças que elas enfrentam em cada país. Então, a América Latina está vivendo momentos, em cada um de

seus países, muito diferenciados. Em alguns países o povo está usando as eleições para lutar contra o neoliberalismo, em outros, as ruas. Mas, num contexto geral, acreditamos que está havendo um reascenso do movimento de massas apenas na Bolívia e na Venezuela – desde o golpe de 2003 para cá, pois mesmo quando o Chávez foi eleito não havia movimento de reascenso de massas, ele foi eleito por uma reação da população contra a corrupção. Houve reação do movimento de massas quando ele foi recolocado no governo, depois do golpe de 2003 – aí, sim, houve um reascenso do movimento de massas na Venezuela. Como você disse bem, lá ele se mantém também em função dos ataques permanentes que o império faz por causa da relação do petróleo, então isso obriga as massas venezuelanas a um grau mais dinâmico de politização.

E é interessante olhar a situação de cada país da América Latina, não só para ver as diferenças, mas para ver as semelhanças, porque muitos países adotaram a via eleitoral para fazer o protesto contra o neoliberalismo e, depois, por não haver reascenso do movimento de massas, não conseguiram fazer mudanças. É o caso da Argentina, é o caso do Equador, que nos últimos dez anos elegeu e derrubou seis presidentes e todos sempre como contestação – mas não houve mudanças.

Voltemos ao Brasil, com um olhar mais prospectivo dos movimentos sociais, olhando para o futuro. Nós temos uma leitura complementar. De um lado dizemos: “Temos que seguir plantando árvores para que possamos colher frutos perenes a longo prazo”. Não pode-

mos gerar ilusão no nosso povo de que as verdadeiras soluções para seus problemas dependem apenas do governo ou estão aí na esquina. As mudanças estruturais da sociedade brasileira ainda vão demorar muito tempo, ou seja, é um projeto de médio e longo prazo. Então, as esquerdas que quiserem ser conseqüentes – as esquerdas sociais e partidárias – têm que trabalhar com uma visão de longo prazo, pois isso vai ajudar a reconstrução e o reascenso da luta. Há algumas tarefas permanentes cujos resultados serão de médio e longo prazo e que as esquerdas terão de se colocar para enfrentar a situação de crise que vivemos. A primeira, como eu disse, é a volta da formação política da militância, para produzir militantes e quadros que tenham uma visão correta dos problemas da nossa sociedade, para nem cair no eleitoralismo idealista, nem cair num revolucionarismo sectário. Precisamos preparar pessoas que interpretem a realidade brasileira e tenham capacidade de transformá-la. Isso é o papel da formação e isso depende de estudo, de conhecimento, de debate político e de participação nas lutas sociais.

Segundo elemento: temos que voltar a fazer trabalho de base, o que significa organizar as pessoas nos seus locais de vivência, seja na fábrica, seja na comunidade rural, seja no colégio ou na universidade. Montar grupos em que as pessoas criem uma sociabilidade política e que ajudem a criar formas coletivas de luta. Isso também foi abandonado, até mesmo pela Igreja Católica. A Igreja faz um trabalho importante de conscientização,

mas, a bem da verdade, também está sofrendo este refluxo do movimento de massas e não tem conseguido reconstruir os grupos de famílias, o que foram as CEBS, na época do reascenso do movimento de massas no período 1979-89, quando tiveram papel importante.

Quando não se prioriza a luta de massas, abandona-se também a concepção de que o povo é e deve ser o principal ator político das mudanças.

Um terceiro elemento é a necessidade de priorizarmos o trabalho com a juventude pobre urbana. Juventude é o setor social que representa as reservas e a vontade de mudanças. E, no caso da juventude urbana brasileira, ela está completamente sem alternativas. E ninguém está fazendo trabalho político, conscientizando, organizando. Os poucos movimentos são localizados e, embora importantes, são ainda insuficientes. E há um enorme potencial, uma necessidade prioritária de nos dedicarmos a isso. Veja um dado apenas: nós tivemos 3 milhões de jovens que terminaram o segundo grau, em 2005, e fizeram o exame do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) no final do ano. Destes, 1 milhão tirou a nota mínima para se credenciar à bolsa do Pro-Uni. Destes, o governo selecionou os 100 mil primeiros colocados. Bem, sobraram 2,9 milhões, sem perspectivas, sem uni-

versidade, sem emprego. Sem futuro. E nesse ano de 2006 virão mais 3 milhões...

Há outro aspecto que é o estímulo às lutas de massa. Criou-se uma certa dicotomia nos partidos de esquerda: ou se participa nas campanhas eleitorais ou se faz luta no seu sindicato, como se houvesse esta dicotomia... Não. Uma complementa a outra. Talvez esse seja o pior erro dos partidos que priorizaram a via institucional. O problema não é a via institucional; ela faz parte da vida das pessoas, nós vamos debater sempre, vamos participar sempre. O problema é ter abandonado o outro lado, a luta de massas. Porque são as lutas de massa que acumulam força, que educam as massas; os militantes e os quadros são educados na formação política, mas as massas são educadas na luta. E, quando não se prioriza a luta de massas, abandona-se também a concepção de que o povo é e deve ser o principal ator político para as mudanças. As eleições não transformam o povo em agente de mudança. Nas eleições o povo é um mero ator passivo que vai até a urna e deposita o seu voto e depois não tem controle nenhum, tanto é que nem se lembra em quem votou, para quem ele deu esse poder de representação.

E é preciso fazer um debate na nossa esquerda social e nos movimentos para recuperar isso, que se relaciona com o que falei antes sobre a crise ideológica. Isto é, recuperar os valores da prática política como parte do projeto histórico, porque senão você vai mudar a sua prática política somente depois de chegar ao poder? Você

vai ser solidário, vai ser companheiro, vai se indignar com as injustiças só depois que estiver lá? Não. Esses valores que fazem parte do nosso projeto histórico têm de ser parte do nosso cotidiano, da nossa luta política. Isso está abandonado. Você vê como as pessoas não

**Só haverá uma inflexão mais
democratizante do governo se
houver pressão das bases
partidárias, dos movimentos sociais e
das mobilizações de massa.**

reagem mais às injustiças que todos os dias afloram na nossa cara, na rua? No Rio de Janeiro policiais militares matam 27 pessoas num sábado de tarde e ninguém reage. E o que está acontecendo no Haiti? Ninguém reage. E o que está acontecendo no Oriente Médio? Ninguém reage. Isso faz parte da crise ideológica de valores das pessoas: não se identificam mais com causas da justiça social. Então, esses elementos fazem parte desse “o que fazer” permanente, mas que é fundamental para haver um reasenso do movimento de massas.

Há outro aspecto que poderíamos chamar de “plantar alfaces”, que é da luta cotidiana. Há muitas pessoas pessimistas – “não, do jeito que está a política isso vai demorar 20 anos”, “se os tucanos voltarem vão ser mais 15 anos”. Acho que tudo isso faz parte do clima de desânimo, não tem base científica nenhuma. O que temos

debatido nos movimentos é que o neoliberalismo não resolveu os problemas fundamentais da sociedade brasileira, ao contrário, a desigualdade, as injustiças, afloram cada vez mais, a ponto de em algumas cidades estarmos vivendo até cenas de barbárie social, o que é degradante. Mas no Brasil há no mínimo 120, 150 milhões de brasileiros que não têm claro para onde ir e não têm as suas necessidades básicas atendidas. Isso é uma massa enorme que, numa hora dessas, vai dar um estalo. E falo isso não por idealismo, nem pela vontade que temos de que essas massas se levantem, mas porque, analisando a história do Brasil e analisando a história da luta de classes no mundo inteiro, há momentos na vida dos povos em que acontecem esses estalos, em que as massas se movem quando se achava que elas já estavam derrotadas por um longo período. O Brasil é uma sociedade gigantesca, são mais de 100 milhões de pobres. Quando esses 100 milhões se moverem para algum lado, será um *tsunami* na política. E é essa nossa esperança, aí vai ser o reascenso.

JUAREZ GUIMARÃES – *Na sua resposta há dois elementos sobre os quais gostaria de refletir com o senhor. O primeiro deles é a idéia de que o processo da mudança brasileira, da revolução brasileira, é um processo de longa maturação. De certa maneira, isso traduz uma inserção no seu pensamento, no próprio MST, de certas tradições de estudiosos do Brasil que pensaram esses tempos da mudança em períodos mais*

longos, como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado etc. Voltaremos a este tema no segundo momento da entrevista, analisando o acúmulo do MST na luta pela reforma agrária. Mas o senhor tocou em outro elemento-chave, a combinação da luta de massas e da luta institucional, recusando essas duas hipóteses como alternativas excludentes. Mas o senhor utilizou várias vezes a expressão “nós temos que voltar a fazer, nós temos que voltar a essas práticas que abandonamos”. Isso não seria insuficiente diante do ineditismo da situação, isto é, estamos governando o Brasil, essa é a grande novidade histórica, estamos no centro do Estado brasileiro. Será que a solução deste impasse não estaria na radicalização da democracia, em este Estado se abrir mais à participação popular, em fazer algum tipo de fusão entre a vida pública do Estado brasileiro na política e a vida do cidadão comum?

JOÃO PEDRO STEDILE – Evidentemente que há um enorme espaço para o que alguns chamam de radicalização da democracia – por exemplo, o professor Fábio Konder Comparato tem levantado idéias muito interessantes de como levar ao extremo tudo aquilo que significa a sociedade republicana, em que todos e todas tenham os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Evidentemente há um enorme espaço a ser aproveitado na esfera institucional, porque vivemos um quadro de extrema desigualdade e exclusão. O Estado brasileiro é um Estado montado pelas elites para unica-

mente garantir seus privilégios. Então, tudo o que pudermos avançar para melhorar a participação do povo na gestão pública é positivo. Isso vai ajudar a construir o processo de mudanças estruturais, isso vai ajudar para que ocorram mudanças na sociedade. Mas estou partindo de uma avaliação crítica de que a experiência desses quatro anos do governo Lula não nos dá o direito de cair na ilusão de que esses avanços institucionais se darão pela vontade do governo. Só haverá essa inflexão mais democratizante do governo se houver pressão das bases, seja das bases partidárias, dos movimentos sociais e das mobilizações de massa.

SOBRE O MST E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

JUAREZ GUIMARÃES – O MST nasceu quase colado ao processo de redemocratização do país. Nesses 21 anos ele foi fundamental para repor a legitimidade da reforma agrária na cena política brasileira mas, ao mesmo tempo, não teve forças suficientes para que essa reforma agrária se tornasse plenamente realidade. Qual o balanço histórico que o senhor faz do MST?

JOÃO PEDRO STEDILE – Há muitos aspectos que podemos considerar. Primeiro, quero reafirmar, concordando contigo, que o MST é fruto de um contexto histórico de reascenso do movimento de massas das décadas de 1970 e 1980 e da natureza da luta de classes naquele período, que deu a conformação do que é o MST. Nós, de um lado, recuperamos a idéia clássica de que só a

luta de massas é que vai arrancando conquistas da classe dominante, daí o revigoramento da ocupação de terras como uma forma de luta de massas, necessária para o acúmulo de forças e para a consciência das pessoas...

JUAREZ GUIMARÃES – *A inspiração disso foi diretamente da tradição das Ligas Camponesas?*

O neoliberalismo afetou decisivamente a viabilidade da reforma agrária no Brasil.

JOÃO PEDRO STEDILE – Também, mas não só, porque a forma de luta de ocupação sempre existiu, tanto na sociedade brasileira como em outros movimentos camponeses. Mas, em geral, ela ocorria muito mais como reação, ou até de forma espontânea ou, mais especificamente, como uma forma localizada de luta camponesa. O que o MST procurou aprender com o passado foi criar uma rede, fazer o movimento organizar a ocupação para que cada ocupação fosse um elo de uma força maior. Essa é a diferença das ocupações da história em geral. Então somos fruto desse processo. Somos fruto também dessa concepção da esquerda social de levar os princípios organizativos para o movimento de massas – coisa que não havia na tradição do Partido Comunista ortodoxo.

JUAREZ GUIMARÃES – *Explique um pouco mais essa diferença com a tradição do Partido Comunista.*

JOÃO PEDRO STEDILE – O Partido Comunista, ou a esquerda ortodoxa, tinha uma visão muito estreita de como se relacionar com os movimentos de massa, que eram vistos como meras correias de transmissão das decisões partidárias. E nós, na década de 1970, como fruto da própria crise ideológica que vinha desde o 20º Congresso [do Partido Comunista da União Soviética – PCUS], incorporamos no movimento a idéia da autonomia do partido, mas incorporando no movimento social princípios organizativos que os partidos tinham preservado ao longo da luta de classes. Então, a idéia da formação de quadros, de ter os nossos jornais, de ter as nossas escolas, a idéia de núcleo de base, tudo isso aprendemos da luta de classes em geral, ou seja, que os partidos eram os condutores – e nós incorporamos no movimento. Essa é a novidade do MST. É por isso que existimos até hoje, senão já teríamos acabado na primeira crise, que, a rigor, aconteceu sobretudo com o governo Collor. O governo Collor tinha a determinação de acabar com o MST. E só conseguimos superá-lo porque ele durou pouco e, em segundo lugar, porque já tínhamos uma concepção do movimento de massas que nos constituía como uma força social.

Então, nós, ao longo da década de 1980, acumulamos muita experiência de luta de massas e muita força social organizada em termos de conquistar fazendas, organizar assentamentos, organizar a produção. Depois, na década de 1990, sofremos também, como toda a classe trabalhadora, essa derrota política que foi o advento do

neoliberalismo. O neoliberalismo afetou decisivamente a viabilidade da reforma agrária no Brasil. O grande aprendizado que estamos sistematizando agora – talvez até o governo Lula tenha nos ajudado a fazer isso – é compreender de fato as limitações que o neoliberalismo

**A reforma agrária no Brasil
não é viável se não for parte de
um projeto antineoliberal ou
antiimperialista.**

impõe à reforma agrária. Porque, de certa forma, nos primeiros anos de MST havia uma certa visão idealista de que era possível democratizar a propriedade da terra – já que ela é apenas uma bandeira republicana, não é uma bandeira a rigor socialista – e resolver o problema fundamental dos camponeses sem terra, independentemente do modelo econômico, porque a rigor não afetava a estrutura capitalista. Hoje estamos vendo que o neoliberalismo no campo, na agricultura, é a subordinação completa das formas de organização da produção agrícola às transnacionais e ao capital financeiro – isso inviabiliza definitivamente a possibilidade de organizar a produção camponesa. E talvez esta seja uma das divergências ou diferenças ideológicas que temos com setores do governo que acham que é possível a convivência do modo de produção camponês com o agronegócio, que é a síntese do neoliberalismo no campo. Então, os nos-

sos inimigos antes eram o latifúndio atrasado, patrimonialista, que reservava a terra como poder econômico e político. Desde a década de 1990, para a reforma agrária avançar precisamos enfrentar um poder muito maior, o poder do agronegócio, das transnacionais, do capital internacional e suas alianças internas, como a própria mídia.

JUAREZ GUIMARÃES – *De certa forma, essa fusão entre a luta dos pobres do campo e o sentido anticapitalista dela é uma construção da CPT (Comissão Pastoral da Terra), no sentido de que a Teologia da Libertação formulou, radicalizou a idéia da função social da propriedade, contrapondo terra de trabalho e terra de negócio, como aparece, aliás, num documento de 1980 da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). O MST herda essa perspectiva renovando a legitimidade da reforma agrária não mais, como o senhor disse, em relação ao latifúndio atrasado mas ao agronegócio, que exacerba essas dimensões de exploração em detrimento da função social da terra. A diferença da cultura do MST, a partir de determinado momento, em relação ao acúmulo da CPT, é um investimento que vocês fizeram, enquanto movimento, em buscar na inteligência brasileira elementos, análises, projeções para formular uma alternativa de desenvolvimento – daí o diálogo que o programa do MST passou a fazer com as análises de Caio Prado Jr., Florestan*

Fernandes, Celso Furtado? O senhor poderia nos falar a quantas anda esse diálogo?

JOÃO PEDRO STEDILE – Esta questão envolve vários elementos, aos quais quero me referir, ainda que de forma superficial, mas acho que para os leitores pode ser útil. Primeiro, é verdade que a CPT – e mais do que a CPT, a Teologia da Libertação – foi revolucionária no Brasil, porque ela foi além da visão republicana de que a terra deve ser para todos. Ela incorporou na nossa doutrina a idéia de que a terra é um bem da natureza, um dom de Deus e que, portanto, não se trata somente de democratizar o acesso para os camponeses, mas ela é um bem social. Então, essa elaboração ideológica é avançada, mas nem a Igreja, nem a Teologia da Libertação e nem a CPT, que eram os operadores mais práticos, tinham uma base científica de análise de como se organiza a produção nesta terra. E essa foi a limitação, o desafio que nós tivemos, então, depois de conquistar a terra. A CPT dava o combustível ideológico de segurança – “você têm direito a lutar pela terra” –, porque tanto do ponto de vista republicano como do ponto de vista doutrinário da Bíblia a terra é para todos. Agora, depois de você ter a terra, as contradições da luta de classes continuam e aí não havia um acúmulo político-ideológico que nos ajudasse a enfrentar o que significa produzir para todos, produzir para quem, produzir como? Então, desde a metade da década de 1990 para cá, estamos tentando resolver isso. Foi aí que descobrimos que não bastava ter a terra, era preciso ter um projeto de organização

dos assentamentos, e que é insuficiente você ter o projeto de produção de um assentamento como se fosse uma ilha isolada. Chegamos a construir certas ilhas de eficiência econômica, certos territórios livres, que até representam ótimas condições de vida para aqueles que moram lá, mas que não representam mudança na sociedade como um todo. Foi a partir daí que tivemos que nos debruçar com mais paciência em procurar entender qual é a natureza da reforma agrária que precisamos para a sociedade brasileira, que não é unicamente dividir a terra. O capitalismo, que no século XIX precisou da reforma agrária – tanto é que esta foi uma bandeira capitalista – para estimular o mercado interno, agora, na sua etapa monopólica e imperialista, não disputa mais a propriedade da terra conosco, ele disputa o controle da produção e da comercialização. Isso exige uma elaboração maior. Ao mesmo tempo, a nossa leitura doutrinária era insuficiente – somos socialistas, temos certeza de que a sociedade socialista será uma etapa superior em que as pessoas serão mais iguais, onde haverá mais justiça. Mas agora temos um problema, estamos no capitalismo neoliberal. Até chegarmos nesta sociedade socialista que sonhamos, e que na nossa leitura é fruto de um longo período histórico de transformação das estruturas, vai um longo caminho. Então tivemos que buscar elaboração teórica que nos ajudasse a compreender isso. E foi aí que fomos nos abastecer não só nas obras clássicas de Marx e dos que procuraram interpretar o capitalismo depois de Marx – e fugimos do reducionismo de “mar-

xismo-leninismo”]; a nossa visão é de que todos os pensadores vão contribuindo numa elaboração permanente da ciência e da reinterpretação da realidade. Para nós todos os teóricos são importantes, não interessa qual é a corrente ideológica dele, mas se ele puder nos ensinar alguma coisa para interpretar e transformar a realidade, nós procuramos aproveitar. E no caso do Brasil procuramos recuperar esses pensadores que tinham um claro compromisso com o povo brasileiro e que procuravam analisar a realidade brasileira, como era o caso do Caio Prado Jr., do Celso Furtado, no sentido mais econômico, do Florestan Fernandes, na luta de classes, do Milton Santos, do Darcy Ribeiro, do Josué de Castro etc., do Rui Mauro Marini, que nos ajudou a entender a teoria da dependência. Enfim, procuramos recuperar esses pensadores brasileiros para nos ajudar a entender qual era a ligação que a reforma agrária iria ter com esse processo de mudança. E chegamos à seguinte síntese, que ainda está em processo de construção: evidentemente não há mais espaço no Brasil para uma reforma agrária do tipo clássico capitalista, a burguesia não precisa distribuir terra, e, ao mesmo tempo, não adianta ficarmos sonhando com uma reforma agrária socialista, a famosa tese de Lenin de nacionalizar a propriedade da terra, isso também não resolve. Temos que construir um projeto de reforma agrária que seja coadunado com um projeto popular de desenvolvimento nacional. Nessa construção é que nos demos conta de que a reforma agrária, mesmo feita nos limites do capitalismo, é inviável se não mudarmos o

modelo econômico para um modelo que distribua a renda, que priorize o mercado interno, ou seja, que enfrente o imperialismo. A reforma agrária no Brasil não é viável se não for parte de um projeto antineoliberal ou antiimperialista.

JUAREZ GUIMARÃES – *Mais exatamente, a própria reforma agrária, assim concebida, faz parte dessa mudança de modelo?*

JOÃO PEDRO STEDILE – Faz parte dessa mudança de modelo. Há uma relação dialética aí. É por isso que às vezes temos divergência com setores do governo Lula que acham que é viável manter o agronegócio, que é a expressão do neoliberalismo e do imperialismo – que só organiza nossa produção para exportar, para ganhar dólar, dinheiro. E nós dizemos não, não estamos preocupados com o tamanho da propriedade, mas temos que organizar nossa agricultura para, em primeiro lugar, resolver os problemas do povo brasileiro, e não do proprietário da terra.

JUAREZ GUIMARÃES – *Nesse sentido, o senhor provavelmente concordaria com a idéia de que o último programa agrário apresentado pelo PT como programa de governo – o programa Vida Digna no Campo [disponível em www.fpabramo.org.br/cd_resolucoes/index2.htm - Programas de Governo, 2002] – é quase uma espécie de plataforma mínima de ações governamentais dentro de um contexto de possibilidades*

na atual correlação de forças. É diferente, então, desse programa histórico que vocês estão trabalhando, que significa repensar a dominância do modelo agrário no Brasil e reorganizá-lo sob novas bases. Houve, de

**Se você não tiver vontade, se
não tiver projeto, não constrói
força para mudar.**

certa maneira, uma desradicalização do programa agrário do PT, desde 1989, talvez como expressão da dificuldade de encontrar os pontos de apoio dessa relação entre o novo modelo de desenvolvimento e a reforma agrária. E talvez essa ausência esteja, hoje, se expressando no conjunto do governo Lula, na forma como ele lida em seu conjunto com essa questão – não digo apenas o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mas o Ministério da Agricultura, que talvez tenha um impacto muito forte na dinâmica de governo e que representa diretamente esses interesses do agronegócio. Assim, quais seriam as questões fundamentais, programáticas, da reforma agrária que vocês consideram fundamentais para avançar a prática de um possível segundo mandato do Lula? Quais seriam as questões fundamentais do ponto de vista dos movimentos?

JOÃO PEDRO STEDILE – Primeiro, de novo um comentário geral. Estávamos satisfeitos com o programa Vida

Digna no Campo, porque a nossa leitura era a seguinte: o governo Lula não vai ser um governo socialista, mas vai ser um governo que pode reconstruir um projeto nacional-desenvolvimentista. Nesse sentido, era um recuo em relação ao projeto democrático-popular de 1989, mas era um avanço em relação ao neoliberalismo. Então, se vamos fazer uma aliança com o nosso setor industrial produtivo e vamos desenvolver o mercado interno e distribuir renda – para isso era a aliança com o José Alencar –, o programa Vida Digna no Campo era o melhor programa que tínhamos, porque ele se coaduna com essa visão: o projeto de desenvolvimento nacional. É um pouco mais recuado do que o programa que debatíamos em 1989, mas é avançado para o neoliberalismo. Qual foi a mutação que houve? É que o Vida Digna no Campo foi jogado para as calendas, para a gaveta, ninguém mais deu bola para aquilo. Fizemos até uma provocação, em certo período do governo: editamos pontos dele sobre os transgênicos num cartaz, com assinatura do então ministro da Fazenda Antonio Palocci, para ver se eles se lembravam do que tinham assinado. E quando o governo publicou o Plano Nacional de Reforma Agrária [disponível em www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf], em 2003, aí sim foi a derrota, um recuo do Vida Digna no Campo. Não há nada que vincule o Plano Nacional de Reforma Agrária com o Vida Digna no Campo. O Plano Nacional de Reforma Agrária, na concepção palaciana, na leitura que fazemos, é um elenco de medidas compensatórias para acalmar os pobres do campo com os

quais o governo tem compromissos eleitorais. E essa visão palaciana abandonou o que estava no Vida Digna no Campo. Por quê? Porque eles não querem admitir o pressuposto de que uma reforma agrária só se viabiliza no Brasil se a política econômica mudar, ou seja, se em vez de manter as diretrizes neoliberais atuais, do superávit primário, das taxas de juro, da política cambial, da prioridade de exportações e do pagamento prioritário dos juros das dívidas interna e externa, essas prioridades forem mudadas e a política econômica se voltar para as outras prioridades que estavam presentes no projeto nacional: distribuir renda, desenvolver o mercado interno e gerar emprego. Aí a reforma agrária cabe. Nessa questão aparece de novo aquela mescla entre a nossa vontade e o que será possível na correlação de forças. Mas se você não tiver vontade, se não tiver projeto, não constrói força para mudar.

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor diz que uma plena execução do programa Vida Digna no Campo exigiria outro modelo econômico, mas não encontramos nesse projeto uma idéia nem diretrizes de qual seria a política do governo Lula em relação ao agronegócio; isto não está formulado lá. O item da reforma agrária é apenas um dos subitens de uma política agrária. A reforma agrária, nesse programa, não é o tema organizador de um conjunto de proposições, é um item entre outros. É deste ponto de vista que eu estava identificando o Vida Digna*

no Campo como uma espécie de um programa mínimo no interior do status quo.

JOÃO PEDRO STEDILE – Você tem razão, o Vida Digna no Campo não é um programa partidário, por isso lhe falta uma análise de classes; é um programa eleitoral, de governo. Então, eleitoralmente, quem elaborou não teve coragem, vamos dizer assim, de dar o nome aos inimigos que seriam prejudicados com uma possível política popular para o campo.

JUAREZ GUIMARÃES – *Ou, talvez, exista no interior do PT e do próprio governo uma certa idéia de que o agronegócio tenha resolvido, no plano capitalista, o velho problema das forças produtivas no campo. Assim, ele é um elemento a ser considerado, integrado num plano de crescimento e estabilidade, e não mais um adversário. A questão que quero repor, a partir disso, é se – concordando com a noção de que a execução plena do programa Vida Digna no Campo exigiria, pelo menos, uma heterodoxia no tratamento macroeconômico – não seria possível identificar, ao lado desses limites, alguns avanços importantes na gestão do governo Lula na questão agrária em relação aos governos anteriores. Por exemplo, a descriminalização e o diálogo com os movimentos sociais, o financiamento à agricultura familiar – que praticamente triplicou nestes quatro anos –, o apoio em assistência técnica e saúde aos assentamentos, uma certa dinamização do progra-*

ma de assentamentos, mesmo que haja uma polêmica sobre os índices, sobre a forma de mensurar esses índices. Em relação aos governos passados há uma certa dinamização, há uma certa remontagem do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), um esforço para evitar que ele se transformasse numa sucata de Estado, como já ocor-

**O agronegócio é a remaquiagem da
velha *plantation* do colonialismo,
não traz nenhum benefício para a
sociedade brasileira.**

reu. Então, não seria possível identificar alguns avanços, algumas diferenças, limitados por esse contexto, pelo fato de o governo Lula, por exemplo, ainda não ter tomado uma decisão de renovar o índice de produtividade que o levaria a se chocar exatamente com essas forças do agronegócio? Vocês têm ressaltado de maneira muito correta que esta medida é extremamente necessária para tornar a reforma agrária possível nos estados do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste do país, que concentram as forças do agronegócio.

JOÃO PEDRO STEDILE – Acho que há várias partes que temos que analisar para poder compreender o que está acontecendo. Primeiro, reafirmo o que procurei explicar e que você me ajudou depois na sua

complementação: é impossível termos avanços reais na mudança da estrutura de poder e da produção agrária no país sem mudarmos o modelo econômico. É uma ilusão setores do governo acharem que é possível basear o desenvolvimento da nossa agricultura no agronegócio. O agronegócio é a remaquiagem da velha *plantation* do colonialismo, não traz nenhum benefício para a sociedade brasileira, ao contrário, as estatísticas estão mostrando isso com clareza: depredação do meio ambiente, concentração da propriedade da terra, trabalho escravo; os salários mais baixos da sociedade brasileira são os pagos no campo; alto índice de agrotóxicos que influi na qualidade dos alimentos e, mesmo quando produz para a exportação, se o governo não transfere a mais-valia com créditos rurais subsidiados, o agronegócio está inviabilizado. E todo mundo fica quieto. E tudo isso ainda com a Lei Kandir – que é um grande programa de subsídios às exportações...

JUAREZ GUIMARÃES – *Explique melhor o que é a Lei Kandir.*

JOÃO PEDRO STEDILE – É uma lei feita pelo Antonio Kandir na época em que era ministro do Planejamento do Fernando Henrique, e que o atual governo não teve coragem de revogar, que isenta todas as exportações de produtos primários de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Então, em média, essas exportações têm um subsídio de 17%, porque os produtores e exportadores não pagam ICMS para ex-

portar soja, minério de ferro, carne. Isso é uma transferência de mais-valia social para os fazendeiros e exportadores. Esse é um aspecto, não se pode analisar se houve avanços ou não simplesmente por medidas pontuais, temos que analisar como as classes tiveram avanço ou não. O segundo aspecto é que acho que não dá para analisar o governo Lula, na sua política agrá-

O balanço do conjunto do governo para a agricultura camponesa, na nossa avaliação, é negativo.

ria, apenas pelo MDA. É um governo contraditório e as políticas para o campo são feitas, em primeiro lugar, pela política econômica e pelo Ministério da Agricultura. Então, neste bojo, acho que é cair numa emboscada da própria direita ficarmos, entre nós, analisando se o MDA ajudou ou não os camponeses. É o papel do MDA ajudar os camponeses. O problema é que o MDA não é o governo Lula. O governo Lula é formado pela política econômica, pelo Ministério da Agricultura e pelo MDA, e temos consciência disso – a direita também diz isto, que o MDA, o INCRA e certos setores do Ministério do Meio Ambiente são nossos aliados de classe. Mas eles não têm a capacidade de inflexão sobre a política como um todo. Agora, é minha obrigação, como militante petista e dirigente do MST, dizer, em relação aos três anos e meio do governo Lula, respondendo à sua pergunta sobre se houve avanços ou recuos para a

agricultura camponesa, que o balanço é negativo para os camponeses. Não porque o MDA não fez mais do que ele devia, mas porque a classe patronal avançou mais, em razão das outras políticas no Ministério da Agricultura e na política econômica. Então chegamos até a fazer um levantamento das várias medidas tomadas no conjunto do governo e verificamos que há umas dez, 12 políticas que foram favoráveis a nós, como as que você citou, aumento do volume do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), aumento dos recursos da assistência técnica; e, para se contrapor a essas dez, há umas 30 medidas que o governo tomou que beneficiaram os latifundiários e o agronegócio. De maneira que, até do ponto de vista estatístico, do número de iniciativas que o governo tomou, o balanço é negativo. O balanço do conjunto do governo para a agricultura camponesa, na nossa avaliação, é negativo. E essa é a dificuldade real que estamos enfrentando agora.

JUAREZ GUIMARÃES – *Em vez de termos, então, como nos governos passados, uma política de Estado contra a classe camponesa no seu conjunto, temos um governo que age contraditoriamente no campo com políticas fortes, porque vinculadas à própria lógica da gestão macroeconômica, que acabam delimitando um certo espaço e limitando o espaço histórico de avanços possíveis por uma ação restrita ao MDA. É essa a sua idéia?*

JOÃO PEDRO STEDILE – Vou tentar ilustrar um pouquinho mais. Não cabe a comparação do governo Lula com o governo Fernando Henrique. O governo Fernando Henrique é o governo da alta burguesia brasileira subordinada ao capital internacional, esses são nossos inimigos, ficaram oito anos massacrando o movimento camponês. Então, evidentemente o governo Lula é um avanço em relação ao governo Fernando Henrique, e nós devemos fugir desta emboscada, que pode ser útil do ponto de vista eleitoral, de marketing, de ficar fazendo comparações com o governo Fernando Henrique. O que devemos analisar é o governo Lula: em que avançamos e em que fomos derrotados. Houve avanços, mas também muitas derrotas, por causa da composição dos interesses de classe dos latifundiários que está presente no governo Lula e pela natureza do Estado brasileiro.

JUAREZ GUIMARÃES – *Mais duas perguntas a respeito do MST. Tive oportunidade de participar, há alguns anos, de uma polêmica com o sociólogo Zander Navarro, que obstinava em fazer uma análise do MST como um partido leninista formado no centralismo democrático e nocivo à democracia brasileira. Na época, contra-arguntei dizendo que o MST era um tipo difícil para ser analisado por um sociólogo porque apresentava muitas inovações e compunha uma ambigüidade virtuosa entre movimento social e certos elementos de partido político, na medida em que fugia do corporativismo numa visão apenas da sua base*

social e também na medida em que ele construía a sua própria institucionalidade através de cooperativas, institutos vários de educação, de certa maneira criando também uma institucionalidade; então, ele compunha essas três dimensões ao mesmo tempo. Afinal, o que é o MST hoje?

JOÃO PEDRO STEDILE – Primeiro, vou aproveitar para fazer uma crítica pública, que já fizemos em privado. O Zander Navarro tem todo o direito de dar a opinião dele onde quiser, aqui, no Banco Mundial, na Universidade de Cambridge, onde ele está agora; faz parte da democracia. Mas ele não tem autoridade moral nenhuma para achar que é um especialista em MST. Faz pelo menos dez anos que o máximo que o sociólogo Zander Navarro sabe do MST é pelo que lê nos jornais, ou seja, é um viés do que a classe dominante escreve sobre nós. Portanto, na nossa ótica, ele não tem base científica para ficar analisando as nossas ações. Imagino que a crítica fundamental que o Zander fazia – e ele tem todo direito de fazê-la porque isso depende da visão ideológica de cada um – é que na verdade o MST como movimento social, embora já tenha 20 anos, inovou do ponto de vista da história dos movimentos sociais, porque nós, ao mesmo tempo, incorporamos, como fonte de nossa própria existência, várias correntes. Não somos fruto de apenas uma corrente, somos fruto do trabalho da Igreja, do sindicato, das organizações de esquerda, somos fruto de tudo isso, num processo de reascenso do movimento de massas que houve na nossa sociedade. Mas ao mesmo tempo, como eu procurei ex-

plicar antes, quando nos constituímos de forma autônoma em relação aos partidos, incluímos dentro do MST princípios organizativos que a classe trabalhadora tinha desenvolvido ao longo da sua luta contra o capitalismo e consideramos esses princípios – e por isso os chamamos de

Acho que é muito difícil o povo esquecer o que significaram os governos de FHC e, portanto, que ocorra a volta do neoliberalismo puro.

princípios – como necessários para qualquer tipo de organização da classe trabalhadora, independentemente se é sindicato, se é partido, se é movimento social, se é associação de bairro. Que princípios são esses? A idéia da direção colegiada, de não ter presidente, secretário, tesoureiro, embora as divisões de função existam; a idéia de direção coletiva; de formação de quadros; de garantir unidade e disciplina, não disciplina hierárquica ou militar, mas disciplina da democracia – se a maioria decide, é preciso que haja unidade em torno desta decisão; a idéia do trabalho de base; da luta de massas; e a idéia da inserção dos militantes e dirigentes em todo este trabalho. Evidentemente o Zander identificava nisso, como você mesmo disse, resquícios leninistas. Isso não é resquício leninista, isso é fruto da experiência histórica de 250 anos da classe trabalhadora contra o capitalismo, e, na nossa aplicação prática nesses 20 anos, eles demonstraram ser necessá-

rios. Ao mesmo tempo, outros sociólogos nos criticam por recuperarmos a cultura, a mística, que foi uma experiência que acumulamos tanto pelo viés da Igreja como pelo viés da própria cultura do nosso povo. Procuramos em todas as atividades do movimento incorporar essa visão pedagógica de cultivar o nosso projeto com atividades culturais, com atividades lúdicas, com a simbologia. O que é a simbologia? Não é uma seita dogmática, não é o fanatismo, a simbologia é parte da psicologia social; não é parte da luta política. A simbologia é uma síntese do nosso projeto, que se quer projetar para o coletivo. Faz-se isso em jogo de futebol, em tudo o que tiver massa você usa o símbolo, porque ele resume, ele sintetiza e aglutina em torno do projeto, do objetivo coletivo: bandeira, hino, cantos, alegorias, passeatas, palavras de ordem, tudo isso chamamos de mística. Aachamos que é importante os movimentos sociais cultivarem essa mística. O que é cultivar a mística? É cultivar o projeto. Agora, se você não tem projeto, evidentemente não tem como usar a cultura, a arte, a simbologia para cultivar um projeto que não existe. Aí dizemos que falta mística. Falta cultivar o mistério de um projeto que não existe.

JUAREZ GUIMARÃES – *A minha segunda pergunta seria exatamente sobre isso, sobre a capacidade que vocês têm demonstrado de preservar uma cultura socialista no interior dessa vasta crise do socialismo que vivemos. Isto é, exatamente se valendo desta simbologia, que vocês chamam de mística e que na*

tradição da CPT se trata de espiritualidade. Talvez o ponto mais interessante seja de cultivar isso não de forma sectária, alheia à cultura dos brasileiros, mas de procurar uma fusão com esta cultura popular brasileira. Eu ficaria por aqui e nós passaríamos para a terceira parte da entrevista.

SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL

JUAREZ GUIMARÃES – *Entrando na conjuntura decisiva de 2006, poderíamos diagnosticar que houve quase um empate estratégico entre as forças de oposição e as forças que sustentavam o governo Lula, isto é, elas não conseguiram impor o impeachment nem retirar o Lula de cena enquanto um potencial candidato compe-*

A classe dominante faz a disputa política e ideológica não pelo partido, mas pelos meios de comunicação.

titivo nas eleições presidenciais, mas por outro lado também não houve a reforma política, aqueles caminhos propostos na Carta ao Povo Brasileiro não foram seguidos. Como o senhor analisa a passagem da crise política para a volta do neoliberalismo? Qual é a ameaça real de retorno do neoliberalismo ao governo do Brasil? Como trabalhar para evitá-lo?

JOÃO PEDRO STEDILE – Sou otimista, acho que é muito difícil o povo esquecer o que significaram os governos do Fernando Henrique Cardoso e, portanto, que ocorra a volta do neoliberalismo puro, vamos dizer assim, e com a hegemonia dos tucanos. Acho que há um sentimento popular consolidado de que o neoliberalismo é uma perversidade para a nossa sociedade. Acho muito difícil os tucanos ganharem as eleições com qualquer dos candidatos, embora saibamos que o mais perigoso é o José Serra, até porque tem mais habilidade de dourar melhor o discurso e a pílula.

Agora, do ponto de vista das forças populares, nós fizemos uma assembléia popular no final de outubro de 2005 em Brasília, onde havia 8.800 militantes de vários movimentos sociais de todo o Brasil, e tiramos uma linha de atuação comum, unitária, que acho que vai contribuir para avançarmos, e produzimos um texto intitulado “O Brasil que queremos”, que não é bem um programa mas é um aglutinado dos debates que aconteceram durante a preparação dessa assembléia. Então a nossa idéia é pegar esse texto, que tem uma contribuição muito grande das bases da Igreja Católica, e fazer um trabalho inverso, voltar a fazer o que estamos chamando de um mutirão de base, com cartilhas e com material mais didático, e repassar nas nossas bases, quase que casa por casa, para ir elevando o nível de consciência da nossa base e estimulando um debate em torno de projetos, para que, no período eleitoral, a questão não seja simplesmente votar no Lula, mas que seja uma espécie de voto compromissado

com o projeto. Programatizar a disputa. E nessa metodologia temos previsto tentar fazer assembleias municipais até setembro para justamente aflorar este debate lá na base, porque não adianta ficar somente em grandes encontros nacionais, que têm um caráter de unificar visões mas que não acumulam necessariamente força. E

Esperamos que em um eventual segundo mandato do Lula haja uma readequação para a esquerda das forças políticas que o sustentam.

na semana de 1 a 7 de setembro, quando tradicionalmente fazemos as mobilizações do Grito dos Excluídos e temos todo esse tema da Semana da Pátria, nós tentaremos fazer assembleias estaduais e mobilizações estaduais que trouxessem esse lado programático para o debate político-eleitoral. Essa é a perspectiva que estamos trabalhando durante o ano do ponto de vista unitário, sem desmerecer o que cada movimento vai fazer por conta própria. É seguir lutando e se mobilizando para aquelas questões particulares que afetam as necessidades da sua base; nós na reforma agrária, continuando a ocupar terra, a turma dos desempregados vai continuar fazendo as mobilizações deles e assim por diante.

JUAREZ GUIMARÃES – *O senhor já se referiu em algum momento sobre a candidatura de Anthony Ga-*

rotinho, caracterizando-a como nacional-desenvolvimentista. De certa maneira, a experiência dos governos Garotinho e Rosinha Garotinho no Rio não conformam essa qualificação. Seria apenas pela participação do economista Carlos Lessa como um dos formuladores do seu programa? Em que medida essa caracterização seria de fato sustentável diante da prática, da história do Garotinho, do modo que ele faz política? Será que não haveria até uma artificialidade da presença do Lessa, que, ele sim, representa toda uma tradição de pensamento nacional-desenvolvimentista?

JOÃO PEDRO STEDILE – No Brasil é muito complicado fazer uma análise partidária, porque não há uma tradição de organização política em torno dos partidos. Ainda mais dos setores desideologizados da classe média e da classe dominante. Eu tenho lido uma interpretação, e concordo com ela, de que a classe dominante faz a disputa política e ideológica não pelo partido, mas pelos meios de comunicação, disputando a hegemonia na sociedade pelo monopólio, que ela controla, dos jornais, das revistas e da televisão, e o partido ela só usa para disputar o Estado. Então, de certa forma também, os candidatos que nós temos não necessariamente representam programas ideológicos, compromissos doutrinários, às vezes não representam nem o partido a que são filiados. Parece-me que é o caso do Garotinho, porque ele mesmo já mudou tanto de partido que não se sente comprometido com nenhum deles. Mas eu estou convencido de que a candidatura do PMDB, se

eles mantiverem uma candidatura, independentemente de quem seja o candidato, agregará votos antineoliberais; as pessoas que forem votar numa candidatura PMDB votam porque são contra o neoliberalismo e não estão satisfeitas com o Lula ou não se identificam com o Lula. Então, é

É no meio do povo, da mobilização de massas, que vão se reconstruindo forças e rearticulações de poder real que podem mudar.

um voto que pode acumular força para ajudar numa inflexão na política econômica no segundo mandato. Da mesma forma a candidatura Heloisa Helena. Ela aglutina várias correntes da esquerda – quem for votar na Heloisa Helena dará um voto antineoliberal.

Esperamos que em um eventual segundo mandato do Lula haja uma readequação das forças políticas que o sustentam, uma readequação para a esquerda. E aqui gostaria de manifestar uma opinião muito pessoal, que pode não agradar a alguns, por se tratar de uma publicação do PT, mas estou torcendo para que o Garotinho faça muito voto e a Heloisa Helena faça muito voto, para que no segundo turno o governo Lula, em vez de fazer uma aliança com forças de direita, com partidos e forças conservadoras, ou até com certos setores tuanos, como já fez no passado em diversos estados, faça agora uma aliança prioritária com setores nacional-

desenvolvimentistas e com a esquerda. Por quê? Sem julgar a natureza dos candidatos – Garotinho ou Heloisa Helena –, obviamente os votos nessas duas candidaturas serão votos que querem mudanças antineoliberais. Então, temos que criar um grau de alianças e de forças em torno do segundo mandato do Lula que gere força suficiente para um projeto econômico antineoliberal e antiimperialista. Somente com um projeto assim se viabiliza outro programa de reforma agrária.

JUAREZ GUIMARÃES – *Como o senhor caracterizaria o projeto do PSOL (Partido do Socialismo e da Liberdade)?*

JOÃO PEDRO STEDILE – O PSOL é muito mais uma reação de setores sociais bem específicos, dos servidores públicos e dos estudantes, insatisfeitos com os rumos do PT, e que tentam criar um espaço eleitoral. Mas ele não consegue ser um projeto político que reúna amplos setores organizados do nosso povo, nem na sua forma partidária nem na sua forma programática. Nas mesmas conversas e leituras que fizemos sobre eles, eles próprios admitem que é uma proposta transitória, para fazer essa disputa eleitoral agora nessas eleições. Então ninguém sabe qual vai ser o futuro do PSOL.

AS PERSPECTIVAS

JUAREZ GUIMARÃES – *Para terminar, o senhor poderia nos falar da esperança tão necessária em tem-*

pos como estes que vivemos a partir dos movimentos sociais, a partir da experiência do MST?

JOÃO PEDRO STEDILE – As pessoas que normalmente têm sua vida influenciada pela universidade brasileira, ou pelos meios de comunicação – que são um monopólio da burguesia no Brasil –, ou pela via institucional, têm todos os motivos do mundo para estarem desanimadas, porque são três espaços em que ideologicamente a classe dominante brasileira tem uma hegemonia completa: na universidade, nos meios de comunicação e na institucionalidade. Então, até reconhecemos que os nossos amigos que atuam nesses espaços têm mais dificuldades do que nós para encontrar motivos para a esperança. Mas o que posso dizer, até como uma espécie de testemunho, é que no meio do povo, independentemente das dificuldades que estamos enfrentando neste quadrante da nossa história – pois estamos vivendo momentos muito difíceis em função das crises que eu analisei no início –, há energias, há um potencial enorme no meio do povo, é impressionante. Nós do MST, e aconselho isso a todos os amigos/as, quando desanimamos sempre nos colocamos como tarefa: voltar e passar uma semana no meio do povo, num assentamento, num acampamento, e lá nós recuperamos as energias. Porque, no fundo, é no meio do povo, da mobilização de massas, que vão se reconstruindo forças e rearticulações de poder real que podem mudar. Nós somos otimistas e achamos, repito, que a sociedade brasileira está em crise mas, ao mesmo tempo, as classes dominantes não conseguem

ram implementar um projeto de dominação de longo prazo. E, por outro lado, temos certeza de que estão se construindo novos processos, que ainda não afloraram, que certamente vão gerar o reascenso do movimento de massas no Brasil. Não temos elementos probatórios, até porque se trata de luta de classes, com todo seu dinamismo, e até pode ter muito de idealismo, mas analisando o período histórico da luta de classes no Brasil no século xx, os períodos de reascenso e descenso, isso nos leva a crer que no próximo mandato do Lula haverá um processo de reascenso do movimento de massas. E que esse reascenso vai gerar uma reacomodação de forças, novas lideranças populares, um novo dinamismo da luta política, que vai gerar um novo período histórico de disputa e de avanço para a classe trabalhadora.

CARTA AO POVO BRASILEIRO

COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
21 DE JUNHO DE 2005

CONTRA A DESESTABILIZAÇÃO POLÍTICA DO
GOVERNO E CONTRA A CORRUPÇÃO:
POR MUDANÇAS NA POLÍTICA ECONÔMICA,
PELA PRIORIDADE NOS DIREITOS SOCIAIS E
POR REFORMAS POLÍTICAS DEMOCRÁTICAS!

A sociedade brasileira mudou e, na Constituinte de 1988, decidiu por mudanças. Constituiu novos poderes e elegeu novos governantes para promover processos de transformação social. Criou novas estruturas, combateu velhas instituições e gerou novos mecanismos para fazer valer os direitos de todas e de cada uma das pessoas a uma vida digna. É com a força desta história recente mas vigorosa de fortalecimento e radicalização da democracia em nosso país que nós, representantes das organizações populares, das organizações não-governamentais, do movimento sindical, dos movimentos sociais e personalidades, convocamos toda a sociedade brasi-

leira, cada cidadão e cada cidadã, para uma grande e contínua mobilização que torne possível enfrentar a crise política e fazer prevalecer os princípios democráticos. Nas últimas eleições, com a esperança de realizar mudanças na política neoliberal que vinha sendo praticada desde 1990, o povo brasileiro elegeu o presidente Lula. Até este momento, avaliamos que pouca coisa mudou e presenciamos um mandato cheio de contradições. De um lado, o governo seguiu com uma política econômica neoliberal, resultado de suas alianças conservadoras. De outro, adotou um discurso da prioridade social e uma política externa soberana e de aliança com as nações em desenvolvimento. A eleição de Lula reacendeu as esperanças na América Latina e influiu de forma positiva em alguns conflitos políticos na região. De olho nas eleições de 2006, as elites iniciaram, através dos meios de comunicação uma campanha para desmoralizar o governo e o presidente Lula, visando enfraquecê-lo, para derrubá-lo ou obrigá-lo a aprofundar a atual política econômica e as reformas neoliberais, atendendo aos interesses do capital internacional. Preocupados com o processo democrático e também com as denúncias de corrupção que deixaram o povo perplexo, vimos a público dizer que somos contra qualquer tentativa de desestabilização do governo legitimamente eleito, patrocinada pelos setores conservadores e antidemocráticos. Exigimos completa e rigorosa investigação das denúncias de corrupção feitas ao Congresso Nacional e à imprensa e punição dos responsáveis. Sa-

bemos que a corrupção tem sido, lamentavelmente, o método tradicional usado pelas elites para governarem o país. Exigimos também a investigação das denúncias de corrupção, por ocasião da votação da emenda constitucional que aprovou a reeleição, e dos processos de privatização das estatais ocorridos no governo de Fernando Henrique Cardoso. Trata-se, portanto, de fundamentar a vida política em princípios éticos como a separação entre interesses privados e interesses públicos, a transparência nos processos decisórios e a promoção da justiça social. Diante da atual crise, o governo Lula terá a opção de retomar o projeto pelo qual foi eleito, e que mobilizou a esperança de milhões de brasileiros e brasileiras. Projeto este que tem como base transformação da sociedade e do Estado brasileiros, uma sociedade dividida entre os que tudo podem e tudo têm e aqueles que nada podem e nada têm. Por isso, vimos a público defender e propor ao governo Lula, ao Congresso Nacional e à sociedade civil as seguintes medidas:

1) Realizar e apoiar uma ampla investigação de todas as denúncias de corrupção que estão sendo analisadas no Congresso Nacional e punir os responsáveis;

2) Excluir do governo federal setores conservadores que querem apenas manter privilégios, afastar autoridades sobre as quais paira qualquer suspeição e recompor sua base de apoio, reconstruindo uma nova maioria política e social em torno de uma plataforma antineoliberal;

3) Realizar mudanças na política econômica no sentido de priorizar as necessidades do povo e construir um

novo modelo de desenvolvimento. A sociedade não suporta mais tamanhas taxas de juros, as mais altas do mundo, sob o pretexto de combater a inflação. A sociedade não sustenta a manutenção de um superávit primário que apenas engorda os bancos. Os recursos públicos têm de ser investidos, prioritariamente, na garantia dos direitos constitucionais, entre eles, emprego, salário mínimo digno, saúde, educação, moradia, reforma agrária, meio ambiente, demarcação das terras indígenas e quilombolas;

4) Realizar, a partir do debate com a sociedade, uma ampla reforma política democrática. Uma reforma que fortaleça a democracia e dê ampla transparência ao funcionamento dos partidos políticos e aos processos decisórios. Por isso, somos favoráveis à fidelidade partidária, ao financiamento público exclusivo das campanhas, à exclusão das cláusulas de barreira e à apresentação de candidaturas em listas fechadas com alternância de gênero e etnia, obedecendo critérios de representação política pluriétnica e multiracial. Queremos também a imediata regulamentação dos processos de democracia direta, o que implica o exercício do poder popular mediante plebiscitos e referendos, conforme proposta apresentada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) ao Congresso Nacional;

5) Fortalecer os espaços de participação social na administração pública e criar novos espaços nas empresas estatais e de economia mista, viabilizando o controle so-

cial e o real compartilhamento do poder;

6) Fortalecer as iniciativas locais em favor da cidadania e da participação e da educação popular, como por exemplo os comitês pela ética na política, conselhos de controle social, escolas de formação política;

7) Enfrentar o monopólio dos meios de comunicação, garantindo sua democratização, inclusive através do fortalecimento das redes públicas e comunitárias.

Neste momento de mobilização, conclamamos as forças democráticas e populares a se mobilizar para realizar manifestações de rua e protestos, e trabalhar para promover as verdadeiras mudanças que o país e o povo precisam.

Brasília, 21 de junho de 2005.

Atenciosamente

Seguem-se entidades e movimentos da sociedade e da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que assinam a Carta.

CUT – Central Única dos Trabalhadores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

UNE – União Nacional de Estudantes

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas

ABONG – Associação Brasileira de ONGS

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

CNBB/PS – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/
Pastorais Sociais

UBM – União Brasileira de Mulheres
Conam – Confederação Nacional de Associações de Moradores
CMP – Coordenação dos Movimentos Populares
Conen – Coordenação Nacional de Entidades Negras
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Cebrapaz – Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz
JOC – Juventude Operária Cristã
MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
Contee – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
UNMP – União Nacional por Moradia Popular
Abraço – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias
Cimi – Conselho Indigenista Missionário
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Fenac – Federação Nacional das Associações
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
Ibrades – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes
MSU – Movimento dos Sem Universidade
Conic – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
ANPG – Associação Nacional dos Pós-Graduandos

CSC – Corrente Sindical Classista
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz
Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida
Federação Nacional dos Economistas
Federação Nacional dos Advogados
Sindicato dos Economistas do DF
Conselho Nacional de Iyalorixás e Ekedes Negras
Campanha Jubileu Brasil contra as dívidas e contra a Alca
PO Nacional – Pastoral Operária Nacional
Grito dos Excluídos
Marcha Mundial de Mulheres

UMA PLATAFORMA PARA A UTOPIA

ENTREVISTA COM
LEONARDO BOFF*

JUAREZ GUIMARÃES – *Em Igreja: carisma e poder [Record, 2005; a primeira edição ocorreu em 1981 pela editora Vozes] há uma construção crítica de como as determinações do poder político, no plano simbólico e material, afastaram em vários momentos históricos a estrutura oficial da Igreja Católica dos valores fundadores do cristianismo. A Teologia da Libertação sempre manteve uma saudável desconfiança das impregnações não-virtuosas do poder na prática social. Como neutralizar as necessidades impostas do realismo político com a força das utopias da transformação? Em que medida a experiência do PT (Partido dos Trabalhadores) teria falhado nesse desafio essencial?*

LEONARDO BOFF – Há permanente tensão entre utopia e história, entre sonho e realidade. Para essa tensão não há equação perfeita, porque a utopia e o sonho sem-

* A parte inicial desta entrevista foi publicada na revista *Teoria e Debate* n° 64, nov/dez de 2005 (Editora Fundação Perseu Abramo).

pre desbordam de qualquer realização concreta. O problema é como manter os dois pólos articulados, já que eles vêm sempre juntos. Acho que, antes de tudo, precisamos melhorar nossa concepção de realidade. Esta não se opõe à utopia. A utopia pertence à realidade. A reali-

**Grupos do PT, especialmente da
direção, identificaram o sonho
Brasil-diferente com o projeto do PT,
como se o partido tivesse o
monopólio para realizá-lo.**

dade nunca é apenas o dado empírico. Ela contém dentro de si infindas virtualidades e possibilidades. Desse seu lado potencial nascem as utopias e os sonhos que buscam concretização, embora nunca o consigam de forma definitiva. A consequência prática é que nunca devemos identificar o real com o utópico. Precisamos relativizar o real. Não podemos nos perder nele. Quando fazemos a identificação esvai-se o sentido da crítica, renunciando à liberdade de criar e, no limite, podemos nos tornar conservadores e até fundamentalistas.

A hierarquia da Igreja, que surgiu num determinado momento da estruturação do poder sagrado *pari passu* com o poder temporal dos imperadores europeus, identifica esse fato com a natureza mesma da Igreja. Dogmatizou a história e assim sepultou a força estruturante dos ideais originários que apontam para formas participativas de poder, como

comunhão de pessoas, como serviço comunitário, e não como centralização em poucas pessoas. Estimo que, de maneira semelhante, grupos do PT, especialmente da direção, identificaram o sonho Brasil-diferente com o projeto do PT, como se o partido tivesse o monopólio da representação e dos meios para realizá-lo. Esses estratos se burocratizaram, impediram a emergência da crítica interna e criaram obstáculos à criatividade que vinha dos ideais originários. Um certo desapego e distanciamento da própria posição é fundamental para a saúde política dos dirigentes e para manter aberta a história a outras formas de estruturação, diferentes daquelas convencionais em política.

JUAREZ GUIMARÃES – *A crise do petismo revela também o enfraquecimento dos valores de uma ética pública e a capacidade de agenciamento do que poderíamos chamar de “mercado da política” em sua cultura. Como a Teologia da Libertação enfoca essa relação a partir do reconhecimento da autonomia relativa entre a dimensão da ética e da política?*

LEONARDO BOFF – A Teologia da Libertação, em sua leitura da grande instituição Igreja (fundamentalmente da hierarquia da Igreja), deu-se conta de que houve na história uma concentração lenta e persistente do poder sagrado, controlado por um corpo de peritos (bispos e padres), correlato a um despotenciamento quase completo do povo de Deus. Inicialmente era uma comunidade fraternal, e os leigos participavam de tudo o que interessava a todos, até da eleição dos bispos e do papa, em Roma. Lenta-

mente houve um verdadeiro golpe contra a participação dos leigos, até sua expressão maior com o papa Gregório VII, que publicou um famoso documento com o título *Dictatus Papae*, que traduzido literalmente significa “a ditadura do papa”. Isso ocorreu em 1077 e perdura até os dias de hoje. Todo o poder está nas mãos da hierarquia. Aos leigos cabe apenas ouvir e obedecer. Não possuem cidadania eclesial. São massas religiosas sem expressão e infantilizadas. No lugar de uma Igreja-rede-de-comunidades surgiu uma Igreja-sociedade-hierarquizada-desigual.

Diria que esse poder sempre que se descola de sua base real, que é o povo, quando não se deixa controlar por esse portador originário nem se enriquece com uma articulação orgânica com ele, acaba se isolando, se substantivando, se autonomizando até se tornar totalitário. Os teólogos denunciavam esse fenômeno com o nome *totatus*: uma totalização completa e fechada da Igreja. Isso é fascismo religioso. Para se manter, articula-se com outros poderes seculares, corrompe-se pelos privilégios, viola todas as leis éticas ao afastar concorrentes e um eventual antipoder.

Foi analisando o comportamento dos papas da Renascença e o maquiavelismo de suas políticas, grande parte criminosas, que Lorde Acton pronunciou aquela frase conhecida: “Todo poder corrompe, e o poder absoluto [dos papas e bispos locais] corrompe absolutamente”. Já Hobbes, no seu *Leviatã*, denunciava a lógica do poder: “O poder só se garante buscando mais poder”. A expressão material desse poder é o dinheiro, que potencialmente tudo compra. Estratos do PT, na minha avaliação, foram

vítimas dessa lógica: buscaram o poder do dinheiro, não tanto para se beneficiar pessoalmente (embora em alguns casos tenha ocorrido), mas para fortalecer o poder do partido com o interesse de se perpetuar por longo tempo no poder de Estado. Ligados organicamente às bases, os políticos são continuamente educados, reeducados pelo povo e nele encontram mil razões para continuar a lutar por causas justas que atendam às demandas desse povo.

INDIVÍDUO E REVOLUÇÃO

Juarez Guimarães – *O tema da subjetividade do agente social da transformação, do militante social, também aflora com muita força nessa crise, quando se revelam episódios grotescos de corrupção pessoal. Se uma mentalidade sacrificial da vida, muito típica de certo cristianismo, parece carecer hoje de poder de polarização, como renovar a fusão entre o sentido cotidiano da vida e a dedicação à emancipação social?*

Leonardo Boff – Aqui é importante resgatarmos o sentido radical de revolução e a compreensão correta da função do indivíduo na história. A revolução, para ser radical (mudança de rumo na história para atender às demandas da população sistematicamente negadas), precisa envolver todo o homem e todos os homens. Não basta que sejam transformadas apenas as relações sociais. Cada sujeito deve ser envolvido nesse processo e ele mesmo mudar. Se não mudar, a revolução em algum

momento mostrará seu impasse. Foi por não ter tido cuidado com esse processo global, que inclui o sujeito concreto e pessoal, que o socialismo, no meu entender, abortou seu projeto libertador. Deixou as subjetividades intocadas, especialmente com referência à mulher e à questão do meio ambiente. Continuou oprimindo a mulher e devastando a natureza.

Não basta que sejam transformadas apenas as relações sociais. Cada sujeito deve ser envolvido nesse processo e ele mesmo mudar.

A revolução, para ser radical, tem de ser permanente, como processo aberto de melhora contínua das relações – uma espécie de revolução sem fim que, para ser concreta, e não utópica, deve flexibilizar suas instituições e submeter à vigilância os hábitos políticos. Se determinarmos que o objetivo final de um processo revolucionário é o estabelecimento da democracia integral e da cidadania plena, devemos visar àquilo que o pensador luso Boaventura de Souza Santos bem formulou: a democracia sem fim. Realizar tal objetivo é o sentido maior da política e da ação dos seres humanos na história. O sujeito não pode ser entendido nos moldes do liberalismo e da visão burguesa da sociedade, em seu esplêndido isolamento e independência. O sujeito é sempre e concretamente um nó de relações, não apenas sociais (a ten-

dência do pensamento de Marx), mas de relações totais e em todas as direções, até aquelas que incluem o transcendente e a sede de infinito.

O sujeito emerge assim como um projeto infinito, impossível de ser enquadrado numa ideologia, num quadro político e religioso ou cultural. Ele desborda sempre. Se não começar o processo de mudança por ele próprio (aquele pedacinho de mundo e de sociedade que é ele mesmo), dificilmente irá mudar as relações sociais. Kant, no meu modo de ver, articulou bem o duplo aspecto da ética, o pessoal e o universal: “Viva de tal maneira que aquilo que você vive possa ser válido para todos os demais seres humanos”.

JUAREZ GUIMARÃES – *Um tema que aflora com grande força na gênese e no desenvolvimento da Teologia da Libertação é a opção preferencial pelos pobres e a construção de uma transcendente narrativa sobre a caminhada do povo brasileiro. Em que medida a crise do PT bloqueia ou significa o fracasso dessa narrativa?*

LEONARDO BOFF – O PT é como um *tell*. Um *tell* é um monte sob o qual se escondem cidades antigas cujas escavações revelam as várias camadas históricas e as muitas influências culturais que ali se acumularam. Assim, o PT esconde em sua base muitas forças históricas que vinham se formando ao longo do tempo, algumas mais antigas, outras mais recentes. Ele recolheu essas forças sociais e lhes deu uma configuração polí-

tica de cunho emancipatório e libertário. Uma dessas forças se prende à Igreja da Libertação, que colocou como marca registrada de sua natureza a opção pelos pobres, contra a pobreza e em favor da vida e da liberdade. Pretendeu, na linha de Paulo Freire, fazer dos pobres e excluídos, uma vez conscientizados e organi-

Vale a pena investir esperança no resgate do PT. Seu legado de 25 anos não pode ser desperdiçado.

zados, os sujeitos principais do processo de libertação. Desse propósito surgiram as mais de 60 mil comunidades de base, os quase 1 milhão de círculos bíblicos e as pastorais sociais (por terra, teto, indígenas, negros, mulheres, crianças, direitos sociais e outros). Esses instrumentos são eclesiais, mas seu efeito alcança para além dos limites da Igreja, produz um efeito social, gesta cidadãos críticos e participantes. Eles estão, junto com outras forças, na origem do PT.

Esses cristãos não entraram no PT – ajudaram a constituí-lo. Entendiam o partido como um meio para realizar o sonho da libertação, elaborado dentro do campo religioso, mas a se realizar no campo social. Foi importante para esses cristãos ter superado o risco integrista de elaborar um sonho cristão para todos os demais (o limite da democracia cristã). Eles assumiram o sonho que estava no povo e que o partido soube articular. Assim, eles se transformaram numa força social e política sem criar

paralelismos. Vêm da Igreja, mas não são igrejeiros, são petistas. Mas há uma singularidade presente na visão desses cristãos que aparece claramente em momentos de crise como agora. Eles se decepcionam, mas não perdem a esperança. A esperança é política (transformar a sociedade e o mundo), mas seu nascedouro é mais que político. Nasce de uma fé que vê o mundo ancorado no coração de Deus e no seu Reino. Se o PT fracassar, nem por isso desistem do sonho. Ao contrário, o sonho os municia com visões que podem resgatar o PT nos seus ideais originários e na sua força de interpelação política e de transformação social.

Tudo o que é sadio pode ficar doente. Essa doença não é mortal. Ela pode ser curada especialmente a partir da parte sã. Assim, vale a pena investir esperança no resgate do PT, bebendo do capital de esperança que não se esgota no PT e, por isso, não deixa que a crise vire uma tragédia. A parte sã vai curar a parte doente, e o organismo-PT poderá continuar a desempenhar sua missão histórica de inauguração de outro tipo de política, de outra forma de inclusão do povo e de outra maneira de contribuir para uma globalização menos vitimatória da grande maioria da humanidade. Os cristãos atuantes do PT estão assumindo essa consciência. Sem a pretensão do monopólio da ética e do sonho, podem ajudar na superação da fragmentação e da dispersão das forças de mudança social, e assim não reforçar o pensamento conservador das oligarquias, e continuar militando dentro do partido como o grande instrumento construído para a emancipação his-

tórica do povo brasileiro. Esse legado de 25 anos de existência do PT não pode ser desperdiçado.

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

JUAREZ GUIMARÃES – *No pequeno mas precioso livro A Teologia da Libertação – Balanços e perspectivas, organizado pelo senhor, por José Ramos Regidor e por Clodovis Boff (Ática, 1996), registra-se o reconhecimento de faltas e erros no pensamento e na prática da Teologia da Libertação, advindos de sua relação pouco crítica com o marxismo e com os regimes do Leste Europeu, de certa politização excessiva do terreno da fé e da afirmação de certas certezas sobre os caminhos da emancipação. Fale-nos das dimensões desse balanço crítico.*

LEONARDO BOFF – A Teologia da Libertação é uma teologia militante. Não se contenta em pensar a ortodoxia apenas como se faz normalmente nas faculdades de teologia. Quer a ortopraxis, quer dizer, incentiva uma prática que nasce do capital religioso do cristianismo, mas visa transformar a realidade social por considerá-la dissimétrica (analiticamente), injusta (eticamente) e pecaminosa (teologicamente). Essa libertação tem de ser libertação mesmo, quer dizer, não pode ser assistencialista e paternalista - que faz para os pobres, mas não se dá conta da força histórica dos pobres. Ela somente é libertadora se tiver os oprimidos (que são pobres e simultaneamente cristãos) como sujeitos de sua libertação, libertação *com* os pobres

e *a partir* dos pobres. A Igreja é apenas aliada e fornece os espaços institucionais aos pobres.

Como se trata de um processo concreto, há sempre referências concretas. Assim, o socialismo real no Leste Europeu não era visto como um modelo (pelo que pude acompanhar de dentro da Teologia da Libertação), mas como uma oposição e alternativa histórica ao capitalismo. No fundo se pensava: o capitalismo não ocupa todo o espaço, há um antipoder, uma alternativa possível de organização das sociedades humanas, com limitações e avanços que não se podem desconhecer. Defendia-se não tanto o socialismo real, mas a oposição ao capitalismo. A derrocada do socialismo atingiu a Teologia da Libertação. Não porque um sonho nosso foi abortado, mas porque sabíamos que, sem o socialismo, começaria a barbárie do capitalismo. Quer dizer, a centralidade dos pobres e oprimidos, os ideais do internacionalismo e da solidariedade ficariam sem um representante político no cenário mundial. Tais perspectivas se tornariam muito mais difíceis. De fato, assim ocorreu.

Hoje a solidariedade é muito menor do que antes. O capitalismo triunfante sob Reagan e Thatcher radicalizou os ideais capitalistas e neoliberais: magnificação do indivíduo, da propriedade privada, difamação do Estado e da política, tentando reduzir o primeiro ao máximo e fazendo do segundo um caudatário da economia. Ficamos sem referências de que é possível a superação histórica do capitalismo. Cuba ficou uma referência, mas com a consciência de que não é o nosso caminho, e a China é

muito distante e confusa para nossa leitura política. A teologia militante se viu enfraquecida. Mas seu ataque maior veio do papa Wojtyla, que conheceu a experiência do comunismo soviético, ateu e estatista. Na sua interpretação, no contexto da Guerra Fria, a Teologia da Li-

A derrocada do socialismo atingiu a Teologia da Libertação, pois sabíamos que sem ele começaria a barbárie do capitalismo.

bertação se prestava a ser um cavalo de Tróia para a penetração do marxismo na América Latina. O destino dos países latino-americanos, feitos cristãos na primeira evangelização colonizadora, não poderia ser o mesmo que o da Polônia. Por essa razão, o papa condenou fortemente esse tipo de teologia e levantou suspeita sobre todos os teólogos e igrejas que se orientavam por tais visões. Houve condenações exemplares de teólogos e marginalizações explícitas de bispos, especialmente na América Latina.

A consequência foi um bloqueio da reflexão e o desmonte da vasta articulação que esses teólogos mantinham entre si com ramificações na África, na Ásia e mesmo no Primeiro Mundo. Mas, como essa teologia nasceu da preocupação com os pobres e oprimidos, estes, ao invés de diminuir, aumentaram em número no mundo inteiro. Ela continuou a manter seu fervor e

militância, apenas com menos visibilidade e organicidade, e segue como uma das tendências teológicas mais importantes do mundo, forte na África, na Ásia e na América Latina, especialmente no Brasil. De modo geral, quando uma igreja local toma a sério a questão dos pobres e da justiça social, encontra nessa teologia uma referência teórica e também prática, já que os teólogos da libertação estão sempre metidos em alguma prática social ligada aos meios marginalizados.

JUAREZ GUIMARÃES – *Clodovis Boff, no ensaio “A Teologia da Libertação e a crise de nossa época” (publicado no já citado A Teologia da Libertação – Balanços e perspectivas), defende o ponto de vista de que seria errada a visão muito difundida de uma derrota da Teologia da Libertação ante o conjunto da instituição, de que esta teria enriquecido a dimensão social de suas pregações a partir do impacto de uma teologia formada, pela primeira vez, na periferia do mundo. Em que medida essa avaliação se mantém hoje?*

LEONARDO BOFF – A Teologia da Libertação nunca teve Marx como pai nem como padrinho. Ela bebeu primeiramente de sua própria fonte, que é a tradição judeu-cristã, que sempre deu centralidade aos pobres, ao tema da libertação do cativo egípcio e babilônico e à prática histórica de Jesus, que foi pobre e disse “felizes de vocês pobres e ai de vós ricos”. E que não morreu tranqüilamente na cama como um piedoso rabino cerca-

do de discípulos, mas na cruz, fruto de um juízo político-religioso que o condenou com o castigo dado a revoltosos sociais. Mas ela encontrou em Marx as boas razões para entender por que o pobre não é pobre, e sim um explorado e injustiçado. Ele é um empobrecido, feito pobre por

Surpreendentemente, os principais conteúdos da Teologia da Libertação foram assimilados pelo discurso oficial dos papas e do Vaticano.

fatores de ordem econômica, social e cultural, que hoje ganham corpo especialmente no capitalismo. Isso deu lucidez à Teologia da Libertação, mas também atraiu as acusações das classes sociais conservadoras – que sempre usaram a Igreja para legitimar seu projeto, que implicava a exclusão do povo – e também do Vaticano, que, no contexto da Guerra Fria, sempre era contra o marxismo e a favor das forças do mundo ocidental. Estes nos viam como aliados dos “inimigos” ou inocentes úteis. E moveram todas as forças contra esse tipo de teologia: desde a difamação, a condenação por autoridades eclesiásticas, até o seqüestro, tortura e assassinato de alguns teólogos e agentes de pastoral.

Essa teologia é a única no mundo de hoje que tem mártires, no Brasil, na Argentina, no Chile e na América Central. Em razão dos conteúdos evangélicos e do alto teor ético da causa dos oprimidos presentes na Teologia

da Libertação, foi sempre constrangedor para as autoridades eclesiais e para o Vaticano condená-la. De fato, implicava reforçar o lado conservador, anticomunista e capitalista do mundo. A mídia mundial captou essa contradição e assumiu, praticamente, a defesa do ponto de vista da Teologia da Libertação. Isso ficou claro por ocasião de meu interrogatório pela Congregação da Doutrina da Fé, uma semana depois da publicação do documento condenatório da Teologia da Libertação pelo então cardeal Joseph Ratzinger, hoje papa Bento XVI. Mas, com a queda do Muro de Berlim e com a homogeneização do espaço político sob o neoliberalismo e o modo de produção capitalista com seu mercado total, apareceram claramente para Roma as contradições da nova situação. Deram-se conta da barbárie que o capitalismo introduz onde se instala e a negação sistemática que faz na prática dos ideais e da ética cristã. João Paulo II e o Vaticano acabaram por arrefecer em suas críticas à Teologia da Libertação. O papa chegou a escrever uma carta à Conferência dos Bispos do Brasil (com o significado de uma pacificação) na qual dizia que, em contexto de pobreza social generalizada, “a Teologia da Libertação não é apenas útil, mas necessária”.

De fato, a Teologia da Libertação foi feita invisível na Igreja e na sociedade a ponto de muitos perguntarem se ela ainda existia. Mas, surpreendentemente, seus principais conteúdos foram assimilados pelo discurso oficial dos papas e do Vaticano: a opção pelos pobres, a dimensão política e pública da fé, a expressão “libertação inte-

gral”, a vinculação da evangelização com a justiça social, sem o que não existe verdadeira evangelização, a missão da Igreja de estar do lado dos injustiçados. Nunca tais temas eram explícitos e claros nos discursos ofi-

Precisamos de outro paradigma de civilização, que inaugure outro tipo de relação, não contra a natureza, mas em sinergia com ela.

ciais, que tendiam a espiritualizar as questões conflitivas da sociedade. Nisso a Teologia da Libertação deu uma contribuição à Igreja. Em uma geração partiu da periferia e ecoou fortemente no centro do poder religioso.

JUAREZ GUIMARÃES – *No grande esforço de renovação das perspectivas da Teologia da Libertação, assume-se como central a problemática de que vivemos uma crise de civilização e que é preciso buscar conformar os princípios de uma alternativa à globalização do capital. Essa problemática parece-me rica e fecunda. Em que medida, nos últimos dez anos, a Teologia da Libertação caminhou no sentido de responder a esse grande impasse civilizacional?*

LEONARDO BOFF – Estava sempre presente no discurso da Teologia da Libertação, desde seus primórdios, no final dos anos 1960, e em todas as suas fases, a convicção de que a grande busca não é o socialismo, tomado

no seu sentido meramente político-convencional, mas um novo mundo, outra forma de convivência global que incluísse todos e também a natureza. Aquilo que são temas do Fórum Social Mundial eram os temas da Teologia da Libertação em todos os encontros dos anos 1970 em diante. E houve a cada dois anos encontros internacionais que envolviam os cinco continentes, com vasta participação de leigos e leigas, bispos e cardeais (como dom Aloísio Lorscheider e dom Paulo Evaristo Arns), mas sempre sob vigilância e temor do Vaticano. A questão se tornou mais candente quando entrou na reflexão teológica a discussão da ecologia. Se a Teologia da Libertação nasceu ouvindo o grito dos oprimidos (pobres, negros, indígenas, mulheres, discriminados), deveria incluir também a escuta do grito das águas, das florestas, dos animais em extinção, enfim, dos ecossistemas e da própria Terra. Na opção pelos pobres deveria entrar também o grande pobre, a Terra. Aí se viu claramente que a questão é de civilização. Há um tipo de civilização, seja de corte capitalista, seja de corte socialista, que se relaciona com violência com a natureza, devastando-a e pondo em risco o futuro comum da vida, da humanidade e do planeta.

Precisamos de outro paradigma de civilização, que inaugure outro tipo de relação, não contra a natureza, mas em sinergia com ela, com respeito pela alteridade e com a consciência de que somos parte e parcela dessa natureza. Nossa missão é ética, a de preservar o criado e resgatar o que foi desfigurado. Nesse campo se está

trabalhando muito na atual fase da Teologia da Libertação, que somente agora ganhou efetivamente uma dimensão integral e global. Ou mudamos de paradigma, ou então corremos o risco de ir ao encontro do pior. As

Mais de cem teólogos foram condenados, depostos de suas cátedras e silenciados sob o pontificado de João Paulo II.

religiões e o cristianismo devem ajudar com uma pedagogia libertadora, de responsabilização pelo futuro comum e de respeito e veneração diante de todo ser.

RETOMAR O CONTATO VIVO COM AS BASES

JUAREZ GUIMARÃES – *No início de 2005 realizou-se, às vésperas do Fórum Social Mundial, um encontro ecumênico da Teologia da Libertação. Como foi a representatividade, os avanços e limites desse encontro?*

LEONARDO BOFF – De fato, uma semana antes do Fórum Social Mundial de Porto Alegre de 2005 houve o Fórum Mundial da Teologia da Libertação, com cerca de 200 representantes (o número foi intencionalmente limitado) de todos os continentes, inclusive dos grandes centros metropolitanos de pensamento teológico. Pôde-se constatar a força de mobilização que essa teologia

ainda possui. Diria até, em termos gramscianos: ela não domina o campo teológico, mas hegemoniza o discurso cristão sobre as grandes questões da humanidade, da justiça, do feminismo, do fundamentalismo, do terrorismo e do drama ecológico. Sobre todas essas questões possui reflexões pertinentes e articuladas com os outros discursos da sociedade.

Viu-se também como em cada continente se trabalhou a crise interna da Teologia da Libertação, pois também nela foi notado o reflexo do rebaixamento do horizonte utópico em todo o mundo. Não há a ousadia e o fervor utópico dos anos 1970. Todos conheceram a repressão política em suas sociedades e o controle das doutrinas promovido pelo Vaticano. Não se deve esquecer que mais de cem teólogos foram condenados, depostos de suas cátedras e silenciados sob o pontificado de João Paulo II. Ele não se mostrou um amigo da inteligência da fé, mas um controlador severo das novas visões e possibilidades do cristianismo ante os desafios contemporâneos. Todos ficaram mais pragmáticos, sem entretanto perder o entusiasmo pelas mudanças necessárias. Já que não há muita liberdade para pensar, a grande maioria optou pela inserção nos meios populares para trabalhar e, a partir do trabalho, fazer reflexões ligadas àquela prática, sem os grandes vôos dos anos 1970. Isso ajudou a Teologia da Libertação a se manter como processo concreto de libertação, mais do que uma reflexão sobre e a partir da libertação. O que finalmente conta é a libertação concreta do povo, e menos a reflexão religiosa sobre ela.

Com referência ao PT, penso que a chave para ele se renovar e voltar a seu antigo fervor é buscar o contato vivo e orgânico com as bases. São os oprimidos que con-

**Os membros do PT encontrarão
mil razões para viver, para
continuar no PT, quando se ligarem
à vida concreta do povo.**

tinuamente motivam, desafiam e convertem os políticos. Não se pode ficar indiferente ao sofrimento de multidões, diante de rostos cansados, pés inchados, mãos calosas e olhos despertos e brilhantes quando vêem e ouvem mensagens que animam suas esperanças. Aí o político do PT encontra as muitas razões para continuar lutando e levando avante a bandeira das transformações sociais, com ética e inclusão social no marco da democracia. O resgate do PT depende dessa volta às fontes de seu nascedouro e de sua utopia originária. Ela tem vigor suficiente para sanar os desvios e fechar chagas abertas.

Eu mesmo, quando desesperado pelas contínuas repressões por parte das autoridades doutrinárias do Vaticano (a partir de 1971 e praticamente a cada ano recebia admoestações e interrogatórios escritos), encontrava consolo, ânimo e sentido de continuidade na inserção nos meios pobres e populares. Jogam-se outros valores, e as questões com o poder central se tornam irrelevantes. Meu sofrimento não era nada diante da

paixão dolorosa da grande maioria de nossa gente, sobrevivente de uma via-sacra que tem mais estações do que aquela do Filho de Deus.

JUAREZ GUIMARÃES – Neste momento de crise do PT há grande risco de dispersão da esquerda, o que seria fatal para o povo brasileiro. Como o processo de renovação utópica das Comunidades Eclesiais de Base pode alimentar uma renovação das esperanças do povo brasileiro e ser por ele alimentado?

LEONARDO BOFF – O povo brasileiro possui um capital de esperança inesgotável. Resistiu a todo tipo de dominação e exclusão, conservando sua bonomia, seu sentido lúdico da vida, seu bom humor e o caráter encantado do mundo, que lhe vem de sua dimensão mística. Em contato com ele somos literalmente contaminados e convertidos. Caso contrário, inflacionamos nosso discurso ideológico e não sabemos em que cabide da vida vamos dependurá-lo. Uma vez levei um jornalista alemão, sensível ao drama humano, que havia feito uma cobertura dos grandes conflitos mundiais dos últimos anos, a uma roda de forró, onde o povo dançava, comia churrasquinho, tomava cerveja e se divertia com grande alegria e efusão. De repente, vi que chorava. Dizia que estava fazendo uma oração a Deus, de agradecimento, pois estava vivendo um pedaço do paraíso que ele sonhara para a humanidade. E pedia a Deus que, quando o chamasse desta vida, o fizesse num ambiente assim. Dessa forma passaria do paraíso terrenal ao paraíso celestial...

Isso é uma pequena amostra do que pode o povo da opressão: viver espaços de libertação e de liberdade dos filhos e filhas da alegria, e não do vale de lágrimas. Os membros do PT encontrarão mil razões para viver, para continuar no PT, quando se ligarem a essa vida concreta do povo, quando deixarem seu gabinete de administração

A insensibilidade social dos estratos poderosos de nosso país é simplesmente criminosa.

e mergulharem no mundo dos oprimidos, em sua forma de viver, festejar, rezar e dar sentido à vida no meio de tantas tribulações. Sentir-se-ão comprometidos com ele e entenderão a política como o grande instrumento de realização do sonho que o povo continua a sonhar, na certeza de que um dia vai dar certo, de que Deus vai olhar por nós e de que o governo será feito pelos legítimos representantes de suas lutas. Os grupos cristãos de base estão sofrendo com a crise do PT, mas não estão desanimados. O que predomina não é a desistência, mas a vontade redobrada de retomar a caminhada e resgatar o PT para que seja o conduto de expressão e realização de seu sonho. Vêm tudo isso à imagem de Jesus, que foi um fracassado, pois morreu na cruz, mas ressuscitou para se insurgir contra esse mundo opressor e levar avante a luta pela vida em abundância para todos. Pois esse é o desígnio do Criador. São visões religiosas, mas infundem coragem para viver e lutar, porque é isso que fundamentalmente conta.

A LUTA PELA SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES

JUAREZ GUIMARÃES – *Em artigo publicado no dia 2 de setembro de 2005 pela Agência Carta Maior (“A prova crucial para Lula”), lembrando Celso Furtado, o senhor afirmou que o governo Lula e o PT estavam vivendo uma prova crucial. Em outro ensaio (“Por que ficar no PT”, Agência Carta Maior, 20/9/2005), criticou o “moralismo que faz dos erros doença terminal”. E contra a estratégia de colocar “remendos em roupa velha”, propôs uma nova plataforma de renovação do PT. Afirmou, então, não como filiado, “mas como cidadão, estou interessado no resgate do PT como patrimônio que o povo organizado, os movimentos sociais, as esquerdas e a Teologia da Libertação ajudaram a construir” [“PT: alargar a plataforma”, Agência Carta Maior, 8/10/2005]. É sobre esta plataforma de seis pontos que gostaríamos de conversar mais calmamente com o senhor.*

O primeiro compromisso que o senhor reclama que o PT renove e aprofunde é o da luta pela superação da desigualdade social no Brasil. Em nosso país há certamente uma grande naturalização da desigualdade e o que chamaríamos das políticas “condicionadas” de combatê-la. Na época do regime militar, o argumento era de que o bolo precisava antes crescer para depois ser repartido. Nos anos neoliberais, toda medida distributivista na economia foi imediatamente chamada de “populista” ou “irresponsável”.

Os liberais sempre apontam a educação como a saída a longo prazo para igualar oportunidades mas esquecem de garantir a educação pública e as condições mínimas de vida para o cidadão exercê-la.

**Faltou mais coragem a Lula
para fazer alguns gestos proféticos
que dariam um novo perfil
a seu governo e sustentariam a
esperança hoje abalada.**

Em que medida o governo Lula absteve-se de tomar providências fortes de distribuição de renda, que claramente significassem transferência de renda dos ricos para os pobres, dos setores capitalistas ou financeiros para os trabalhadores? Como reintroduzir, avivar, dar legitimidade a políticas de impacto que visem quebrar o círculo vicioso da naturalização da desigualdade social no Brasil?

LEONARDO BOFF – O que escandaliza no Brasil não é tanto a pobreza mas a desigualdade social, porque ela esconde uma grave distorção política e ética da sociedade. Politicamente, significa que a sociedade não foi pensada para todos, mas fundamentalmente para atender às demandas das elites e dos incluídos no sistema de acumulação. Eticamente, significa uma falta perversa de humanidade, de solidariedade social e de compaixão para com a desgraça dos demais concidadãos. A insen-

sibilidade social dos estratos poderosos de nosso país é simplesmente criminosa. Criaram seu mundo fechado a partir de onde controlam as políticas públicas para que continuem sendo beneficiados sem olhar para os lados onde grassam a miséria e a fome da grande maioria. E o pior é constatar que são cristãos e católicos que fazem esta antipolítica sem nenhuma má consciência de estarem em frontal contradição com a mensagem de Jesus. A África é muito mais pobre que o Brasil e a América Latina, mas é menos desigual.

A metáfora de fazer crescer o bolo primeiro para depois reparti-lo representa um despiste ideológico, pois sabem as elites que por mais que cresça o bolo elas se apropriam seguramente da maior parte dele.

Difamar as políticas públicas que favorecem os destituídos chamando-as de “populistas” e “irresponsáveis” representa infâmia e falta completa de sensibilidade. Tudo o que se fizer para salvar vidas que estão sob risco não é assistencialismo nem paternalismo mas humanitarismo básico, em grau zero. Se falto a esse gesto me torno inumano e me faço inimigo de minha própria humanidade.

Podemos discutir quanto quisermos as políticas sociais do governo Lula, mas elas têm esse mérito ético: mostram humanidade e compaixão para com os que mal sobrevivem e são condenados a morrer antes do tempo. O Estado tem obrigação de salvar vidas. Mas estimo que faltou mais coragem a Lula para fazer alguns gestos proféticos que dariam um novo perfil a seu governo e sustentariam a esperança hoje abalada. Eu veria tais

gestos, logo nos primeiros dias de seu governo, como anunciadores de um novo tempo histórico: enviar ao Congresso três projetos fechados, estruturados e financeiramente dotados. Primeiro, um plano consistente de

A força das CEBS reside no fato de se manterem sempre como base, abertas a acolher a todos, desde que entrem na caminhada.

saúde para o povo. O outro, um plano de erradicação em tempo recorde do analfabetismo. O terceiro, um pacote para a reforma agrária. Um povo doente e ignorante se torna incapaz de dar um salto de qualidade rumo a outro tipo de desenvolvimento e jamais construirá uma nação de cidadãos livres. Um pacote fechado para a reforma agrária com tudo o que ela implica em infraestrutura, financiamento, criação de agrovilas, garantia de preço, entre outros dados ligados à saúde e à escola. Isso desinflationaria as cidades, assentaria os camponeses no campo, diminuiria os conflitos na cidade e no campo. Lula teria cacife para esta intervenção revolucionária na estrutura da sociedade brasileira no contexto da democracia e, seguramente, com o apoio do próprio Parlamento, sem falar da maciça sustentação dos movimentos sociais populares e das Igrejas. Faltou coragem pessoal ao presidente para este gesto libertador. Seria entronizado na história do Brasil como o nosso Bolívar

brasileiro. Eu ainda espero que num segundo mandato ele tenha despertado para essa coragem política, ética e humanitária, o que o salvaria diante da história.

JUAREZ GUIMARÃES – *A segunda plataforma que o senhor propõe para o PT é o retorno às bases e aos movimentos sociais. Em certa medida, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) souberam manter uma rede e uma tradição de reflexão e ação pastoral, mesmo em meio às fortes pressões que foram exercidas contra os setores mais vinculados à Teologia da Libertação. Como explicar a sobrevivência das CEBS? Existem estudos importantes sobre elas que o senhor indicaria? Que aprendizado elas podem trazer para uma cultura de resistência à institucionalização da prática social?*

LEONARDO BOFF – AS CEBS nasceram da “lasqueira da vida”, como bem expressou o bispo, já falecido e patrono da Igreja da base, dom Luis Fernandes. O povo é pobre e religioso. Durante séculos vivia uma fé-resignação. A partir dos anos 1960 começou a viver uma fé-libertação. Deu-se conta de que a pobreza não é querida por Deus, ela é fruto da exploração humana. E buscou no capital de sua fé, que ele maneja com segurança, as boas razões para resistir e buscar caminhos de libertação. Assim surgiram no final dos anos 1950 as Comunidades Eclesiais de Base. Como a Igreja hierárquica continua vivendo grave crise de quadros eclesiais – temos hoje 16 mil padres quando deveríamos ter 120 mil

–, logo assumiu as CEBS como uma espécie de tábua de salvação, especialmente contra a penetração das igrejas pentecostais nos meios pobres. A evolução mostrou que elas não são um braço da pastoral tradicional ou paroquial. Elas se entendem como a Igreja da base, que se forma na base e que “converte” padres, bispos, religiosos e teólogos a entrarem também na base. Elas representam aquilo que foi cunhado como uma “eclesiogênese”, a gênese de um novo tipo de Igreja. Seu centro não é o clero mas o leigo, não é o sacramento mas a palavra das Escrituras, não é a hierarquia mas a comunidade. Hoje elas são cerca de 60 mil em todo o Brasil. Há vasta literatura sobre o fenômeno. Eu mesmo tenho aprofundado a questão nos meus livros *Eclesiogênese: as CEBS reinventam a Igreja* (Vozes, 1977); *Novas fronteiras da Igreja: o futuro de um povo a caminho* (Verus, 2002); *Igreja: carisma e poder*. A obra mais completa e consistente é do teólogo leigo Faustino Teixeira, da Universidade Federal de Juiz de Fora, em três volumes, sua tese doutoral na Gregoriana de Roma: *A gênese das CEBS no Brasil: elementos explicativos* (Paulinas, 1980).

A força das CEBS reside no fato de se manterem sempre como base, abertas a acolher a todos, desde que entrem na caminhada. Vivem a dimensão comunitária da Igreja, por isso todos os serviços e cargos são rotativos e escolhidos pela própria comunidade. Elas desenvolveram elementos institucionais que garantem sua continuidade, mas somente na medida em que são funcionais e

respeitem a criatividade que vem da base. Elas são parte do movimento social popular, pois de seu seio nasceram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as várias pastorais sociais. Mas o mais importante é que não apenas criaram cristãos participantes e sujeitos criadores de uma nova forma de ser Igreja, mas a partir do funcionamento das CEBS aprenderam a pensar, a falar, a ser críticos em face da Igreja-instituição e principalmente em face da sociedade, sentindo-se cidadãos que buscam a libertação histórico-social. Por isso, as CEBS constituem uma das forças que ajudaram a fundar o PT, visto por elas como um instrumento político para realizarem o sonho comunitário. O aprendizado que trazem para o mundo da política é a permanente interação entre pensamento (fê) e vida, entre base e grupo de direção, eleito e controlado pela base, e a vigilância para que não seja cooptado por outros poderes, daí a necessidade de manter permanente organicidade com a base.

DEMOCRACIA SEM FIM E ÉTICA

JUAREZ GUIMARÃES – *A terceira plataforma que o senhor propõe, retomando o conceito do sociólogo Boaventura de Souza Santos, é a adoção do princípio da “democracia sem fim”, isto é, de uma radicalização permanente da democracia e uma concepção integral de democracia na qual a dimensão da solidariedade social seja o núcleo de todas as ações e instituições. Há toda uma literatura que cri-*

tica como irrealista esta perspectiva, desde a teoria extremada da “lei de ferro das oligarquias”, de Michels, até um certo realismo muito típico da ciência política inspirada em Weber, que prevê a inevitável burocratização, institucionalização e rotinização das formas de democracia. Em que medida o PT, no

Em ética não podemos ser ambíguos nem tergiversar. É de sua natureza a inteireza e a transparência.

exercício do governo federal em meio a um Estado ainda tão alheio à democracia participativa, pode praticar este princípio da “democracia sem fim”? Seria, na sua opinião, viável praticar, por exemplo, algum tipo de orçamento participativo no plano federal? Como acolher este princípio no âmbito das relações políticas internas ao próprio PT?

LEONARDO BOFF – Nenhuma sociedade pode viver sem uma utopia. Caso contrário, ela se afunda no lamaçal dos interesses dos mais fortes. A utopia política mais alta que a história nos legou é a democracia. Ela, na sua essência, quer traduzir esta verdade: “Tudo aquilo que interessa a todos deve e pode ser discutido e decidido por todos”. Trata-se, portanto, da participação de todos na construção daquilo que é comum. As formas podem variar e variaram na história. Mas a intuição básica é essa da participação sem exclusão. Por sua natureza utópica, a democracia é sempre sem fim. Isto quer di-

zer: ela nunca está pronta; deve ser construída constantemente e vivida em todos os âmbitos da vida humana, na família, na comunidade, na fábrica, na administração e no governo. Se confrontarmos a democracia brasileira com esses valores ou com a justiça e os direitos, aí aparece seu caráter de farsa e o quanto ainda devemos coletivamente crescer para poder dizer que vivemos numa democracia. Como em todos os processos vitais, há sempre um momento de institucionalização. Esta não é má em si, ao contrário, ela representa uma necessidade para garantir a continuidade do processo. A questão é a medida da institucionalização. O ideal é o máximo de criatividade possível dentro de um quadro burocrático menor possível. Assim se garante a democracia como realidade sempre aberta – democracia sem fim –, perfectível e incorporadora de mais e mais elementos novos. Eu tenho postulado em meus escritos uma democracia sociocósmica, uma democracia que inclua os demais seres da natureza como cidadãos e sujeitos de direitos, pois convivemos com eles e dependemos deles para sobreviver. Quer dizer, importa articular o contrato natural com o contrato social, ainda mais que hoje em dia o natural pode ser totalmente degradado e destruído, impedindo assim qualquer contrato social. As formas como tecnicamente se realizam esse tipo de democracia sem fim são objeto da criatividade dos grupos, seja nas relações com o poder público, seja nas relações políticas internas ao partido. A questão toda se resume na participação. Como fomos criados por Deus para ser-

mos criadores, temos o direito de participar e de *con-*
criar o tipo de sociedade e de mundo que queremos. A
radicalização da democracia, quer dizer, a plena demo-
cracia significa para mim o socialismo. Isso não se fará
se não mantivermos o poder sob permanente vigilância
contra sua voracidade intrínseca, o que se consegue
melhor por sua rotatividade e com a existência de um
antipoder que permanentemente pode ocupar o lugar dele.

**Há algo sagrado que nos cerca e que
constitui também nossa
interioridade. Como chamar esse
sentimento, essa Presença? Tao,
mistério do mundo, Deus? Pouco
importam os nomes.**

JUAREZ GUIMARÃES – *A quarta plataforma que o
senhor propõe para a renovação da cultura do PT é
a ética da transparência em relação à gestão do que
é público e da rotatividade no poder. Propõe inclu-
sive uma atitude de plena incompatibilidade com os
desvios em relação à ética pública. Em ensaio publi-
cado no dia 19 de novembro, também na Agência
Carta Maior, o senhor chama a atenção para o ris-
co de uma acomodação diante da crise: não se faz a
reforma política necessária por resistência dos par-
tidos conservadores e liberais, nem se tomam no PT*

as medidas necessárias para evitar que os erros não sejam repetidos. Dois tipos de argumento podem ser mobilizados contra estas propostas: a de que a utilização de meios não-éticos segundo a legalidade vigente, que ainda não é a da democracia que buscamos, pode ser necessária para atingir fins progressistas como, por exemplo, a eleição de Lula; o segundo, que não é realista adotar plenamente estes comportamentos éticos se os nossos adversários de classe não obedecem às regras do jogo do financiamento das campanhas eleitorais. Como fazer frente a eles? Que medidas e atitudes poderiam ser tomadas para repactuar eticamente o PT e suas relações com a consciência democrática brasileira?

LEONARDO BOFF – Em ética não podemos ser ambíguos nem tergiversar. É de sua natureza a inteireza e a transparência. Num sentido bem raso, podemos dizer que ética é um compromisso compartilhado de convivência justa e paritária. Gangues e máfias possuem códigos de conduta, mas não compromissos que podem ser qualificados de éticos. Sei que a prática dominante do poder não é ética, pois utiliza meios que não são adequados ao fim. O fim coletivo pode parecer bom. Mas o sujeito que opera a consecução deste fim bom não se faz bom. Neste ponto prefiro ser kantiano: “Age de tal maneira que tua ação possa ser válida para todos”. Se o PT aceitar o jogo da ética dominante, utilitarista e a serviço de interesses não coletivos, ele jamais inaugurará uma ruptura ética na política e perpetuará a sociedade

que queremos exatamente superar – e entendíamos o PT como o instrumento desta mudança. O destino histórico do PT, a meu ver, se joga nesta questão da ética. Ou ele é retilíneo, transparente, comprometido com o que é justo e digno para todos, ou então ele trairá sua missão histórica. Outros herdarão os ideais de mudança e lutarão para derrubá-lo junto com os demais partidos.

CRISE ECOLÓGICA GLOBAL

JUAREZ GUIMARÃES – *A quinta plataforma que o senhor propõe é a superação do velho paradigma antropocêntrico e a colocação, no cerne do programa, das políticas e das ações do PT, do tema da relação das formas de civilização atualmente existentes com a Terra e o Cosmos. Opina até que há ainda pouca massa crítica na cultura do PT sobre este tema, isto é, a gramática ecológica deveria ir ao centro do verbo do partido, e não ser compreendida como mais uma agenda ou política setorial. O desafio é de larga envergadura e, certamente, corresponde a uma refundação filosófica sobre que civilização buscamos como alternativa ao capitalismo. Recentemente, o senhor participou da redação da Carta da Terra (ver anexo). Poderia nos falar da importância deste documento? Que importância pode assumir o governo Lula, em país tão rico em biodiversidade, no contexto da luta ecológica mundial? Como o senhor avalia as ações do governo Lula em relação a este tema?*

LEONARDO BOFF – A grande maioria da humanidade não se conscientizou suficientemente da singularidade do momento histórico que estamos vivendo. Nunca uma civilização como a nossa se propôs como meta explorar a Terra e seus recursos de forma ilimitada como no capitalismo. E o fez de forma eficaz e continua fazendo de forma agora ameaçadora. Os recursos são limitados, há superpopulação, o nível de depredação de todos os ecossistemas e a criação do princípio da autodestruição por armas químicas, biológicas e nucleares chegaram a tal ponto que podemos exterminar a espécie humana e devastar profundamente a biosfera. Todos os países são reféns da ideologia do crescimento ilimitado. Ai do país que não mostre anualmente índices positivos de crescimento econômico. Por detrás disso, no entanto, há um preço perverso a pagar em desflorestamento, em emissão de gases de efeito estufa, em envenenamento dos solos e dos ares, numa palavra, em agressão sistemática ao sutil equilíbrio do sistema da vida e da Terra, entendida como um superorganismo vivo. Ou paramos com esse projeto, ou vamos ao encontro do pior, já nas próximas gerações. Nos níveis governamentais do mundo inteiro, e também no Brasil, não se toma a sério este alarme. Daí a minha proposta: o Brasil é talvez o único país do mundo que poderia lançar um desenvolvimento alternativo ao crescimento: possui uma dimensão continental, detém os recursos ecológicos mais abundantes do planeta e dispõe de um povo criativo, não fundamentalista e aberto ao diálogo com todos os povos. Logicamente,

manteria um pé dentro do velho sistema, pois não há como escapar dele. Mas o outro pé seria firmado em terra nova, tentando outro tipo de relação com a natureza que atendessem nossas necessidades sem sacrificar o capital natural e fundasse um novo paradigma de produção, exemplar para todo o mundo. Temos condições para esse salto rumo ao verdadeiro século XXI. Somente no Ministério do Meio Ambiente, particularmente com a ministra Marina Silva, tais reflexões são feitas e compartilhadas, mas sua audiência tem sido quase nula. Mas a gravidade da crise ecológica global vai nos dar duras lições. Oxalá não cheguemos atrasados em face das mudanças necessárias.

JUAREZ GUIMARÃES – *A sexta plataforma que o senhor propõe para a cultura petista é o desafio de espiritualizar-se, “libertar-se do materialismo prático e fazer-se sensível à gratuidade, à troca das intersubjetividades e ao encantamento ante os mistérios do mundo”. Entendo esta proposta como uma resposta à visão economicista do homem feita pelo liberalismo e à rusticidade de um certo materialismo cultivado na cultura marxista e que levou ao empobrecimento do próprio entendimento da subjetividade humana. Mas ela implica ancorar o sentido da transcendência das nossas vidas necessariamente a uma fé particular em Deus? Como compatibilizar esta proposta com o sentido laico de um partido que se define como pluralista em suas visões do mundo e da existência? Como*

compatibilizá-la com uma sociedade submetida a tantos carecimentos materiais básicos?

LEONARDO BOFF – Há que se entender a espiritualidade como uma dimensão do humano com o mesmo direito de cidadania como a inteligência, a sexualidade, o poder, a amorosidade, entre outras dimensões. Esta espiritualidade não nasce das religiões ou tradições espirituais. Ao contrário, são elas que nascem da espiritualidade, dão-lhe um quadro institucional, doutrinário, ético e estético. Espiritualidade é aquele momento da consciência em que o ser humano se sente parte de um todo que o transcende, se interroga sobre o sentido de sua passagem por este planeta, se pergunta sobre o que poderá esperar quando se completarem seus dias neste planeta. Ser espiritual é poder captar as mensagens que nos vêm da natureza, da profundidade de um céu estrelado, dos enigmas do coração e da misteriosidade da pessoa amada. Ser espiritual é dar-se conta de que as coisas não estão jogadas aí de qualquer jeito, mas que tudo forma uma incomensurável harmonia, apesar das catástrofes naturais. Numa palavra, prevalece o Cosmos, e não o Caos. Um fio condutor liga e religa todas as coisas fazendo o uni-verso, quer dizer, a unidade do Universo. Em momentos de reflexão assim, surge o sentimento de reverência e de respeito. Há algo sagrado que nos cerca e que constitui também nossa interioridade. Como chamar esse sentimento que no fundo é uma Presença? É o Tao? É o Mistério do mundo? É Deus? Pouco importam os nomes. Essa realidade possui sua obje-

tividade e densidade inegável. O ser humano precisa criar espaço para que esta dimensão venha à tona e possa se expressar. Os lugares de sua melhor aparição se dão quando ocorrem a amorosidade, o encontro, a compaixão, o cuidado e a solidariedade para com os outros. Cultivando essas dimensões, nos humanizamos, nos espiritualizamos e fazemos mais leve a curta trajetória por esse pequeno planeta. Uma sociedade aberta deveria incentivar a espiritualidade como incentiva o conhecimento, a amizade entre as pessoas e os povos e o espírito de solidariedade entre todos os seres humanos, especialmente para com os que sofrem. Isso não implica impor nenhuma confissão nem um tipo de Deus. Apenas reconhecer esta dimensão espiritual como radicalmente humana. Nossa cultura não a negou, mas a relegou para o mundo do privado. É importante que ela chegue ao mundo público para o fortalecimento da saúde coletiva e em benefício de toda a comunidade biótica. Essa espiritualidade está presente em todos os encontros do MST e da Via Campesina. Antes de qualquer ato ou palestra organizam o que com razão chamam de mística. Fazem-se celebrações, elaboram-se ritos e se inventam símbolos poderosos. O PT poderia inovar ao propor em suas discussões, ao lado da ética, a espiritualidade a ser vivida em todas as relações. Assim como uma estrela não brilha sem uma aura, uma ética não se firma sem uma espiritualidade que oferece as razões fundamentais da existência e do sentido do universo e de nosso lugar dentro dele. Essa discussão é pré-política, mas

com forte incidência sobre a política e os políticos. A Carta da Terra, de forma respeitosa e sutil, inclui estas dimensões como pertencentes à nossa existência, suscitadas pela própria majestade e grandeur do Universo.

A CARTA DA TERRA

No dia 14 de março de 2000 na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em Paris, foi aprovada, depois de oito anos de discussões em todos os continentes, envolvendo 46 países e mais de cem mil pessoas, desde alunos de escolas primárias, esquimós, indígenas da Austrália, do Canadá e do Brasil, entidades da sociedade civil, até grandes centros de pesquisa, universidades e empresas e religiões, a Carta da Terra. Ela deverá ser apresentada e assumida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o mesmo valor da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por ela poder-se-ão agarrar os agressores da dignidade da Terra, os pinochets antiecológicos em qualquer parte do mundo e levá-los aos tribunais.

Na Comissão de Redação estavam Mikhail Gorbachev, Maurice Strong, Steven Rockfeller, Mercedes Sosa, Leonardo Boff e outros. Aqui segue a Carta para ser discutida nas comunidades e em todos os âmbitos.

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações.

Terra, nosso lar

A humanidade é parte de um vasto Universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos os seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos fér-

teis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, da diversidade e da beleza da Terra é um dever sagrado.

A situação global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Desafios para o futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a

ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano.

Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes.

Responsabilidade universal

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida e com humildade em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza.

Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo

de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.

a) Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.

b) Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

a) Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.

b) Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

a) Assegurar que as comunidades em todos os níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.

b) Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

a) Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.

b) Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apóiem, em longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

Para poder cumprir estes quatro amplos compromissos é necessário:

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.

a) Adotar planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.

b) Estabelecer e proteger uma natureza viável e as reservas da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de apoio à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.

c) Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçados.

d) Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.

e) Manejar o uso de recursos renováveis como água, solo, produtos florestais e vida marinha de forma que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.

f) Manejar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis, de forma que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.

6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.

a) Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva.

b) Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.

c) Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas conseqüências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.

d) Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.

e) Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.

7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

a) Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.

b) Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.

c) Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais saudáveis.

d) Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.

e) Garantir acesso universal à assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.

f) Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material num mundo finito.

8. *Avançar no estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.*

a) Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada à sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.

b) Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano.

c) Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

9. *Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.*

a) Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não-contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.

b) Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria.

c) Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.

a) Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das e entre as nações.

b) Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.

c) Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.

d) Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas conseqüências de suas atividades.

11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, à assistência de saúde e às oportunidades econômicas.

a) Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.

b) Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.

c) Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

a) Eliminar a discriminação em todas as suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.

b) Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, aos conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.

c) Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.

d) Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.

IV. DEMOCRACIA, NÃO-VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.

a) Defender o direito de todas as pessoas de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tenham interesse.

b) Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.

c) Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembléia pacífica, de associação e de oposição.

d) Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.

e) Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.

f) Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

a) Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.

b) Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para a sustentabilidade.

c) Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais.

d) Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

a) Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.

b) Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.

c) Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.

16. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz.

a) Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.

b) Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.

c) Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não-provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.

d) Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.

e) Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz.

f) Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, ou-

tras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.

O CAMINHO ADIANTE

Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas,

os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações, respeitando os acordos internacionais existentes, e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra como um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência diante da vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 – São Paulo – SP
Fone: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5571-0910
Correio Eletrônico: editora@fpabramo.org.br
Na internet: <http://www.fpabramo.org.br>

Leituras da crise foi impresso na cidade de São Paulo pela Gráfica Bartira em abril de 2006, ano em que a Fundação Perseu Abramo completa 10 anos de existência. A tiragem foi de 3.000 exemplares. O texto foi composto em Times New Roman no corpo 11,4/14. Os fotolitos do miolo e da capa foram executados pela Graphium Gráfica e Fotolito. A capa foi impressa em papel Carta Íntegra 220g; o miolo foi impresso em Offset 75g.